

Dois exemplos de espaços agrários na Ribeira Lima*

BERTIANDOS — ESTORÃOS

Maria Helena Mesquita Pina

BERTIANDOS: SITUAÇÃO ACTUAL DE UMA FREGUESIA ONDE
SUBSISTEM INEGÁVEIS ASCENDÊNCIA E PESO ECONÓMICO
DO MORGADIO

1.1. Alguns apontamentos sobre as suas características físicas

«Vive a Casa do Solar de Bertandos, através
do Tempo e não só no Espaço: ultra-temporal, ultra-
espacial, de resto, marco-gesta da humanidade, de
vivência social e agrária»¹.

«... administradores de vínculos, educadores da
Família, essa vasta família que se prolongava às
primas pobres, à criadagem vasta e à multidão de
caseiros e enfiteutas»².

Um dos elementos essenciais para a caracterização sócio-económicas deste concelho, extensível a toda a Ribeira Lima e mesmo a grande parte do NW português, é a implantação de múltiplos solares, testemunhos do prestígio e atracção que a Ribeira Lima, por exemplo, exerceu sobre a fidalguia portuguesa e outras classes de nível econó-

* Síntese da tese de Dissertação de Mestrado em Geografia Humana apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1988. Este artigo corresponde à 2.^a parte.

¹ AURORA, Conde d' — *O Solar de Bertandos*, edição do autor, 1956, p. 8.

² *Idem*, p. 19.

Dois exemplos de espaços agrários na Ribeira Lima

mico elevado, desde o século XV até ao século XVIII. Vestígios actuais de anteriores Morgadios, mais ou menos conservados, estes solares

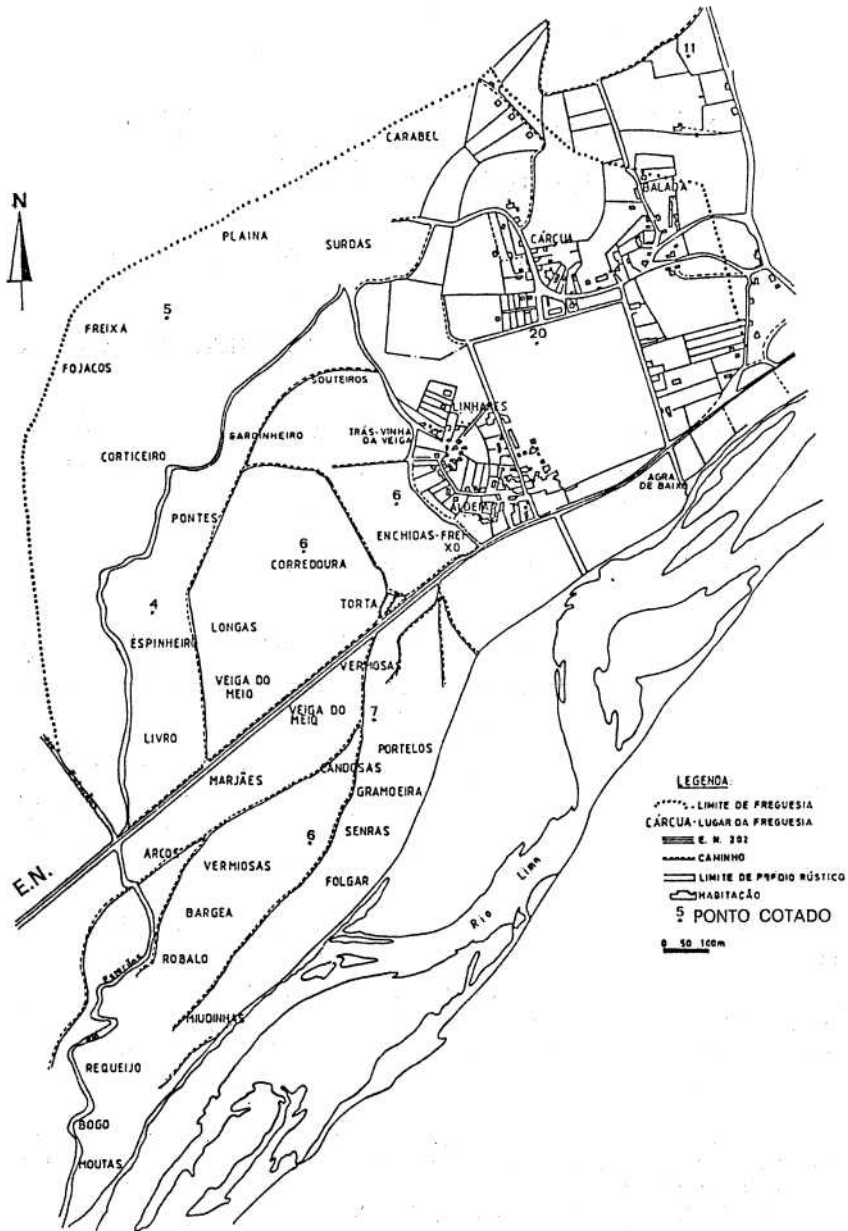


Fig. 1 — Lugares da freguesia de Bertiandos.

constituíam, frequentemente, a sede do poder económico de uma área por vezes muito vasta e dispersa, indiferente aos limites administrativos vigentes.

Encontramos um dos exemplos em Bertandos, freguesia que chegou a acolher dois vínculos desde o século XVI, posteriormente reunidos num só. Este condicionalismo histórico-jurídico, associado a outros de índole diversa, dos quais destacamos a estrutura sócio-cultural e mesmo económica da população residente, justifica, com maior ou menos validade, a situação actual de uma freguesia de economia baseada quase exclusivamente na agricultura, como verificaremos. Mas, até onde, actualmente, se terão de imputar responsabilidades a este factor, eis a questão a que tentaremos responder.

Situada a cerca de 3 Km a W de Ponte de Lima, na margem direita do Rio Lima, a freguesia de Bertandos abrange uma área de 2,26 Km² * espalhados por um amplo plano aluvial onde a altitude mínima não desce aquém dos 4 metros e a máxima não ultrapassa os 22 metros (Fig. 1).

E se apenas a altitudes superiores a 9 metros deparamos com as aldeias, indissociáveis dos seus quintais e «campos»², necessários à subsistência da população local, a maioria da área agrícola concentra-se entre os 4 e os 9 metros (área de Veiga). Com declives quase nulos, esta veiga é atravessada pelo Rio Estorãos e pela Ribeira Longa, receptores de uma rede de vales muito densa que, no caso de precipitações muito intensas e concentradas, proporcionam um rápido extravazamento dos leitos destas linhas de água, com consequências mais ou menos nefastas para a economia local.

Relativamente às características edáficas, deparamos com cambissolos húmicos, graníticos³, espessos, ricos em húmus embora pobres em ácido fosfórico e cal, o que exige constantes correcções do índice de acidez. São solos permeáveis, facilmente trabalháveis, considerados do tipo A de acordo com o Esboço da Carta Geral de Ordenamento Agrário, SROA. Encontramos, de facto, características edáficas favoráveis a uma possível modernização da agricultura local e a uma elevada rentabilidade do solo, desde que os lavradores locais sejam devidamente orientados por técnicos que se empenhem numa maior

¹ Comissão Nacional do Ambiente, *A carta administrativa de Portugal e a sua contribuição para a investigação urbana e regional*, Lisboa, 1980.

² Designação local dos prédios rústicos nunca atingidos pelas cheias.

³ *Carta dos solos de Portugal*, Pub. Secretaria de Estado da Agricultura, Serviços de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário, 1971 (Esc: 1/1000 000). Nota explicativa.

divulgação de tecnologia agrícola e das espécies vegetais mais indicadas, pois os condicionalismos naturais apontados não se apresentam desfavoráveis.

1.2. Breves referências histórico-jurídicas

E embora não seja nosso intuito analisar profundamente os fundamentos jurídico-sociais subjacentes à criação de um vínculo, sistema de apropriação e transmissão de bens muito complexo, achamos por bem apresentar alguns aspectos, embora muito sumariamente, da realidade que se nos depara em Bertandos.

Refira-se, desde já, que a instituição vincular tem a sua base de implantação em Portugal nos meados do século XIII. Aprovada nas Ordenações Afonsinas, tinha como objectivos primordiais «... a conservação do lustre e nobreza de uma família»¹, privilegiando a aristocracia sobretudo, mas também a alta burguesia, através da transmissão do património familiar. Assentava as suas premissas na tradição e costumes da época, o que permitia amplas liberdades, assim como a existência de vínculos com rendimentos insignificantes.

Só com a Lei de 3 de Agosto de 1770 é que se tenta coordenar a fundação de *novos vínculos*. Com esta Lei restringe-se desde então a criação de novos vínculos à alta aristocracia e burguesia mercantil. Mas, como é evidente, era a riqueza do requerente que viabilizava o novo vínculo, sujeito desde então a confirmação régia e obedecendo a determinadas condições, entre as quais destacamos a primogenitura, a sucessão perpétua na família e a impossibilidade de alienação. Por outro lado, os vínculos apenas poderiam ser fundados a partir da quota disponível dos bens, ou seja, da terça, já que era necessário respeitar a «legítima» dos herdeiros directos e apenas com licença régia se poderia inserir também esta quota na instituição. No entanto, foram muito frequentes os casos de anexação da legítima à quota disponível, sobretudo na fase de estruturação, violando os direitos dos restantes herdeiros preteridos. Esta situação vai estar na base da crítica ao vínculo, porque lançava frequentemente na miséria, ou na dependência do primogénito, os filhos segundos.

Após estas breves linhas relativas a alguns fundamentos jurídicos essenciais subjacentes à instituição vincular, encontramos agora mais habilitados a compreender a evolução recente do espaço agrário de Bertandos, freguesia que constitui um dos exemplos típicos da implantação vincular na Ribeira Lima.

¹ ROCHA, M. A. Coelho — *Instituições de Direito Civil Português*, tomo II, p. 399.

E, apesar de não ser nosso objectivo delinear uma evolução histórica da ocupação deste espaço agrário, achamos, contudo, imprescindível esboçar alguns dos seus traços mais relevantes.

Em relação a Bertianos, sentimos a necessidade de recuar até ao século XVI (1586), data da implantação da Casa e respectivo senhorio. Foi fundado por Ruy Lopes Cerveira¹ e ampliado posteriormente por Inês Pinto «... que acrescentou vastas terras às já existentes no senhorio da casa — e fundou dois vínculos conhecidos pelo 1.º e 2.º vínculo de Bertianos: o 1.º encabeçado no filho mais velho, Francisco Pereira, situado a Nascente, para as bandas de Ponte de Lima; e o outro no filho segundo, António Pereira Pinto, com a torre e o corpo voltado a poente (à Veiga e ao Mar)»².

Esta situação permaneceu inalterável até 1791, ano em que, por laços matrimoniais, se fundiram estes dois vínculos num só.

O vínculo de Bertianos dominava 85 %, aproximadamente, da área agro-florestal da freguesia, embora não fosse constituído por um único bloco. Efectivamente se a existência de um vínculo em Bertianos até ao século XIX favoreceu a concentração fundiária num reduzido número de pessoas, proporcionou também, a fragmentação da propriedade rústica por arrendamento, aforamento e emprazamento. E em Bertianos existia «... uma multidão de caseiros e enfiteutas»³ que subdividiam entre si o domínio útil. Refira-se ainda que, embora em pequeno número, surgiam sempre pequenos proprietários locais cujos prédios se intercalavam aos vinculados.

É com o século XIX que este espaço rural começa a conhecer uma acentuada mutação, tendo como mentor Mouzinho da Silveira que vem pôr em causa a manutenção das áreas vinculadas (estávamos em 1858). Dois anos mais tarde, anula todos os vínculos ainda vigentes, com excepção do da Casa de Bragança⁴.

Em substituição da anterior legislação, foi implementada uma nova, através da qual se fomentava a partilha equitativa dos bens imóveis entre todos os herdeiros, e, inclusivamente, a sua alienação.

Estavam lançadas as bases legais que justificavam a divisão da propriedade, muita dela indivisa até ao século XIX, como foi o caso do vínculo de Bertianos.

Não obstante, é sobretudo entre a pequena propriedade que o parcelamento mais se acentuou, pois que, na generalidade dos casos,

¹ AURORA, Conde d' — *O Solar de Bertinados*, edição do autor, 1956, p. 9.

² *Idem*, p. 9.

³ *Idem*, p. 19.

⁴ *Collecção official da legislação portuguesa — ano de 1860*, Imprensa Nacional, Lisboa, p. 275.

nenhum dos herdeiros dispunha de meios para indemnizar os irmãos ou co-herdeiros, retalhando-se sucessivamente as explorações agrícolas.

Esta legislação permaneceu quase sem alterações até ao início dos anos 80, apesar da tentativa de instauração do «casal de família» com a qual se diligenciava travar a pulverização crescente da propriedade rústica já então notória.

E apesar de não apresentar grandes resultados, somente em 1962, com a Lei n.º 2116, se pretendeu travar esta situação, impedindo-se o parcelamento de prédios com área inferior a 0,5 ha¹. Simultaneamente, fomenta-se também o emparcelamento, como verificaremos no segundo exemplo desenvolvido neste trabalho. Contudo, os seus efeitos foram ainda assim muito restritos.

Limitando, porém, o nosso horizonte à área que pertencia ao vínculo de Bertíandos, vemos que apenas por razões particulares ela permaneceu inalterável até aos anos 40, mais concretamente até 1941, data do falecimento da última condessa de Bertíandos.

E, tal como estava fixado por testamento, e face à ausência de descendência directa nesta Casa, todos os bens foram legados às Santas Casas de Misericórdia sediadas naqueles concelhos, onde os senhores entretanto falecidos tinham bens. Uma das beneficiadas foi a Santa Casa de Misericórdia de Ponte de Lima que, deste modo, viu o seu património avolumar-se com todos os bens existentes neste concelho.

No entanto, nos finais da década de quarenta e após a apresentação de recurso a instâncias judiciais, parte da herança regressou a familiares do último conde, que a ela se tinham habilitado. Inserem-se nesta transferência a Quinta do Paço e o Solar. Mas, como constatamos já, somente por razões excepcionais esta área permaneceu sem alterações até à actualidade porque, na generalidade dos casos, o parcelamento efectuou-se a um tal ritmo que, na actualidade, são graves os problemas existentes na estrutura agrária de Bertíandos.

Por último refira-se que, ao serem anulados os foros após 25 de Abril de 1974, entregando-se o domínio directo a quem disfrutasse o domínio útil (alteração secundada por maiores garantias dadas aos caseiros), proporcionaram-se as condições básicas conducentes a grandes alterações na agricultura local.

1.3. Estrutura económica de Bertíandos — a supremacia do sector agrícola

Dos 404 habitantes residentes em Bertíandos e recenseados em 1981 pelo Instituto Nacional de Estatística, apenas 42% eram

¹ Diário do Governo de 14 de Agosto de 1962, I Série, p. 1093 a 1098.

activos, dos quais 56 % exerciam as suas funções no sector primário (89 dos 166 activos). Por outro lado, o coeficiente de dependência¹ detido pela população local atinge o valor de 91, quando a média concelhia é de 81 e a nacional ronda os 59.

Eis alguns dos indicadores a que podemos recorrer e que, efectivamente, nos evidenciam uma freguesia onde mais de 50 % da sua população é inactiva e onde a agricultura se nos afigura preponderante. Contudo, estes números não nos retratam a realidade, já que ela se apresenta ainda mais crítica. Assim, se nos cingirmos à informação por nós obtida na Repartição de Finanças de Ponte de Lima², podemos verificar que a actividade com maior historial, e em exercício em 1987/88, foi registada em 1978 e corresponde a uma empresa de construção civil. Engloba o «gerente» e 3 empregados não familiares. Uma outra «empresa» de construção civil veio reunir-se à anteriormente citada apenas em 1985. Esta segunda restringe-se a um trabalhador individual.

O enquadramento económico de Bertandos em 1987 fica completo se lhe adicionarmos uma empresa de transportes de carga registada em 1980 e mais 4 contribuintes, comerciantes retalhistas do ramo alimentar e bebidas, inscritos entre 1984 e 1986.

Como facilmente nos apercebemos, trata-se de actividades que não requerem grandes conhecimentos técnico-profissionais, nem mesmo um elevado capital. Os seus agentes aproveitam, isso sim, os conhecimentos adquiridos quando emigrantes na generalidade dos casos.

Outros, deslocam-se diariamente para Santa Comba, (Lacto Lima), Ponte de Lima e Viana do Castelo. O seu número não é elevado e correspondem, geralmente, aos estratos mais jovens que passaram a encarar a agricultura como uma actividade meramente complementar. É sobretudo entre os grupos etários compreendidos entre os 35 e os 59 anos que detectamos aqueles que restringem a sua actividade à manutenção em moldes tradicionais da agricultura, exclusivamente ou a tempo parcial quando exercem uma outra actividade remunerada, sem que isto traduza grande incidência. De facto, poderíamos dizer que 95 % da actividade económica com sede em Bertandos se centra

¹ Consideramos este coeficiente como a razão existente entre a «população inactiva» e a «população potencialmente activa». Especificando, diremos que a população inactiva congrega aquele número de habitantes, de ambos os sexos, cuja idade é igual ou inferior a 15 anos, a que se anexou a população que iguala ou ultrapassa os 65 anos. A «população potencialmente activa» é enquadrada pelos grupos etários dos 12 aos 64 anos, correspondentes, efectivamente, nos meios rurais, à população activa.

² Informação baseada na pesquisa sistemática efectuada aos processos individuais da contribuição industrial, Repartição de Finanças de Ponte de Lima, 1987/88. Testada por inquérito próprio.

na agricultura, afirmação tanto mais pertinente, quanto mais idoso for o grupo etário em foco.

Deficiente estrutura económica local? Incapacidade técnico-financeira fundamentada também num grau de instrução muito reduzido? Inércia «mental» que permite a manutenção de ideias, técnicas, etc., alicerçadas na historiografia sócio-económica local? Em última instância, um dos efeitos subsequentes à existência de morgadios e sua estrutura económica de apoio? Tentaremos dar resposta a estas questões.

1.3.1. *A ocupação do espaço e produtividade agrícola (1984)*

Sendo a agricultura a base económica desta freguesia, procuraremos agora analisá-la nas suas diversas vertentes.

E, embora cada exploração agrícola com área superior a 2000 m² possua sempre uma parte de bravio, neste trabalho, preocupar-nos-emos sobretudo com o lavradio. Entendemos, porém, conveniente referir alguns aspectos ainda que breves, relativos ao bravio destas explorações agrícolas.

Preenchendo aproximadamente 50 % da área da freguesia, o bravio encontra-se geralmente nos lugares de menor altitude, com piores acessos, onde as cheias facilmente causam destroços. Situado na margem do Rio Estorãos, apresenta um grande número de ameiros e vidoeiros, espécies arbóreas muito exigentes em água, que aí existe em abundância. Destacam-se também pela sua implantação, embora em número inferior, os carvalhos, os pinheiros e os eucaliptos, entre outros.

Por outro lado, a área de bravio que cada proprietário possui é diminuta, já que 48 das explorações agrícolas de Bertianos detêm menos de 2000 m² de bravio (Quadro 1). Apenas 12 dessas explorações ultrapassam os 5000 m² e, destas, uma só apresenta área superior a 7 ha.

Além disso, 55,5 % desta área é fruída por proprietários residentes fora da área administrativa desta freguesia. Estes proprietários caracterizam-se por um maior ou menor alheamento face à vida rural, cedendo o respectivo bravio a agricultores locais, frequentemente por arrendamento.

Cerca de 40 % dos prédios rústicos de bravio de Bertianos têm área inferior a 1000 m² e somente dois ultrapassam um hectare, sendo muito elevado o grau de dispersão destas «tapadas». Para além destes factores negativos, para agravar a situação, contribuem as condições naturais do solo em que se desenvolve o bravio; assim, os lugares que ocupa encontram-se submersos e inacessíveis 3 a 5 meses anual-

QUADRO 1 — Área de bravio das explorações agrícolas de Bertandos segundo a residência do seu proprietário em 1984.

N.º Classes de área (m ²)	Residência proprie- tária	Bertandos	Exteriores a Bertandos	Total
		N.º prédios	N.º prédios	N.º prédios
1-500		2	10	12
501-1000		6	4	10
1001-2000		13	13	26
2001-5000		7	7	14
5001-10000		4	5	9
14708		—	1	1
25958		1	—	1
72227		—	1	1
Total		33	41	74

Nota: Dois proprietários não têm bravio.

Fontes: Inquérito próprio. Repartição de Finanças de Ponte de Lima, 1983/84

mente, não nos surpreendendo, pois, que estas espécies não tenham actualmente grande impacto na população local.

No entanto, estas espécies de bravio constituem uma fracção dos rendimentos da exploração agrícola, característica ainda mais vincada nas décadas anteriores, quando a lenha fornecia a energia necessária para toda a população e o sub-bosque a cama para o gado; actualmente, só as espécies do sub-bosque continuam a ser aproveitadas em virtude da agro-pecuária se manter sob a forma tradicional, visto que a introdução de outras formas de energia, como o gás de consumo doméstico, levou ao abandono quase total do corte de lenha. Por outro lado, quando a Veiga se encontra ocupada pelo milho, é aí que o gado obtém o pasto necessário. Por isso permanece a importância do bravio nesta freguesia.

Mas é sobre o lavradio que nos iremos debruçar, tal como referimos atrás.

Embora as culturas tradicionais permaneçam fundamentais, há raros exemplos de introdução de inovações. É exemplo desta alteração a cultura do milho híbrido forrageiro em explorações voltadas para a agro-pecuária. Para uma grande rentabilidade, esta espécie de milho exige a prática de técnicas agrícolas e a tecnologia só viáveis em grandes explorações. Não nos parecerá, por isso, estranho que somente

Dois exemplos de espaços agrários na Ribeira Lima

duas entidades tenham encontrado as condições necessárias para se abalançarem a esta alteração: um proprietário residente em Lisboa, que possui nesta freguesia 12 ha de lavradio, explorados por conta própria, e uma associação, a Santa Casa de Misericórdia de Ponte de Lima, a actual maior proprietária local. Mas, apesar de se ter comprovado que esta alteração aumentou a produtividade e, consequentemente, o rendimento das referidas explorações¹, as restantes só muito timidamente a seguem, preferindo continuar com a cultura tradicional, o milho-grão (69 % dos prédios de lavradio dos proprietários locais e 89 % dos não residentes). No entanto, enquanto nos residentes nesta freguesia a percentagem de prédios de lavradio ocupados com esta cultura aumentou de 1970 para 1984 em detrimento de outras culturas que exigem mais mão de obra e cuidados frequentes, no outro grupo de proprietários a variação foi contrária, embora quase insignificante (Quadro 2). Todavia, esta variação é preocupante, já

QUADRO 2—Evolução do tipo de cultura nos prédios de lavradio em Bertandos, segundo a residência do seu proprietário (1970-84).

Tipos de cultura	Residentes				Não residentes				Total				
	1970		1984		1970		1984		1970		1984		
	n.o	%	n.o	%	n.o	%	n.o	%	n.o	%	n.o	%	
Inculto	3	1	4	2	5	2	14	6	8	2	80	18	4
Milho+pastagem	176	68	179	69	236	93	12		412	18	404	78	
Vinho -f batata + hortaliça	80	31	76	29	13	5	3	5	93				
Milho híbrido +pastagem											88	3	171

Fonte: Inquérito próprio, 1983/84

que a diminuição se prende com um abandono dessa leiras (5,5 % dos prédios de lavradio dos proprietários não residentes em Bertandos).

As restantes culturas com algum peso na economia local são cultivadas em quintais cuja área varia entre 500 e 3000 m², com

¹ A título de exemplo refira-se que, enquanto a exploração que utiliza milho híbrido obtém no lugar fronteiro ao Solar, Agra de Baixo, 8000 kg/ha e em lugares menos propícios a esta cultura por razões edáficas 5000 kg/ha, na generalidade dos casos na Veiga as produções variam entre 1500 a 4000 kg/ha.

técnicas tradicionais, vocacionadas para a subsistência do agregado familiar. Destaca-se a vinha, geralmente armada em ramada a envolver o quintal e a fachada da habitação, assim como os seus acessos; existe também um reduzido número de oliveiras, nunca concentradas num prédio só, além das batatas e das hortaliças, que apenas ocasionalmente apresentam excedentes. Esta agricultura é de tipo tradicional, exigindo por isso intenso trabalho manual.

Terá a estrutura fundiária alguma relação com estas características ou serão determinantes as características sociais dos agricultores? Qual a responsabilidade atribuível ao factor histórico-jurídico?

1.3.2. *A estrutura fundiária do lavradio (1983/84)*

a) *O prédio rústico*

A divisão predial em 1984 (Fig. 2) permite constatar que a Veiga é um verdadeiro «enxadrezado das mil leiras de aquela esplendorosa várzea toda mosqueada de marcos divisórios»¹, de reduzidas áreas, onde apenas se destacam alguns prédios rústicos de grandes dimensões. A maioria das leiras tem a configuração de «fitas» e algumas chegam a atingir o valor mínimo de 98 m².

Note-se que 17,6 % dos prédios rústicos oferecem área inferior a 500 m² (Quadro 3) e 77,7 % área inferior a 2000 m², abrangendo apenas 34,5 % da área total de lavradio. No extremo oposto, temos 4,4 % dos prédios rústicos com mais de 6600 m², totalizando 35,9 % da área de lavradio.

Mas as características gerais apontadas não são uniformes em todo o lavradio, pois que se procedermos a uma análise à escala de lugar, encontramos aspectos destrinçadores importantes a destacar; assim, é na parte da Veiga, situada a Sul da Estrada Nacional, que se encontra a maior percentagem de leiras de menores dimensões, 98 a 500 m².

Além disso, são os lugares que marginam o Rio Lima que apresentam maiores disparidades, pois que, se 14 dos 18 prédios existentes no lugar dos Portelos apresentam área inferior a 1000 m², é também neste lugar que se encontra o maior prédio localizado a Sul da Estrada Nacional (13 000 m²).

Nos lugares localizados no interior da Veiga surge-nos uma posição intermédia.

¹ AURORA, Conde d' — *O solar de Bertandos*, edição do autor, 1956, p. 9.

Dois exemplos de espaços agrários na Ribeira Lima

Caminhando para Norte e atravessando a Estrada Nacional, verifica-se que, embora os prédios rústicos com área inferior a 1000 m² preencham em média 25 a 40 %, são os lugares mais próximos das aldeias que se apresentam mais parcelados (exemplo de Trás-da-Vinha da Veiga com 9 dos 16 prédios com área inferior a 500 m²). Exceção constitui o agrupamento dos lugares do Freixo e Enchidas.

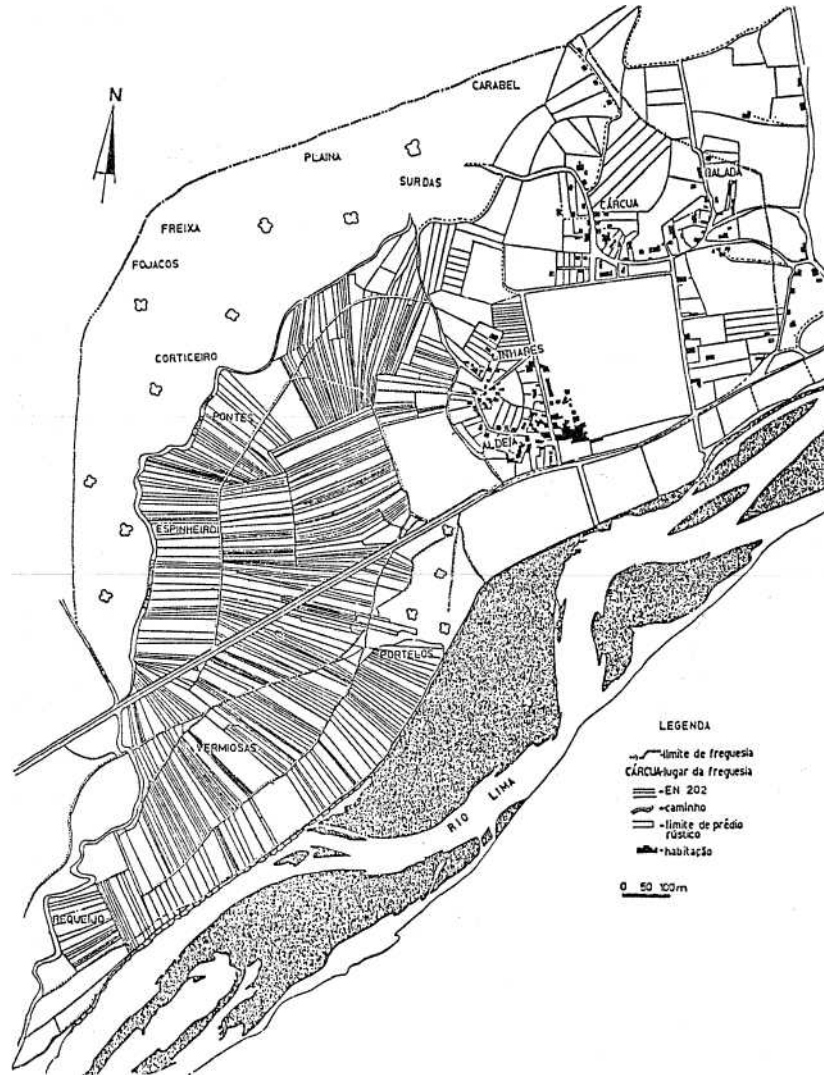


Fig. 2 — Parcelamento real do lavradio na freguesia de Bertandos em 1984.

Fonte: Inquérito próprio, 1983/84

QUADRO 3 —Dimensão dos prédios rústicos de lavradio em Bertandos em 1983/84.

Classes de área (m ²)	Prédios		Área	
	n.º	%	(m ²)	%
98-500	90	17,6	28.657	2,9
501-1000	143	27,7	100.012	10
1001-1500	133	26	167.839	16,8
1501-2000	33	6,4	48.325	4,8
2001-3000	55	10,7	138.416	13,9
3001-6500	37	7,2	157.460	15,7
6600-8850	7	1,4	46.830	4,7
9050-13000	8	1,6	70.538	7,0
18200-35000	6	1,2	161.280	16,2
80.000	1	0,2	80.000	8,0
Total	513	100	999.357	100

Fonte: Inquérito próprio e levantamento matricial dos prédios rústicos da freguesia de Bertandos, realizado na Repartição de Finanças de Ponte de Lima

Quanto aos restantes lugares, sublinhe-se que os prédios com 1001 a 1500 m² representam 25 a 40 % do total.

Por outro lado, também aqui os prédios rústicos só excepcionalmente ultrapassam os 6000 m², característica comum à divisão analisada anteriormente. No entanto, há uma tendência para uma maior dimensão predial, mais vincada nos lugares mais afastados das aldeias e da Estrada Nacional.

E como as características físicas já o indicavam, os lugares habitados (Aldeia, Linhares, Cárcua e Balada) apresentam-se distintos dos localizados na Veiga. Assim, uma maior altitude e, conseqüentemente, uma maior protecção contra as cheias e suas desvastações, um mais fácil escoamento e solos mais arejados e menos húmidos, justificam a localização das aldeias com seus quintais de 500 a 3000 m², «campos» e quintas, a cotas superiores a 9 metros. No entanto, não é uma uniformidade de características que nos aparece nestes quatro lugares, pois que os condicionalismos sócio-económicos e, principalmente, os históricos, originaram diferenças acentuadas, só detectáveis se a análise for realizada individualizando-se cada lugar (Quadro 4). Assim se 10 dos 16 prédios existentes na Aldeia¹ correspondem a

¹ Este lugar nasceu para albergar os trabalhadores do conde de Bertandos.

Dois exemplos de espaços agrários na Ribeira Lima

QUADRO 4 — Área dos prédios de lavradio situados nos lugares habitados, por lugar sede da exploração agrícola em Bertandos em 1984.

Classes de área (m ²)	Aldeia	Linhares	Cárcua	Balada	Total
	n.º	n.º	n.º	n.º	n.º
98-500	—	1	2		90
501-1000	10	6	4	3	143
1001-1500	4	6	12	3	133
1501-2000	1	1	5	1	33
2001-3000	—	—	4	3	55
3001-6000	—	1	6	2	37
6001-9000	—	1	2	1	7
9001-13000	—	1	1	3	8
18200-35000	—	1	1	1	6
80000	1	—	—	—	1
Total	16	18	37	17	513

Fonte: Inquérito próprio, 1983/84

pequenos quintais de área inferior a 1000 m², é, porém, neste lugar que se localiza a Quinta do Paço. Com os seus 8 ha de extensão, apresenta-se como o maior prédio da freguesia. O lugar de Linhares é aquele que mais se aproxima destas características, pois nele se detecta a existência dos prédios de área diminuta, limitados por outros de grandes dimensões.

Por outro lado, a Balada apresenta uma distribuição mais equitativa entre todas as classes de área, característica que se alia a uma tendência para uma maior dimensão média dos prédios. Este lugar situa-se no extremo NE da freguesia. Repare-se que apenas três prédios não ultrapassam os 1000 m², enquanto 7 apresentam área superior a 3000 m², dos quais 4 mais de 1 ha.

Relativamente ao lugar de Cárcua, apenas 6 dos 37 prédios não ultrapassam os 1000 m²; observa-se no entanto uma grande concentração de prédios com 1000 a 5500 m², denunciando o predomínio de prédios com áreas de valor intermédio.

Em síntese, verifica-se a existência de um grande parcelamento, embora de lugar para lugar se notem diferenças apreciáveis, como referimos.

Como interpretar este extremo parcelamento predial?

É evidente que as características edáficas mais favoráveis e a melhor acessibilidade, associada a todo um conjunto de aspectos relacionados com a evolução histórica destes lugares, sobretudo após

os anos 50, favoreceram a tendência para um maior parcelamento desta área, sobretudo entre os pequenos proprietários residentes nesta freguesia e seus descendentes. Situação distinta surge entre os proprietários não residentes em Bertandos. Recorrendo às Figs. 3 e 4 tentaremos ponderar a incidência deste facto na justificação e interpretação das características apontadas anteriormente.

Efectivamente, pode afirmar-se que mais de 40 % da área de lavradio da Veiga é propriedade jurídica de pessoas que residem na freguesia de Bertandos. Além disso, é de realçar que, independentemente da sua residência, os diferentes proprietários se intercalam em todos os lugares, embora se determinem certas áreas preferenciais em função das residências. Por exemplo, ao lugar do Sardinheiro (Fig. 1), dos 54 % da área de lavradio aí existentes pertença de não residentes em Bertandos, 40 % são de moradores na freguesia de Arcozelo. Além disso, noutros lugares da Veiga os residentes em Bertandos só muito raramente possuem prédios rústicos, e quando os possuem, correspondem aos de menor dimensão.

Nos lugares habitados a situação é inversa à descrita anteriormente. Em média, 60 % da área total de lavradio (80 % dos prédios rústicos), pertencem a proprietários residentes na freguesia. Além disso, embora em cada um dos lugares existam prédios cujos proprietários não residem na freguesia, a maior percentagem pertence actualmente a residentes, sobretudo àqueles que habitam nesse mesmo lugar.

No entanto, estas características gerais encobrem muitas diferenças só detectáveis quando analisadas à escala do lugar.

Para maior facilidade de análise juntámos os proprietários em dois grupos: os residentes em Bertandos (Fig. 3) e os de fora da freguesia (Fig. 4). Neste segundo grupo distinguimos os proprietários residentes nas freguesias mais próximas de Bertandos (Santa Comba, Sá e S. Pedro de Arcos), dos de Arcozelo, freguesia que se intercala entre as anteriormente referidas e a sede do concelho, Ponte de Lima. Por último, isolámos Lisboa, residência habitual do segundo maior proprietário de lavradio em Bertandos.

Da leitura das Figs. 3 e 4 detectámos diferenças espaciais muito marcadas. Pòr exemplo, enquanto no referente aos lugares que marginam o Rio Lima 74 a 93 % da área agrícola (e 52 a 67 % do número de prédios) pertence aos não residentes, em Folgar e Miudinhas existe um equilíbrio entre os dois grupos, quer residam ou não em Bertandos.

Caminhando para Norte em direcção à Estrada Nacional n.º 202, esta situação é imediatamente alterada, visto que os residentes na freguesia começam a apresentar uma maior implantação, que atinge

Dois exemplos de espaços agrários na Ribeira Lima

o seu máximo nos lugares de Requeijo e Bogo (Fig. 1). Em relação aos proprietários residentes em Lisboa ou noutros concelhos que não Ponte de Lima, regista-se uma pequena implantação, que diminui com a aproximação das aldeias e da E.N., atingindo o mínimo nos lugares da Veiga do Meio e das Candozas.

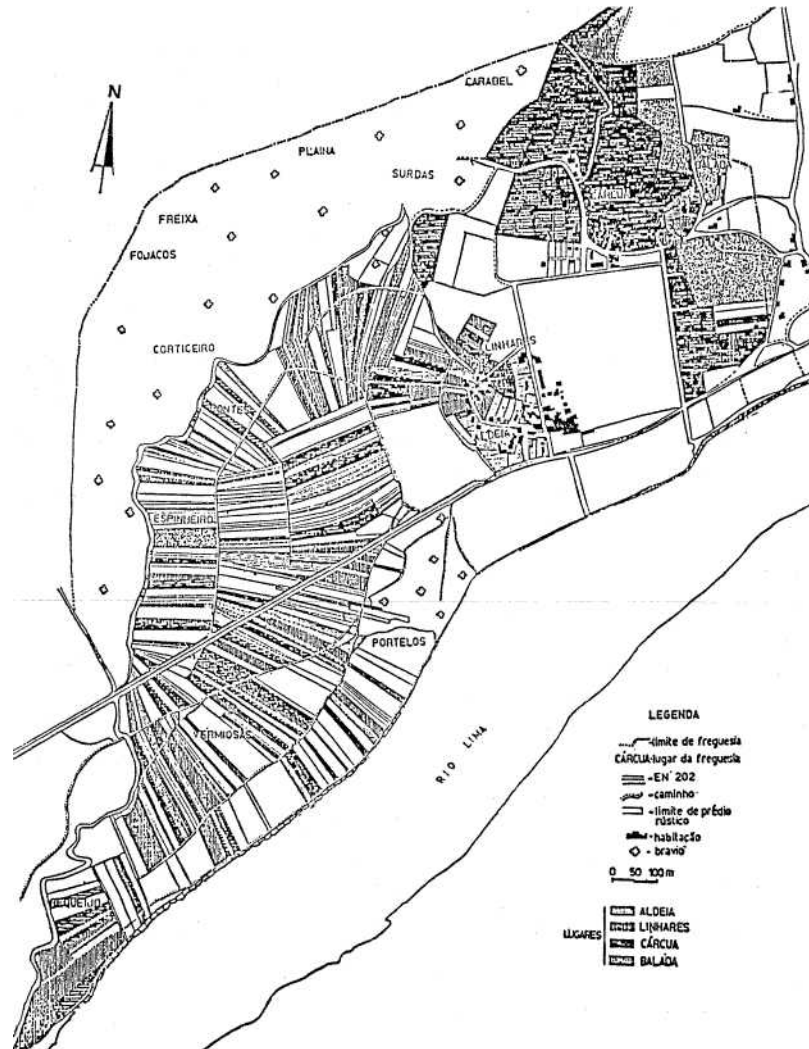


Fig. 3 — Cadastro da área de lavradio em 1984 — leiras de proprietários residentes na freguesia.

Fonte: Inquérito próprio, 1983/84

Atravessando agora a Estrada Nacional em direcção a Norte, depara-se-nos uma modificação destas características, visto que, se excluirmos a Corredoura, lugar onde existe uma heterogeneidade muito grande de proprietários no respeitante à sua residência, existe uma relativa implantação dos proprietários locais, já que 39 % da área

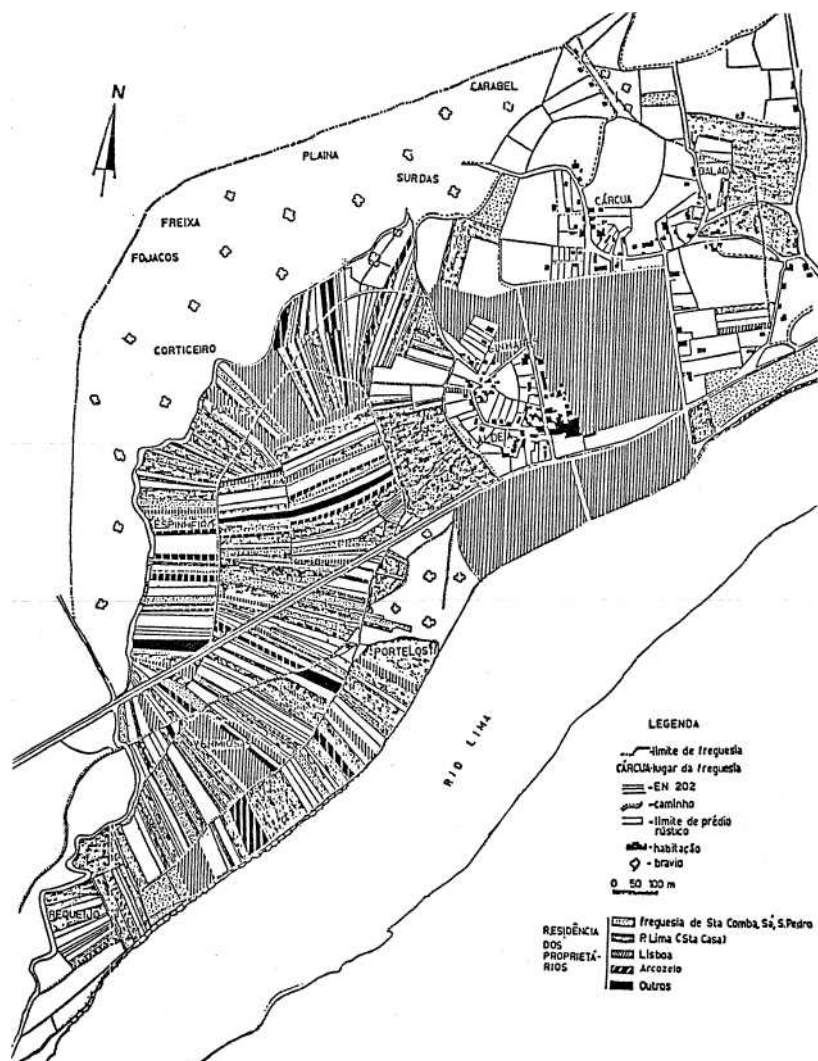


Fig. 4 — Cadastro da área de lavradio em 1984 — leiras de proprietários não residentes na freguesia.

Fonte: Inquérito próprio, 1983/84

agrícola lhes pertence. Nos lugares mais próximos das aldeias ou da E.N., se bem que não correspondam aos maiores proprietários, os que residem localmente dominam entre 35 a 39 % da área agrícola. Contudo, a Santa Casa, individualmente, apresenta-se como o maior proprietário em quase todos os lugares da Veiga, na medida em que 43 a 54 % da área lhe pertencem; atinge mesmo os 100 % no lugar do Freixo-Enchidas.

Destaque-se ainda que os proprietários residentes nas freguesias vizinhas (frequentemente unidos por laços familiares aos residentes em Bertiandos), com prédios de lavradio nesta freguesia, apresentam maior número de prédios nos lugares onde os residentes também são possuidores. Esta característica desvanece-se nas proximidades das aldeias.

Relativamente ao lavradio das aldeias, cumpre notar que na actualidade a maior parte da área agrícola pertence aos seus residentes, embora de forma muito parcelada. A Santa Casa de Misericórdia, pelo contrário, possui um reduzido número de prédios, como acontece no lugar da Balada. Contudo, a sua área média é muito superior à dos prédios de residentes, pois atinge o hectare.

Nos dois lugares situados a Oeste do Solar, por razões históricas já referidas, o proprietário do Solar domina largamente, sobretudo no lugar da Aldeia, onde 88 % da área de lavradio lhe pertence. Para esta situação é fundamental a localização da quinta contígua ao Solar, a Quinta do Paço, de 8 ha. Se procedêssemos a uma análise tomando por base o número de prédios de lavradio, a conclusão obtida seria muito diferente, tal como já tem acontecido noutros lugares (Fig. 3).

No entanto outras ilações podem ser tiradas da Fig. 4, na qual apenas são representados os prédios de lavradio dos habitantes de Bertiandos, distinguindo-os por lugar de residência do seu proprietário.

E, de imediato, ressalta a grande representação dos residentes na Cárcua. Possuindo prédios que se dispersam por toda a Veiga, apresentam especial incidência na área a Sul da E.N., ou seja, o eixo viário de ligação entre Viana do Castelo e Ponte de Lima, aumentando a sua representação à medida que nos encaminhamos para as aldeias.

Em relação aos residentes na Balada, observa-se que, mercê da sua localização no extremo NE da freguesia, apresentam uma menor implantação do que os anteriormente referidos. No entanto, a indicação geral apontada no grupo anterior permanece: a sua localização preferencial é nos lugares que limitam a E.N., sobretudo a Sul, aproveitando a facilidade de rega no Verão, e as características edáficas favoráveis. Contudo, a sua representação é muito limitada.

Os residentes nos restantes lugares habitados da freguesia, Aldeia e Linhares, mantêm a grande dispersão que já verificamos nos anteriores, quer a Norte, quer a Sul da E.N.; apresentam, no entanto,

diferenças importantes: enquanto os proprietários residentes na Aldeia só muito superficialmente se inserem nos diversos lugares (os proprietários com menor área de lavradio encontram-se a residir neste lugar na sua maioria), os residentes em Linhares «concentram» preferencialmente os seus prédios.

Em relação à área das aldeias, tal como já foi referido, é no respectivo lugar de residência que os diversos proprietários detêm a maior percentagem da área agrícola. Esta característica revela-se de mais incidência na Cárcua e na Balada.

Mas, se a actualidade constitui um resultado de toda uma evolução, quais eram as características da morfologia agrária e do parcelamento nesta área em décadas anteriores?

Não sendo possível nesta fase do nosso trabalho recuar aos anos anteriores a 1970, tentaremos, muito sucintamente, analisar a situação nesse ano. Para tal apoiamo-nos fundamentalmente nos inquéritos realizados em todos os fogos da freguesia. Completámos essa informação, sobretudo para os prédios cujos proprietários não residem em Bertandos, com as indicações existentes na Repartição de Finanças de Ponte de Lima, com base no levantamento das matrizes prediais rústicas que realizámos.

Em contraste com as figuras anteriores, salientemos desde já que a área agrícola que os proprietários residentes em Bertandos possuíam era diminuta, independentemente do lugar em análise (Figs. 5 e 6). Refira-se também que é a Sul da E.N. que as diferenças são mais evidentes, pois que no período de 14 anos que separam a análise anterior desta (1970-84), 30 % da área total foi transferida de proprietários com residência habitual a distâncias superiores a 10 Km, como é o caso dos residentes em Viana do Castelo, Braga, Porto, etc, para proprietários residentes em Bertandos. Por outro lado, os possuidores residentes nas freguesias vizinhas só ocasionalmente cederam as suas leiras. Nestes casos foram sobretudo os proprietários residentes na Cárcua que adquiriram esses prédios, ampliando ainda mais o desnível existente face aos residentes nos restantes três lugares da freguesia (Aldeia, Linhares e Balada). Após 1979, e contrariando o já referido, vários proprietários que habitam na freguesia de Santa Comba, onde já anteriormente possuíam leiras, têm procurado ampliar a sua área, adquirindo pequenos prédios que adicionam aos que anteriormente tinham herdado.

Na área das aldeias também grandes alterações se verificaram. Por exemplo, na Aldeia as habitações e quintais são transferidos, na sua quase totalidade, para os que aí residem, por alienação. Esta situação, aliás, é idêntica, embora em menor escala, na Balada,

Dois exemplos de espaços agrários na Ribeira Lima

Linhares e Cárcua, pois nesses lugares já anteriormente grande percentagem da área agrícola pertencia aos que aí residiam.

É evidente que um grande número destes actos poderá estar ligado à dimensão média do prédio rústico, pois que, sendo esta muito reduzida, não apresenta condições para uma grande rentabili-

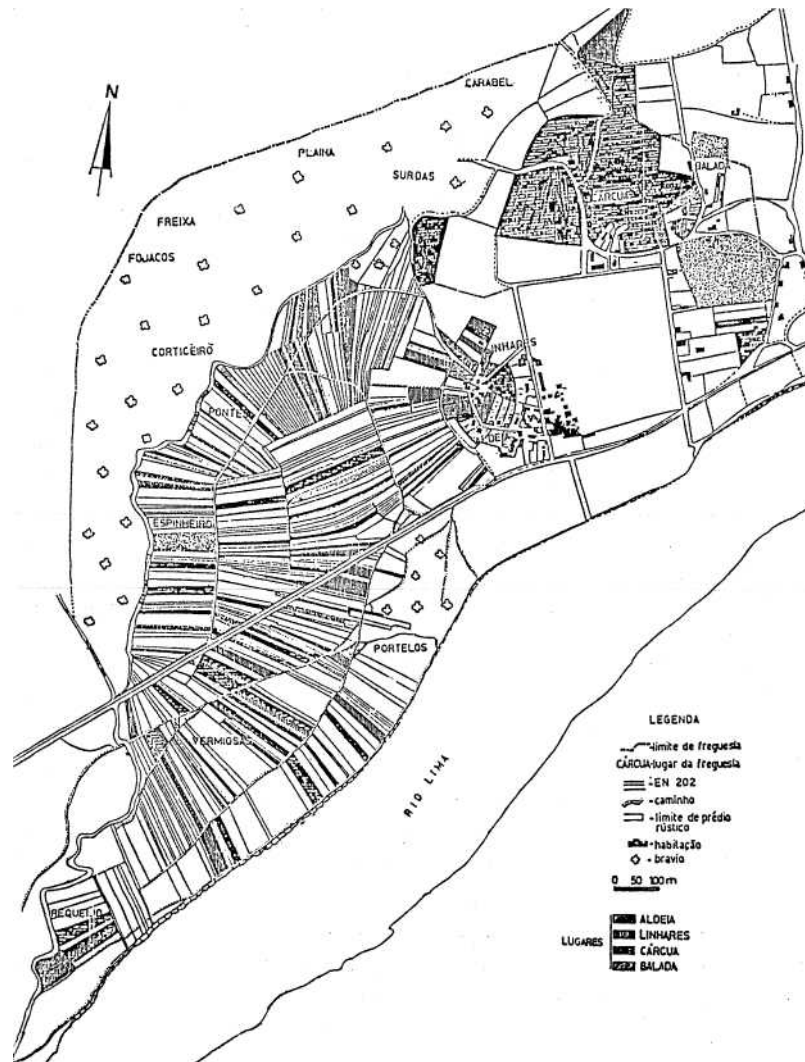


Fig. 5 — Cadastro da área de lavradio em 1970 — leiras de proprietários residentes na freguesia.

Fonte: Inquérito próprio, 1983/84

dade económica, particularmente nos casos em que os proprietários não eram agricultores nem viviam próximos de Bertiandos. Era o sistema de herança que dominava, então.

Foi sobretudo após 25 de Abril de 1974 que as transferências se efectuaram, tanto entre os residentes como entre os não residentes, mas com maior incidência entre os proprietários locais. Esta alteração

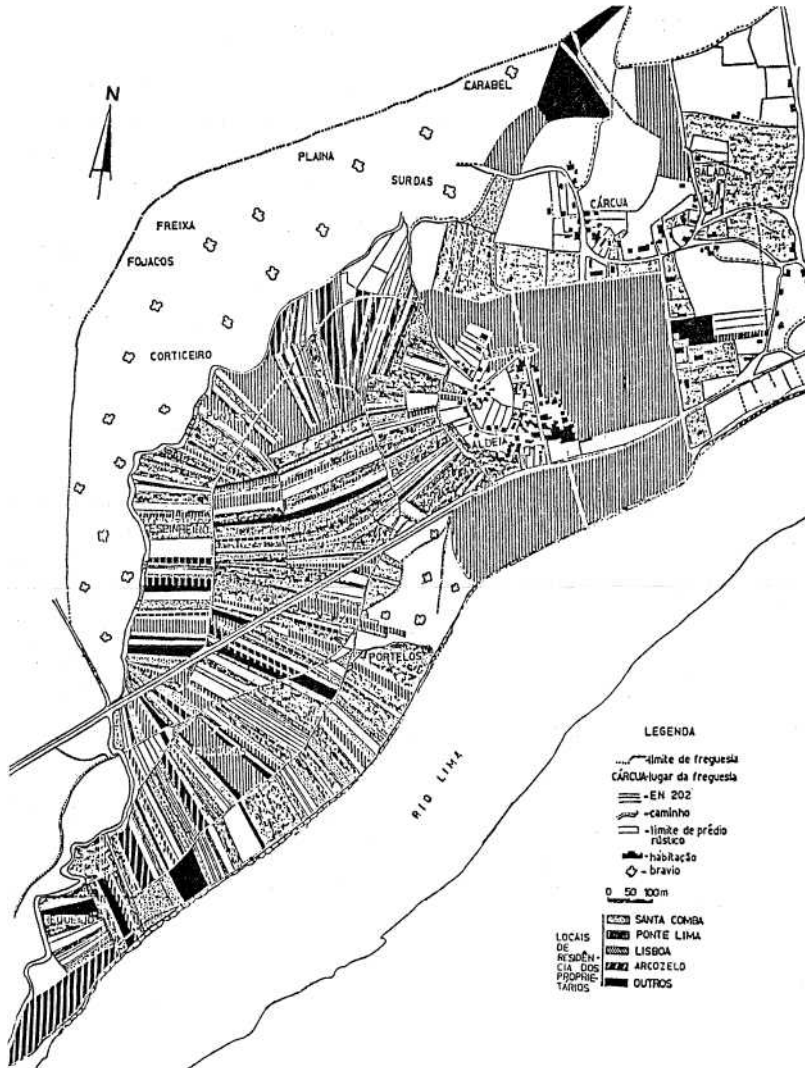


Fig. 6 — Cadastro da área de lavradio em 1970 — leiras de proprietários não residentes na freguesia.

Fonte: Inquérito próprio, 1983/84

concretiza-se independentemente da localização das leiras, já que em todos os lugares houve transferências. No entanto, temos de fazer uma referência especial a dois lugares, a Cárcua e a Aldeia. Aí, após 1979, a Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima loteou vastas áreas para construção urbana, áreas agrícolas que anteriormente arrendava. Por outro lado, também nos lugares do extremo W da freguesia ou na Corredoura se verifica um elevado número de transferências após 1974, sobretudo entre os residentes e em articulação com a introdução de capitais provenientes da emigração. No entanto, para além da melhoria económica do emigrante, há que ter em consideração que também a legislação posterior a 1974, sobretudo no relativo ao arrendamento, foi importante para estas transferências, pois proporcionou facilidades várias na aquisição por parte dos rendeiros das terras que anteriormente arrendavam.

Todavia, raramente uma exploração agrícola é constituída por um só prédio de lavradio. Por isso, tentaremos na alínea seguinte analisar algumas das características das explorações agrícolas de Bertianos.

b) *Características da exploração agrícola (1984)*

Após o estudo do parcelamento do lavradio da freguesia e da repartição espacial dos seus proprietários, nesta alínea passamos a preocupar-nos sobretudo com as explorações agrícolas cujos dirigentes residem em Bertianos.

Sendo muito reduzida a dimensão dos prédios rústicos, é compreensível que cada exploração possua um elevado número de prédios para, deste modo, conseguir produzir o mínimo indispensável à sua subsistência (Quadro 5).

QUADRO 5 — Número de parcelas/lavradio por exploração agrícola segundo a sede da exploração em 1984.

Lugares	N.º de prédios					
	1-2	3-4	5-8	10-14	>16	Total
Aldeia	6	4	4	3	1	18
Linhares	6	3	5	1	1	16
Cárcua	7	15	7	2	—	31
Balada	4	2	1	—	—	7

Fonte: Inquérito próprio. 1983/84

Verifica-se que dominam as explorações com elevado número de prédios (3 a 8 prédios), independentemente da área total da exploração e da localização da sua sede. No entanto, é sobretudo na Aldeia e em Linhares que encontramos as de menores dimensões (Quadro 6), concentrando-se aí também um grande número de sedes de explorações com apenas dois prédios rústicos ou inferior, e área média situada entre 400 a 1000 m². Correspondem àquelas que se circunscrevem, quase exclusivamente, ao quintal adjunto à casa. Em regra, os seus proprietários são bastante idosos.

QUADRO 6 — Dimensão do lavradio das explorações agrícolas dos residentes em Bertandos em 1984.

^ \ Lugares	Área (m ²)	1501- -2000	2001- -4000	4001- -6000	6001- -9000	^9100	Total
Aldeia	3	4	4	1	4	2	18
Linhares	4	2	3	4	1	3	16
Cárcua	1	2	6	9	8	5	31
Balada	3	2	—	1	1	—	7

Fonte: Inquérito próprio, 1983/84

No extremo oposto destacamos o lugar da Cárcua, onde, apesar das explorações possuírem também um elevado número de prédios, em regra a área total da exploração é superior, situando-se a área média por prédio rústico entre os 1500 e os 4000 m².

Cada exploração agrícola possui três a oito prédios, sobretudo entre os proprietários que têm a sede da exploração na Aldeia (Fig. 7), secundados pelos de Linhares. Uma exploração agrícola com sede na Aldeia atinge o valor máximo; na verdade, totalizando apenas cerca de 1,3 ha, essa área encontra-se dispersa por 17 parcelas situadas em 11 lugares diferentes! Cárcua, o lugar que se destaca dos outros em vários aspectos, também no parcelamento se distingue, pois que predominam largamente as explorações agrícolas com 3 a 5 parcelas, sendo, portanto, menor o parcelamento.

No entanto, tal como fizemos na análise por prédio rústico, também nas explorações podemos distinguir vários tipos segundo a sua área.

E apesar de aquelas explorações agrícolas com área inferior a 1500 m² corresponderem a explorações de um só prédio (geralmente o quintal), é daí que os seus proprietários retiram o necessário para a subsistência do agregado familiar, em regra pequeno e envelhecido.

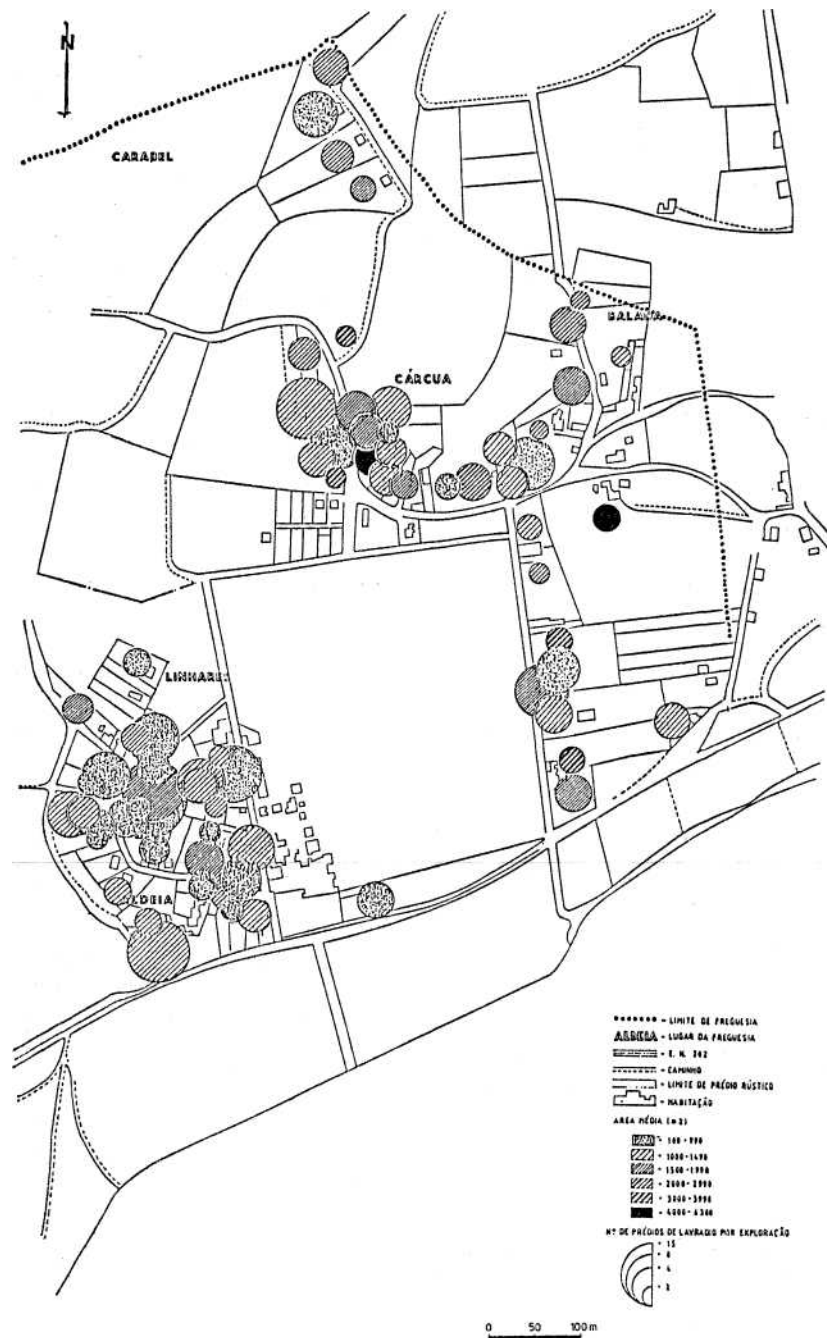


Fig. 7- -Número de prédios de lavrado por exploração agrícola e área média desses prédios. na freguesia de Bertandos em 1984, segundo o lugar sede da exploração.

Fonte: Inquérito próprio, 1983/84

As explorações com área total superior a 9000 m² correspondem às maiores entre os residentes. Entre os que não residem em Bertandos, o valor máximo atinge os 12 ha.

Quanto às explorações com valores intermédios (1500 a 9000 m²), vamos encontrá-las em todos os lugares, embora exista uma tendência para as maiores terem a sua sede na Cárcua.

Como verificaremos mais adiante, a forma de exploração não é estranha a estas características, embora também a tradição, a mentalidade dos agricultores, a sua situação sócio-económica, entre outros factores, favoreçam a permanência de explorações com áreas tão reduzidas.

Torna-se também evidente que a estrutura actual da exploração, se apresenta já como uma consequência da legislação vigente ao longo dos tempos relativa à transmissão de bens, embora não exclusivamente, como verificaremos.

c) *Tipo de empresa agrícola*

Um outro elemento que poderá corroborar o referido anteriormente consiste no tipo de empresa.

Pelo que temos vindo a apontar facilmente se constata que as empresas de tipo familiar são quase exclusivamente dominantes nesta freguesia. Basta recordar que apenas duas explorações se revestem do tipo empresarial. São elas a da Santa Casa de Misericórdia de Ponte de Lima e o já citado proprietário do solar de Bertandos.

Por outro lado, e embora neste trabalho não recuemos muito no tempo, é importante referir que, até ao final da década de cinquenta, ambos exploravam a área agrícola por arrendamento, pois eram absentistas. Só com a entrada na década de sessenta, com o êxodo rural e a emigração dos jovens, a população remanescente sofreu um conseqüente envelhecimento relativo. E, sem possibilidades de prosseguirem o arrendamento que já mantinham há várias décadas, os rendeiros foram entregando as leiras aos respectivos proprietários. Estes, para evitar que os solos se degradassem e aproveitando a circunstância de possuírem a maior parte do lavradio, embora muito parcelado e disperso, recorrendo à troca, puderam facilmente criar blocos com área suficiente para uma mecanização e reestruturação completa da sua exploração.

Foi o que sucedeu com a exploração do proprietário do solar que, apoiado nos seus conhecimentos de agronomia e em capital necessário, dirigiu a sua exploração no sentido da agro-pecuária, para produção de leite, introduzindo não só novas culturas mas também inovações tecnológicas.

Já na década de setenta, a Santa Casa segue o exemplo anterior. Ambas as explorações são dirigidas por um feitor e mão-de-obra locais. Acrescente-se que na exploração do proprietário do solar também a vinha tem muita importância, já que a sua plantação recente, a selecção das castas e a adopção de técnicas modernas de plantio possibilitaram o recurso à mecanização. O seu proprietário é um dos sócios da Cooperativa Vinícola de Ponte de Lima.

No entanto, se estas explorações são rentáveis, as restantes apenas subsistem através do ingresso doutros meios financeiros provenientes de outras actividades.

d) *Forma de exploração (1984)*

Pela leitura da Fig. 8 vê-se que é na Cárcua e em Linhares que dominam as explorações por conta própria, embora as de Linhares tenham área inferior. Por outro lado, em regra as explorações de forma mista apresentam maior área total, independentemente do número de prédios que perfazem essa área.

E, neste caso, são novamente a Cárcua e a Balada que se destacam, embora as explorações de forma mista (conta própria e arrendamento) se detectem também nos outros dois lugares. No entanto, nas explorações de forma mista com sede na Aldeia, a área que estes agricultores trabalham por arrendamento é duas a três vezes superior à dos prédios próprios.

É na Aldeia (Fig. 8) que a forma de exploração por arrendamento tem maior peso, logo seguida de Linhares, sendo quase inexistente nos outros lugares, pois que é muito limitado o número de explorações agrícolas cuja totalidade da área agrícola é arrendada. Por outro lado, a área das explorações por arrendamento com sede na Aldeia e em Linhares é muito superior à das sediadas na Cárcua ou na Balada, se bem que sempre muito dispersa.

Distinguem-se dois grandes grupos entre os agricultores que recorrem ao arrendamento: o primeiro, agrupando pessoas com 25 a 50 anos, corresponde aos emigrantes ou a filhos de agricultores activos, enquanto o segundo diz respeito aos do grupo etário dos 65 a 75 anos. Relativamente aos emigrantes, quando atingem um certo desafogo económico, compram uma habitação com um quintal, a que se segue a compra de várias leiras que porventura se encontrem disponíveis. Além disso, na generalidade dos casos, só muito recentemente adquiriram estes prédios. O outro sector incluído neste grupo, os filhos dos agricultores ainda activos, geralmente com actividade diferente da agrícola, possui apenas uma área mínima para além do quintal. No entanto, a quase totalidade destas pessoas mostra-se na

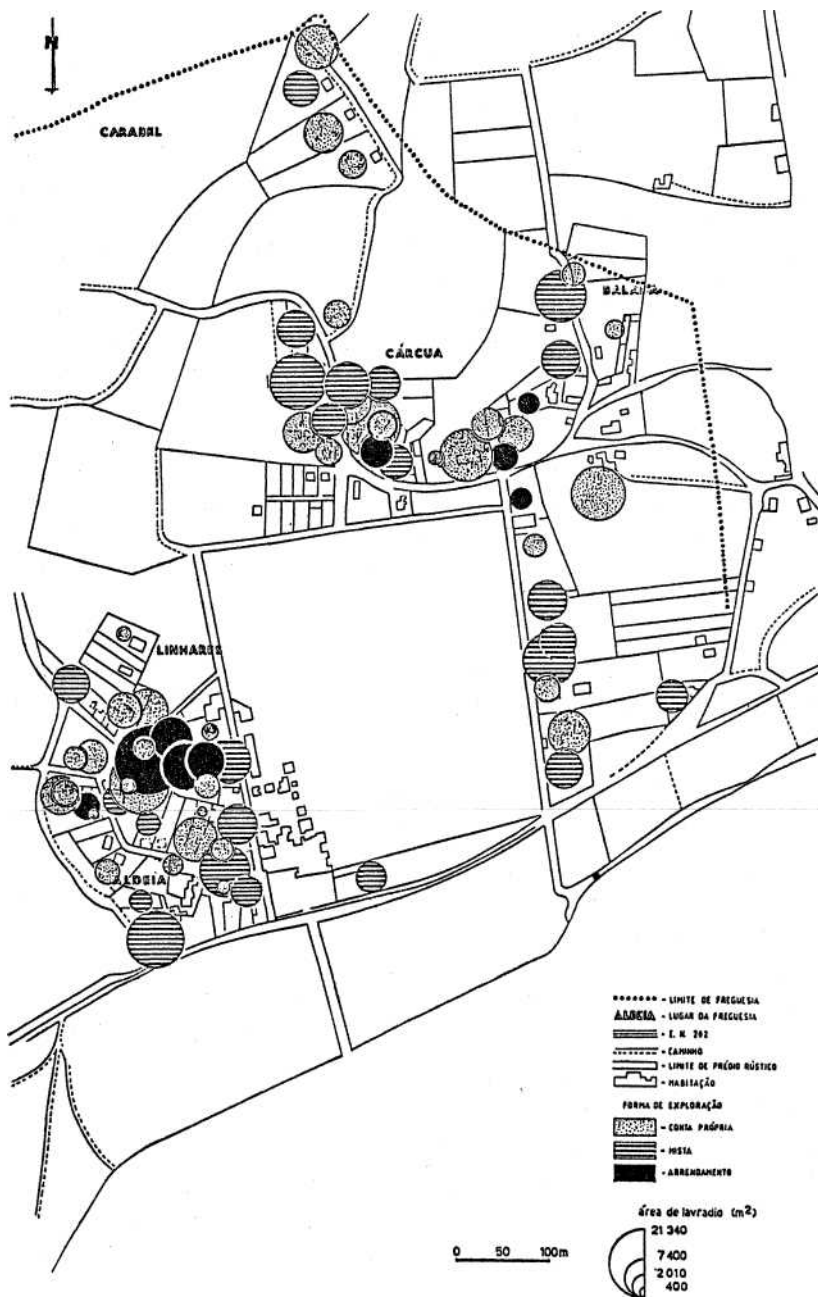


Fig. 8 — Forma de exploração do lavradio em 1984 segundo a residência do agricultor e a área total do lavradio da exploração.

Fonte: Inquérito próprio, 1983/84

disposição de adquirir outras leiras para ampliar a sua área, o que parece denunciar uma boa situação económica, revelando também que permanecem na actividade agrícola, tradicional nesta área. Por outro lado, não nos podemos esquecer de que, na impossibilidade de aquisição, se recorre ao arrendamento, surgindo então a enorme representação das explorações de tipo misto. Logo que as condições o permitam e aproveitando a legislação actual, essas pessoas adquirem-nos, visto que têm preferência na compra, desde que se prove trabalharem esses prédios há pelo menos um ano.

O segundo grupo (agricultores com 65 a 75 anos) reveste-se de características diferentes: prossegue com arrendamentos que iniciou há longas décadas, os quais passavam de geração em geração quase sem alterações. Corresponde, também, ao arrendamento de leiras de dimensões mínimas.

Por outro lado, embora exista uma leve tendência para uma preferência da parte dos mais jovens rendeiros pelos lugares mais próximos das aldeias ou do Rio Lima, tal tendência é mínima, já que ou «herdam» os arrendamentos dos pais, ou arrendam aqueles que os outros agricultores locais tinham mas que, ao atingirem a idade de reforma sem filho que deseje prosseguir com o arrendamento, os cedem aos mais jovens, sempre ávidos de maior área. E deste modo, sem qualquer tentativa de emparcelamento, se perpetua a situação actual...

Encontramo-nos pois, em condições de verificar que a forma de exploração influencia a produtividade agrícola, onde o arrendamento constitui um dos elementos a ter em consideração.

De facto como não havia outro meio de subsistência e a propriedade se encontrava concentrada num número muito restrito de proprietários, absentistas na sua quase totalidade, a população local era obrigada a arrendar (ou a aforar) a área agrícola. Por outro lado, ao exigirem-se rendas elevadas, esta forma de exploração colocava rapidamente os caseiros em situação deficitária, na dependência do proprietário, agravada pelo facto de qualquer irregularidade climática, ou de outra índole, impossibilitar a solvência dos contratos. Consequentemente, alastrava o endividamento em relação ao senhorio, que acabava por ficar com alguma leira que o caseiro eventualmente tivesse herdado...

Por isso, como precaução para qualquer imprevisto, multiplicavam-se as subdivisões dos prédios rústicos, preferindo os rendeiros trabalhar muitas pequenas leiras dispersas pelos diferentes lugares, do que um único bloco situado num lugar só. Nas aldeias, pelas suas características mais favoráveis (maior altitude e solos mais leves), a subdivisão atingia o máximo, visto que só aí se podiam cultivar outros produtos além do milho.

Esta característica ainda hoje subsiste, atingindo o máximo em Linhares, onde um prédio se encontra subdividido em 22 pequenas leiras!

No entanto, actualmente, por arrendamento, raramente se subdivide um prédio em mais de três parcelas, dominando mesmo uma ou duas por prédio.

Deste modo, o parcelamento aparece ainda agravado através do arrendamento! É evidente que uma estrutura como esta não possibilita produções viáveis do ponto de vista económico.

No entanto, os proprietários — nomeadamente os mais novos —, vão-se apercebendo de tais características desfavoráveis, na medida em que, vivendo exclusivamente desta actividade, sentem necessidade de ampliar os seus rendimentos. Somente os proprietários com boa situação económica se reúnem ao grupo anterior. E é com base num desses proprietários, o residente em Lisboa, que se iniciaram na década de sessenta as primeiras movimentações no sentido de um emparcelamento, mas sem qualquer continuidade. Só após 1979 a Santa Casa de Misericórdia de Ponte de Lima retoma essa ideia, reiniciando os emparcelamentos. Deste modo, surge o de Enchidas com 2,3 ha.

No entanto, a escassez dos exemplos evidencia que a grande responsável das baixas produções é, ainda, a estrutura da propriedade, que, por sua vez, tem a base na forma de apropriação do solo agrícola e legislação conexas, recuando mesmo até ao século passado e seu morgadio. Face à existência de 72 proprietários residentes nesta freguesia com uma média de quatro leiras por exploração, das quais somente uma no lugar onde se encontra a habitação (o quintal), é com apreensão que olhamos o futuro da estrutura fundiária, e a possibilidade de a alterar, para a melhoria do nível económico destes lavradores.

Timidamente alguns outros exemplos despontam, sobretudo a Sul da Estrada Nacional 202 ou no centro da Veiga. No entanto, a área abrangida é mais reduzida do que a do exemplo anterior. Trata-se fundamentalmente do parcelamento contínuo que se revela predominante, quer através da transmissão de bens por herança, quer através da alienação, caso em que a forma de exploração ainda agrava mais a situação.

Mas também através do arrendamento se concretiza o «emparcelamento», embora corresponda apenas a dois casos, muito recentes e situados ambos no lugar da Veiga do Meio. Aí a ampliação da área trabalhada foi obtida à custa da reunião de duas leiras arrendadas ou de uma arrendada a outra própria. Observa-se no entanto que a área total abrangida é mínima e que a idade de ambos os rendeiros é inferior a 50 anos.

Em síntese, verifica-se que os agricultores locais ampliam as suas explorações por arrendamento; todavia, simultaneamente aumentam também o número de parcelas e o grau de dispersão, pois não existe qualquer orientação na aquisição ou no arrendamento de novos prédios. Há, apenas, uma preferência pelos lugares de características naturais mais favoráveis, para além do aproveitamento das oportunidades surgidas.

Por outro lado, também pela área da exploração agrícola se detectaram diferentes, já que apenas existe uma exploração com área superior a 2 ha; pela contrário, várias outras com área inferior a 800 m² têm a sua sede em Bertandos, mostrando-nos o desequilíbrio predial existente.

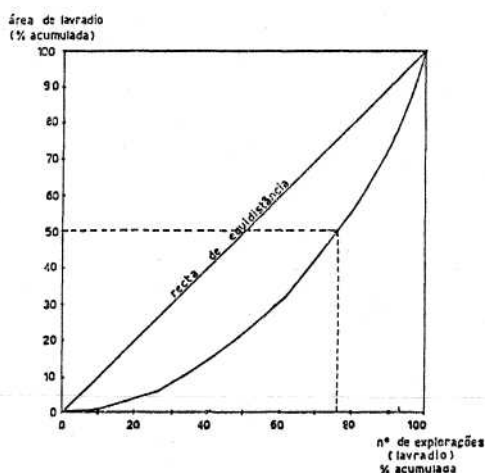


Fig. 9 — Curva de concentração do lavrário dos agricultores residentes na freguesia de Bertandos em 1984 (Curva de Lorenz).

Fonte: Inquérito próprio, 1983/84

Com o intuito de descobrirmos qual o grau de concentração predial, realizamos uma Curva de Lorenz, em que inserimos apenas as explorações dos proprietários residentes em Bertandos (Fig. 9). É facilmente se constata que há uma distribuição desequilibrada, visto que 41 % das explorações apenas trabalham 15 % da área de lavrário, evidenciando assim a importância das pequenas explorações constituídas, quase exclusivamente, pelo quintal contíguo à casa e uma pequena leira. No extremo oposto, 7 % das explorações dominam 30 % da área de lavrário. Restam, no entanto, 52 % das explorações correspondentes a 65 % da área agrícola: nestas dominam as explorações com área compreendida entre 2500 e 11000 m² (Fig. 9).

Torna-se, por conseguinte, claro que são as «médias» explorações que predominam na área em estudo.

No entanto, estes aspectos gerais modificam-se se a análise for feita de modo a distinguir as explorações por lugar sede; para tal, realizamos curvas de concentração do lavradio por lugar. Além disso, tendo em conta a importância que o arrendamento tem, associamos à curva anterior uma outra, em que apenas representamos a área própria. Deste modo, obtivemos a influência exercida pelo arrendamento em cada lugar, através dos desvios provocados na primeira curva (isto é, a que foi realizada tendo por base a área total das explorações, independentemente do seu estatuto jurídico) (Fig. 10).

E de imediato se verifica que em qualquer dos lugares o arrendamento tem influência mas com especial incidência nas explorações com sede na Aldeia. Neste caso 48 % das explorações abarcam apenas 25 % da área própria; mas se incluirmos no cômputo a área arrendada, vemos que a diferença aumenta, na medida em que agora esses mesmos 25 % se encontram distribuídos por 58 % dos agricultores do lugar. Deste modo, embora a pequena percentagem de «grandes explorações» se mantenha, a verdade é que, através da área arrendada, estas explorações destacam-se ainda mais; isto porque enquanto 6,7 % das explorações retinham 33 % da área de lavradio própria, incluindo a arrendada, apenas 15,4 % da área de lavradio é absorvida pelos mesmos 6,7 %. Portanto, verifica-se um acentuado afastamento das duas curvas mais evidente nas explorações de área intermédia, já que as de menores dimensões sofrem, apenas, uma pequena alteração.

Apesar de o arrendamento disfrutar de grande influência na Cárcua, a estrutura da curva mantém-se, indicando-nos que, excluindo as explorações de área mais reduzida, a quase totalidade recorre ao arrendamento.

Relativamente aos outros dois lugares em apreciação, enquanto Linhares apresenta explorações com área total mais diferenciada, no caso do arrendamento apenas se verificam pequenos ajustamentos pontuais, sobretudo entre as que apresentam áreas próximas das maiores; no caso das de menores dimensões quase não se nota alteração alguma, o que mostra que não recorrem de forma significativa ao arrendamento.

Quanto à Balada, e no respeitante às explorações por arrendamento, verifica-se uma ligeira diminuição do desnível existente, sobretudo entre as explorações de média dimensão.

Por isso, embora se tenha de ter em consideração que em alguns lugares, como a Balada, apenas existam sete explorações, o que corresponde a um número muito reduzido e que, conseqüentemente, qualquer anomalia afecta imediatamente o respectivo valor, parece evidente que são as explorações com a sua sede nos lugares onde existe maior

Dois exemplos de espaços agrários na Ribeira Lima

«desequilíbrio» entre a dimensão das explorações que o arrendamento menos interfere, ou seja, nos locais em que apenas leves «retoques» se verificam, e sobretudo nas explorações de área intermédia.

No entanto, não se conclua que existe nesta freguesia uma equidistribuição da área de lavradio, pois que, se entrássemos em linha de conta com os proprietários não residentes na freguesia e respectivas áreas, a conclusão seria muito diferente. Bastará referir um exemplo: o proprietário residente em Lisboa que possui 12 ha de lavradio. Ora entre os residentes, a exploração de maior área pouco ultrapassa os 2 ha.

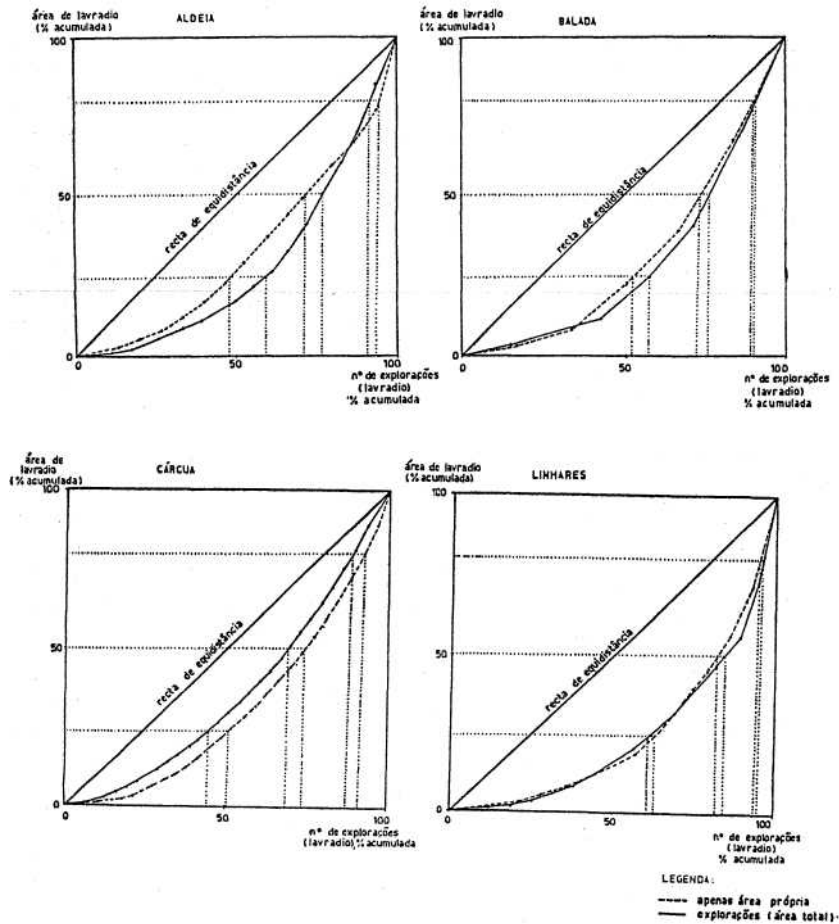


Fig. 10—Curvas de concentração do lavradio dos agricultores residentes na freguesia de Bertandos, segundo o seu lugar de residência, em 1984 (Curvas de Lorenz).

Fonte: Inquérito própria, 1983/84

1.4. Características da sua população (1984)

Diversas vezes tem sido posta a questão da influência das características sócio-económicas dos agricultores nas suas explorações e sua interligação com a situação vivida na freguesia. Para esta análise, iniciaremos sempre cada alínea por uma breve apresentação das características gerais da população total da freguesia, baseando-nos na informação obtida no inquérito realizado em todos os fogos da freguesia.

1.4.1. Estrutura etária

Com um total de 422 habitantes no início de 1984, destacam-se certas características desta população e que o Quadro 7 evidencia.

QUADRO 7 — Estrutura etária da população de Bertandos em 1984.

Lugares habitados	Jovens		Adultos		Idosos	
	n.o	%	n.o	%	n.o	%
Aldeia	38	36,5	45	43,5	21	20,2
Linhares	36	35,5	43	42,6	22	21,8
Cárcua	67	39,0	81	47,0	24	14,0
Balada	21	46,7	17	37,8	7	15,6
Total	162	38,4	186	44,1	74	17,5

Fonte: Inquérito próprio, 1983/84

Embora apenas 17,5 % da população total seja idosa¹, a sua repartição espacial não é uniforme em todos os lugares habitados da freguesia, já que é na Aldeia e em Linhares que o índice de envelhecimento se revela maior.

Por outro lado, apenas na Balada o grupo etário dos jovens é maioritário (46,7 %), enquanto nos outros lugares são os adultos que detêm maior representação, se bem que não muito destacados dos outros dois grupos (jovens e idosos). É na Cárcua que aparece uma

¹ Consideramos jovens os que têm de 0 a 20 anos de idade, adultos os que têm entre 21 e 60 anos e idosos aqueles que ultrapassavam esta idade.

população com uma estrutura mais equilibrada, evidenciando-se apenas o sexo masculino do grupo etário dos 0-20 anos. Este último deve-se apenas à dimensão da amostra, correspondendo, portanto a um caso pontual.

Em síntese, é nos lugares mais antigos que deparamos com a população de estrutura mais idosa, ou seja, Linhares e, em especial, a Aldeia, enquanto a Cárcua apresenta somente 14 % da população com idade superior a 60 anos; trata-se de um lugar onde se verifica um elevado incremento da construção de habitações. Na Cárcua, por exemplo, existem duas urbanizações iniciadas em 1979 e que são indissociáveis do regresso de emigrantes que aí fixaram residência, ou, noutros casos, aí pensam fixar.

Aliando-se a esta característica surge-nos uma outra comum entre aqueles que permanecem no estrangeiro (quase exclusivamente a França): quando os filhos atingem a idade escolar regressam a Bertandos, ficando os avós, ou outros familiares, responsáveis por estas crianças. Como é elevada a percentagem de emigrantes na Cárcua, também o peso da população jovem assume valores elevados, o que concede a este lugar a característica de possuir uma estrutura de população menos envelhecida.

Por outro lado, encontrando-se Ponte de Lima apenas a 4 Km de distância e Viana do Castelo a uma hora de transportes públicos, compreende-se plenamente a expansão da função residencial nesta freguesia. Assim, são numerosos os casais jovens que, construindo uma habitação em terras pertencentes aos pais (na quase totalidade dos casos), apenas pernoitam na freguesia, porque exercem uma actividade no sector secundário, ou no terciário, em freguesias próximas, como por exemplo em Santa Comba na Lacto-Lima, ou na sede do concelho. Só complementarmente ajudam os mais idosos nos trabalhos agrícolas.

Restringindo-nos apenas à estrutura etária dos 72 agricultores desta freguesia deparamos com uma distribuição muito equitativa entre os quatro grupos etários distinguidos (25-40 anos, 41-50, 51-65, e mais de 65 anos). No entanto, com idade inferior a 30 anos apenas encontramos 3, enquanto com 65 anos ou mais são 24 os agricultores (33 %).

Mas, se os analisarmos segundo a forma de exploração, Fig. 11, vemos que são os grupos etários extremos que dominam nas explorações por conta própria, invertendo-se esta característica nas empresas agrícolas mistas, em cujo conjunto de 24 explorações, apenas 4 apresentam agricultores com idade inferior a 40 anos. Igual número de agricultores apareceria se distinguíssemos os que possuem mais de 70 anos.

Nas explorações trabalhadas por arrendamento, apenas dois têm idade inferior a 50 anos, (ambos com 49), não existindo também rendeiros com idade superior a 71 anos.

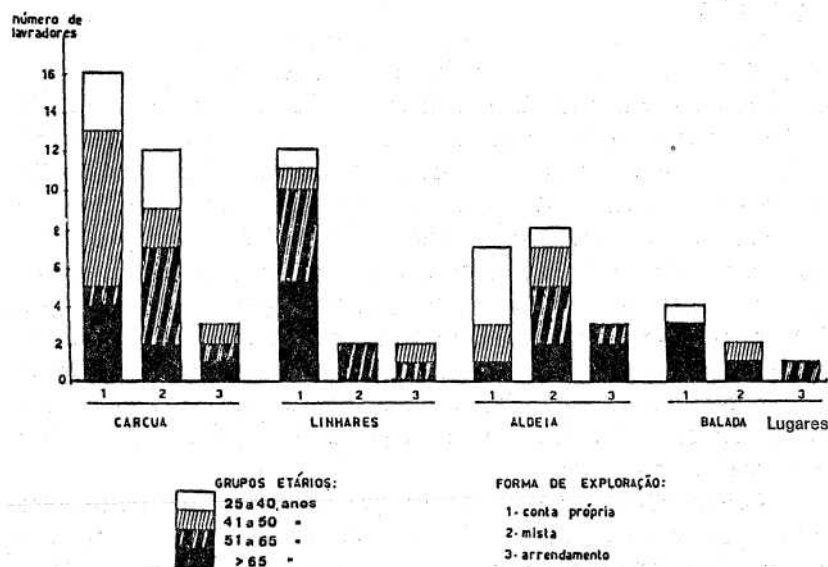


Fig. 11 ^- Grupos etários dos lavradores residentes em Bertandos, segundo a forma de exploração, em 1984.

Fonte: Inquérito próprio, 1983/84

É importante reparar que mais de 1/3 dos agricultores com explorações por conta própria ultrapassam a idade dos 65 anos. Este grupo aparece também evidente nas explorações por arrendamento, pois que 40 % desses agricultores atingem este escalão etário. Parece*-nos, pois, lógico colocar a seguinte interrogação: qual será a capacidade destes lavradores para promoverem inovações? Encontrando-se numa idade em que a sua actividade começa a declinar, quais os incentivos que se oferecem para uma modernização das suas explorações? E se eles não tiveram ao longo da vida a oportunidade de se instruírem tecnicamente com conhecimentos mais actualizados, já que todo o tempo era imprescindível para a conclusão atempada dos trabalhos agrícolas, única fonte de rendimentos e de solvência dos contratos efectuados com o Senhor de Bertandos, como esperar uma situação diferente na actualidade? No fundo, estes agricultores limitam-se a manter a situação a que estão tradicionalmente arreigados.

Mas esta situação apresenta matizes de acordo com o lugar sede da exploração (Fig. 12). É na Aldeia e em Linhares que se encontram os agricultores mais idosos. Recordemos que, como vimos atrás, são eles e os mais jovens os que concentram as menores explorações.

Além disso, no caso da Aldeia se excluirmos o agricultor mais idoso (83 anos), vemos que todos os restantes com explorações por conta própria oferecem idade inferior a 50 anos, enquanto as explorações agrícolas de forma mista apresentam dirigentes que incluímos maioritariamente nos grupos etários intermédios. Esta característica estende-se também, neste lugar, às explorações por arrendamento.

Sabendo que uma das maiores ambições dos emigrantes é construir ou adquirir habitação própria, a que juntam alguma área agrícola que lhes permita obter produtos hortícolas para o seu agregado familiar uma vez regressados definitivamente, não é de estranhar que cinco dos agricultores mais jovens tenham sido emigrantes, possuindo actualmente um a três prédios, enquanto aqueles que estão mais desligados da agricultura (exercem outra actividade) apenas adquirem o quintal anexo à casa.

Acrescente-se que é na Aldeia que se localiza um outro loteamento para a urbanização. Este, tal como os dois referidos anteriormente (localizados na Cárcua), teve a sua origem precisamente na «procura» desses emigrantes, situação que apresenta algumas semelhanças com a do lugar da Cárcua. No entanto, os agricultores mais jovens aqui residentes possuem explorações com uma área média dupla, atingindo mesmo o quintuplo da habitual entre os mais antigos residentes na Aldeia. Esta diferença é devida à proporção da área própria nas suas explorações, pois que só excepcionalmente esses agricultores arrendam área superior àquela que possuem (infelizmente, à custa da dispersão da sua empresa agrícola).

Linhares e Balada diferenciam-se dos lugares anteriores, pela razão de que para além dos agricultores mais jovens apresentarem idade superior a 37 anos, a influência dos emigrantes é reduzida.

Para além disso, são os agricultores mais idosos que dominam as maiores explorações por conta própria, coincidentes, aliás, com as mais parceladas. Em segundo plano, surgem-nos os mais jovens (25 a 50 anos), mas sempre com menor área total.

É evidente que uma população agrícola envelhecida, avessa a grandes inovações, não pode obter grandes rendimentos.

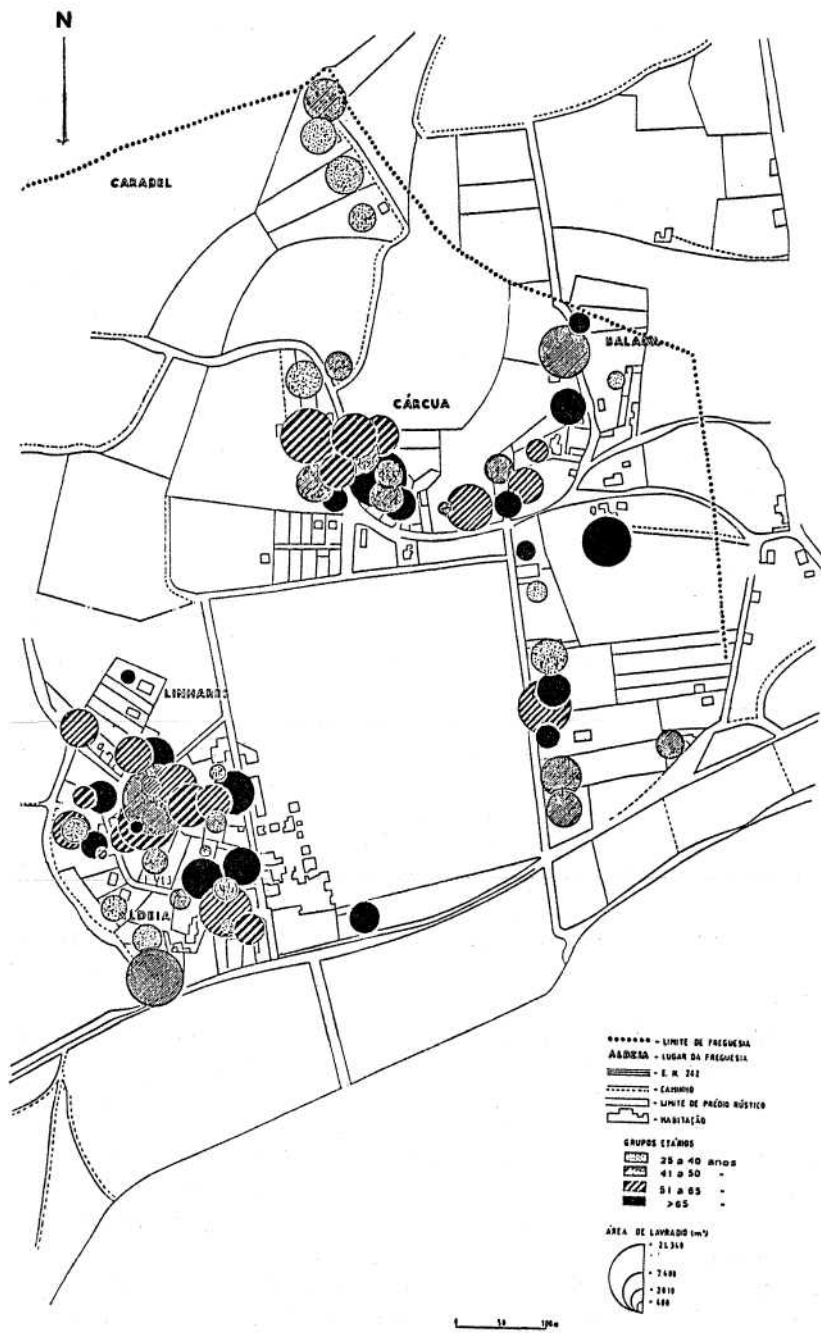


Fig. 12 — Idade do agricultor segundo a sua residência e a área de lavradio da exploração agrícola (1984).

Fonte: Inquérito próprio, 1983/84

1.4.2. *Grau de instrução*

Pela leitura do Quadro 8 de imediato se constata o baixo grau de escolarização existente nesta freguesia, onde 40 % aproximadamente da população total apenas possui a 4.^a classe, com valores mais elevados na Cárcua e na Balada. Os lugares com menor grau de escolarização coincidem com os de população mais envelhecida.

QUADRO 8—Grau de instrução da população residente em Bertandos em 1984.

^v. Sede de exploração	Grau de instrução \ N.	Analfabetos	Sabem ler	4.ª classe	Até 6.ª classe	9.º ano	■ii.º ano	Superior	
Aldeia		14	4	41	21	1	—	—	81
Linhares		15	1	37	15	—	4	—	72
Cárcua		15	9	71	24	2	—	1	122
Balada		2	3	18	3	3	1	—	30

Fonte: Inquérito próprio, 1983/84

Por outro lado, na Aldeia e em Linhares 14 a 15 % da população é analfabeta (60 % dos quais mulheres), valores que não ultrapassam os 8 e 4 %, respectivamente, na Cárcua e na Balada.

Nenhum dos lugares se destaca com grau superior à 4.^a classe, sendo a percentagem de pessoas nestas condições variável entre 21 a 15 %.

Outro aspecto a ter em consideração: enquanto na Balada estudantes e crianças com idade inferior a 7 anos correspondem a um terço do total de habitantes (15 em 45), o lugar que mais se aproxima destas características é a Cárcua (50 em 172 pessoas, correspondendo a 29 %), enquanto a Aldeia, com apenas 22 % (23 crianças num total de 104 habitantes), é a que menor valor apresenta.

Como se observa, estamos perante um baixo grau de instrução dominante, relacionado com a estrutura etária anteriormente descrita, mas também, e principalmente, ligado às características sócio-económicas dos diferentes lugares, que são a consequência de toda uma evolução.

Estando estas dependentes da agricultura, inseridas num sistema de arrendamento em condições extremamente desfavoráveis para os caseiros, é evidente que o analfabetismo se encontrava quase genera-

lizado a toda a população. Por outro lado, desde muito jovens os filhos eram iniciados nas lides agrícolas, auxiliando os pais, situação que só após a institucionalização da instrução primária obrigatória se começou a alterar. No entanto, e sobretudo entre as mulheres, era muito grande a percentagem daquelas que não frequentavam escola alguma, mesmo após a determinação oficial da obrigatoriedade de frequência da instrução primária. É que era necessária mão-de-obra para cumprir os contratos firmados.

Recentemente, após 1974, com a inserção de meios financeiros enviados pelos emigrantes e uma mais ampla e eficaz segurança social, proporciona-se uma reforma mínima aos agricultores idosos, anteriormente sem qualquer protecção, a que se junta o subsídio concedido a quem trata deles. Por isso, e perante a impossibilidade de os pais já idosos prosseguirem a sua actividade agrícola, os elementos mais jovens da população, que ainda permanecem em Bertiandos, libertam-se um pouco do elevado número de leiras, devolvendo as menos produtivas aos respectivos proprietários. Devem acrescentar-se a estes os casos das filhas que se encarregaram dos pais idosos e analfabetos; com a libertação dos trabalhos em consequência da devolução de área de cultivo, tem sucedido, como foi o caso de pelo menos três senhoras

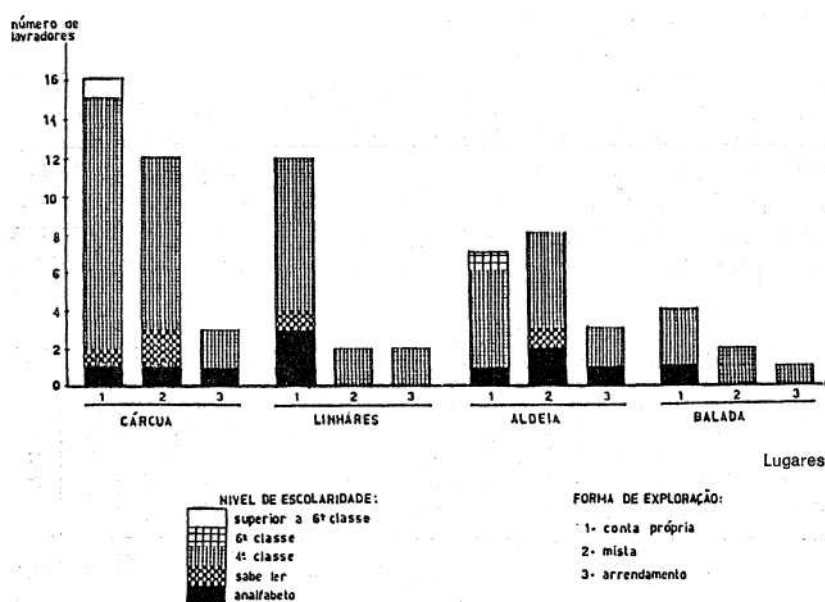


Fig. 13 —Nível de escolaridade dos lavradores residentes na freguesia em 1984, segundo a forma de exploração.

Fonte: Inquérito próprio, 1983/84

de Bertandos, que algumas se habilitem a diferentes perspectivas graças, por exemplo, à obtenção do grau da 4.^a classe da instrução primária. Nestas condições, abandonam também as lides agrícolas, contribuindo ainda mais para a diminuição da mão-de-obra neste sector. Relativamente apenas aos agricultores residentes em Bertandos, só 2 ultrapassam o nível mínimo de escolaridade (a 4.^a classe). Como superar as deficiências locais da agricultura, se o nível escolar existente constitui um obstáculo? Além disso, na hipótese, um tanto remota, de existirem meios suficientes para proceder a inovações, que garantia de rentabilização haveria se a grande percentagem dos bens de raiz não lhes pertencia? Não nos podemos esquecer de que a legislação agrária em vigor até 1974 não lhes facultava grande estabilidade. Além disso, é na forma de exploração por arrendamento que os agricultores analfabetos se encontram preferencialmente (Fig. 13), embora, tal como sucede nas explorações de forma mista, a 4.^a classe seja o nível mais comum, não havendo nestes dois tipos de exploração agricultores que o ultrapassem. Note-se também que o lugar de residência do agricultor não afecta as características gerais apontadas. Apenas a Cárcua e a Balada se individualizam, mas de forma mínima.

1.4.3. *Actividades profissionais*

Focando agora o problema por um ângulo diferente e reunindo aos estudantes e crianças com idade inferior a 7 anos os reformados, verificamos que 40 a 49 % da população total é inactiva, com especial incidência na Balada onde atinge 49 %. Se a essa população associarmos as «domésticas», a percentagem sobe para os 56 % em Linhares, 53 % na Balada e 50 % na Aldeia (Quadro 9). A Cárcua por sua vez apresenta 48 %. Mas, este valor não é altamente significativo,

QUADRO 9 — Actividades profissionais da população de Bertandos em 1984.

Lugar de residência	Profissão									
	Lavoura	Comércio	Indústria	Construção civil	Serviços	Outros	Domésticas	Reformados	Inactivos	Total
Aldeia	23	2	9	16	—	2	7	22	23	104
Linhares	23	—	8	7	3	3	11	17	29	112
Cárcua	40	3	9	28	7	2	14	19	50	172
Balada	11	1	1	4	3	1	2	7	15	45

Fonte: Inquérito próprio, 1983/84

pois que são raros os exemplos das domésticas que não trabalham na lavoura, já que são elas, auxiliadas pelos filhos que recentemente concluíram a 6.^a classe, que executam a quase totalidade dos trabalhos do campo.

Em relação às restantes actividades, são a construção civil para os homens e a indústria para as mulheres (Lacto Lima), que absorvem em média 17 % na Balada a 31 % na Aldeia, ficando os outros lugares em posição intermédia. Além disso, adicionando a pequena percentagem dos que trabalham no comércio, nos serviços ou noutros (2 e 4, respectivamente na Aldeia e na Balada), vemos que apenas 28 a 37 % retiraram a totalidade dos seus rendimentos da lavoura, pertencendo o maior valor à Balada, lugar onde é menor a diversificação de actividades.

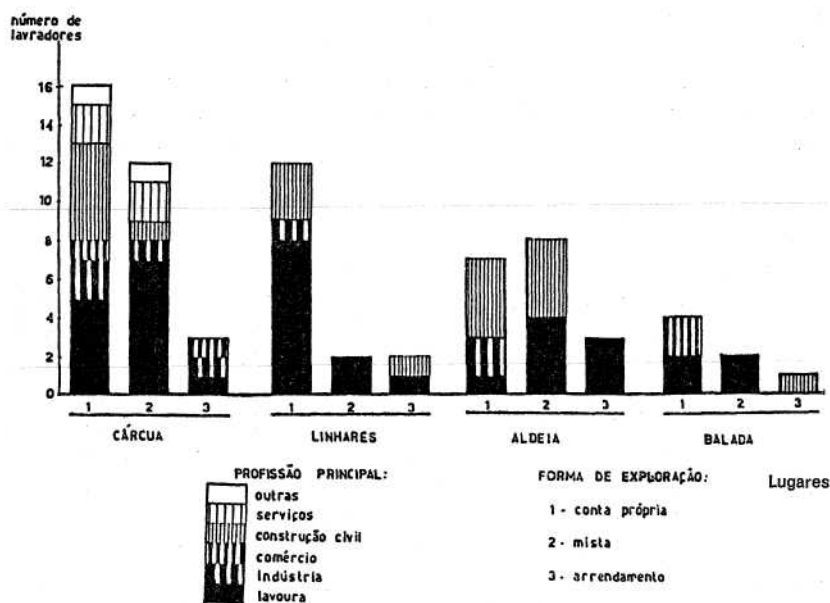


Fig. 14 — Profissão principal dos lavradores de Bertandos em 1984, segundo a forma de exploração.

Fonte: Inquérito próprio, 1983/84

Se nos cingirmos apenas à actividade principal dos agricultores locais, repetem-se as características gerais apontadas. Independentemente da forma de exploração, 50 % dos agricultores tiram doutras actividades o principal rendimento, (Fig. 14), e só como segunda ocupação aparece a agricultura! Além disso, são os mais jovens

aqueles que se encontram nesta situação, verificando-se uma grande percentagem de pessoas ligadas à construção civil, na qualidade de empreiteiros, serventes e trabalhadores não especializados, além de um industrial, proprietário de uma fábrica de blocos de cimento para a construção civil. Tal como em relação à população total de Bertandos, também neste grupo de agricultores um número bastante elevado trabalha na Lacto Lima.

Por outro lado, reparemos que é na forma de exploração por conta própria e nas explorações mistas que dominam aqueles que trabalham exclusivamente na agricultura. Apenas a construção civil se aproxima deste valor, como acontece na Cárcua.

Contudo, a existência de 50 % de agricultores que se dedicam exclusivamente à agricultura não é um aspecto extremamente importante, pois que 15 deles se encontram reformados, pelo que ampliam os poucos rendimentos obtidos na lavoura com a pensão a que têm direito.

É evidente que a incerteza existente na agricultura e a falta de apoios oficiais (sejam eles técnicos ou financeiros) favorecem a fuga à agricultura, deslocando-se os mais jovens para outras actividades mais compensadoras e com rendimento fixo. Não esqueçamos que eram remotas as hipóteses de obterem uma exploração rentável por conta própria, o que os incentivaria certamente.

O trabalho agrícola aparece, por consequência, colocado apenas como actividade secundária, assente na mão-de-obra constituída pela esposa e pelos filhos; nos tempos mais recentes, (após 1974/75), estes últimos, e em particular as raparigas, saíram há relativamente pouco tempo da escola. Por isso, sentindo-se de certo modo impotentes para transformarem a situação actual, não ampliam nem remodelam as explorações, pois que nem os agricultores nem os filhos dispõem agora de tempo para outras acções que não sejam a manutenção da exploração já existente.

Sendo predominantes os agricultores mais idosos, raramente abertos a inovações, sente-se uma certa inércia, pois que estes agricultores só investem após verem comprovados os bons resultados obtidos por outros lavradores com as inovações introduzidas; só então as aceitam, característica que se repete mesmo face à mecanização, muito incipiente.

Mas apesar do lavradio de Bertandos apresentar muitos problemas, no momento presente iniciaram-se algumas tentativas de emparcelamento que depararam com muitos obstáculos ligados não só à grande dispersão predial, mas também à área reduzida de cada leira e ao grande número de proprietários que apenas possuem 1 a 3 prédios. Esta situação obriga a que o número de intervenientes no emparcelamento seja muito elevado, multiplicando-se as dificuldades

a superar para se concretizar o emparcelamento. Só muito dificilmente se conseguirá viabilizar um emparcelamento nestas condições, já que a forma de exploração ainda agrava mais a situação. Todavia, o emparcelamento é necessário para um aumento da produtividade e modernização desta área, o que seria alcançável se os agricultores optassem por algum associativismo ou algum cooperativismo. E têm um exemplo na vizinha freguesia de Estorãos já desde 1969/70. Tentaremos analisar os condicionalismos que possibilitaram a conclusão do referido emparcelamento assim como as suas características.

Não obstante já termos fornecido, por diversas vezes aliás, indícios que nos permitiriam responder à questão inicial, nesta fase do nosso trabalho colocam-se-nos, porém, outras questões também pertinentes. É exemplo dessas dúvidas a seguinte: embora a existência de um vínculo em Bertandos constituísse um dos factores que justificam a situação actual, qual o peso relativo doutros? Qual a sua interdependência da instituição vincular?

É evidente que muitos outros factores foram e são importantes. E, por outro lado, será que a existência de áreas vinculadas não trouxe consigo nenhum aspecto positivo? Cremos que as respostas a estas questões ficam muito mais fundamentadas se compararmos esta situação com a de Estorãos.

2. ESTORÃOS: O PRIMEIRO CASO DE EMPARCELAMENTO FUNDIÁRIO EFECTUADO NO PAÍS

De facto, se tivermos em consideração o ambiente político-social existente no País só a visão esclarecida de alguém consciente das múltiplas carências sócio-económicas e avesso a uma estagnação e apatia, poderia ter incentivado uma acção como é uma reestruturação fundiária na década de sessenta. Era algo que colidia com certas instituições largamente implantadas. No entanto, o Sr. Comendador P.^o José Augusto Alves, então com cerca de 60 anos de idade, fomentou a realização do primeiro emparcelamento efectuado no País. Tratava-se porém de uma política agrícola que, embora inédita em Portugal, era largamente ventilada desde o século passado por estudiosos do fenómeno rural em Portugal e tinha já larga implantação em diversos países europeus, dos quais destacamos Espanha, França ou Dinamarca, países que atempadamente detectaram as consequências de uma deficiente estrutura fundiária das explorações agrícolas. Não obstante, em Portugal nada se fomentou no campo legal nesse sentido, ou então o pouco que se fez teve uma incidência muito superficial.

Foi sobretudo após as alterações legislativas efectuadas no século passado por Mouzinho da Silveira que se criaram as condições necessárias ao parcelamento contínuo das explorações agrícolas, como aliás foi referido.

Este parcelamento acelerou-se numa progressão geométrica, permitindo, apesar de certas condições locais, especiais, uma estrutura fundiária deficientíssima, em que a pulverização parcelar extrema constituiu um dos entraves a ultrapassar. Esta era a situação que detectamos em Bertandos, correspondendo também à situação mais divulgada em toda a Ribeira Lima, onde simples interferências locais transformaram, mais ou menos acentuadamente, as tendências gerais.

Tendo em consideração todos estes problemas e tentando solucioná-los surgiu assim o denominado «Perímetro de emparcelamento de Estorãos».

Encontrando-se a área de Veiga atravessada pelo Rio de Estorãos administrativamente integrada em quatro freguesias (Sá, S. Pedro de Arcos, Moreira do Lima e Estorãos), correspondia a um ensaio que, posteriormente, alastraria a toda a área em idênticas circunstâncias, tentando assim viabilizar, economicamente, solos tão férteis como os da Ribeira Lima. Contudo, embora este movimento se tenha concluído no final da década de sessenta, poucas mais iniciativas deste género se verificaram, apesar de urgentes.

Nesta alínea do presente trabalho apresentaremos, embora muito sucintamente, as características existentes numa das freguesias que foram abrangidas pela reestruturação fundiária aqui referenciada, Estorãos, residência do mentor deste movimento. Freguesia com 17, 10 Km² de área ¹, apresenta-se dividida em duas áreas distintas: a Meia de Baixo e a Meia de Cima. Nesta análise, sempre que seja conveniente, destringá-las-emos, apresentando uma caracterização sócio-económica de cada uma delas em 1987 ², tentando ao mesmo tempo detectar as consequências da reestruturação em foco. Para atingir tais objectivos basear-nos-emos num inquérito próprio efectuado nesta freguesia, por fogo ³, a que associamos os diversos elementos cedidos pela Direcção Regional de Entre-Douro-e-Minho, através da sua Delegação em Viana do Castelo, assim como a obtida na Repartição de Finanças de Ponte de Lima.

¹ Comissão Nacional do Ambiente, *A carta administrativa de Portugal e a sua contribuição para a investigação urbana e regional*, Lisboa, 1980.

² Sempre que o achemos conveniente, recuaremos ao período anterior ao início dos trabalhos de emparcelamento, assim como a 1969/70, período da sua conclusão.

³ Realizado entre 1987 e início de 1988.

2.1. Aspectos naturais: sua relevância

Esta freguesia, que se situa entre as de Moreira de Lima, Cabração, S. Pedro de Arcos e Arga de Cima, pode dividir-se em duas áreas morfológicas: a área de Veiga, de altitude entre 8 e 20 metros, domínio inegável das culturas arvenses, e as áreas de altitudes de 50 a 700 metros, onde os escassos espaços de lavradio se vêem envolvidos pelo bravio, em geral de povoamento denso. Encontramo-nos já nas vertentes de forte declive da Serra de Arga, após uma pequena área de transição (20 a 50 metros de altitude, aproximadamente), onde dominam o centeio e as espécies de sequeiro. Na base desta estrutura montanhosa deparamo-nos com parte dos lugares habitados desta freguesia, protegendo-se deste modo quer das cheias do Rio Estorãos, quer da morfologia extremamente desfavorável das vertentes, onde o recurso ao socalco é frequente. Aí, o solo torna-se mesmo esquelético, sobretudo nas áreas de maior declive, onde o granito aflora frequentemente à superfície. Aproveitando pequenas rechãs, surgem alguns lugares «muito arredios e encravados no monte»¹, como por exemplo Mãos, Cerquido e Bouça de Abade. Situam-se entre os 300 e os 400 metros de altitude. Envolve-os a mancha rochosa granítica e extensos espaços cobertos por largo tapete herbáceo reservado ao pastoreio, à alimentação do gado caprino e ovino, muito divulgados nesta área.

A altitudes superiores dominam os baldios, raramente florestados.

Acompanhando estas características, encontramos a grande percentagem da área agrícola concentrada nas Veigas que marginam o Rio Estorãos e seus principais afluentes, que ascendem um pouco nas vertentes, embora neste último caso recorrendo geralmente ao socalco. Aqui domina o milho, associado ou não ao feijão, enquanto nas leiras imediatas que envolvem as habitações, deparamos com a videira, a oliveira, para além das diversas espécies hortícolas, destinadas a suprir as necessidades locais destes produtos. Encontramo-nos em planos aluviais muito férteis, inseridos na mancha classificada pelos SROA como solos de classe A.

São, pois, dois espaços de grandes contrastes morfológicos, adaptando-se cada um deles às diferentes aptidões naturais. Denominam-se o primeiro Meia de Baixo que abrange nomeadamente os lugares de Bouças, Estivada, Tenães e Igreja (Fig. 15), e o segundo a Meia de Cima que inclui entre outros os lugares de Bouça de Abade, Mãos e Cerquido.

¹ BAPTISTA, António José — Arquivo de Ponte de Lima, Ponte de Lima, 1987, p. 290.

2.2. Alguns apontamentos sobre a evolução da ocupação deste espaço rural

Apesar de nos vermos confrontados com a ausência quase total de referências documentais sobre Estorãos, não quisemos deixar de apresentar alguns apontamentos sobre a história desta área, que nos envolve por um «*quid* misterioso que traz eflúvios de história e dá o pressentimento infalível que por aqui muito de notável se passou através de uma civilização de largos séculos!...» \

Após o período romano, cuja presença é aqui incontestável, pois a ponte romana sobre o Rio Estorãos bem como a do Arquinho disso são testemunhos, seguem-se vários séculos de absoluto obscurantismo sobre a evolução histórica desta área, diluída na história geral do Reino. Só no reinado de D. Afonso III, nas Inquirições efectuadas no ano de 1258, se refere «*collatione Sancti Salvatoris de Asturians*» e a «*Vila de Asturiaos*»². Torna-se evidente que a denominação de Estorãos se deve à presença de colonos das Astúrias que aqui se radicaram (séc. IX-X).

Após o conturbado período da reconquista cristã, e baseando-nos novamente nas Inquirições de 1258, vislumbramos a existência de diversas áreas de reguengos, foreiros directos da coroa, assim como vários casais e herdades de proprietários vilãos.

Dos séculos seguintes, não obstante ser muito escassa a informação, apenas se sabe que os limites da freguesia sofreram uma redução entre os séculos XVI e XVIII³, tendo sido cedida área à actual freguesia de Cabração. Em 1795 refere-se que a paróquia era Abadia da apresentação da Casa de Pentieiros, casa que ainda actualmente tem certa ascendência local. Refira-se também desde já que somente a Quinta de Rei e a de Mato Bom permaneceram até à actualidade. A primeira encontrava-se inserida no Morgadio de Bertianos.

Nos séculos seguintes, a história local em nada se distingue da apresentada para Ponte de Lima e sua área de jurisdição, conduzida por constantes litígios entre os grandes senhores locais. Consequentemente a população vivia num ambiente de permanente insegurança, embora não tão pronunciada como a que se vivia na sede concelhia, pois Estorãos não se interpunha entre as movimentações dos grandes

¹ AURORA, Conde §— *Obra citada*, p. 119.

² Inquirições de D. Afonso III, p. 340.

³ *Tombo dos Bens da Igreja de S. Salvador de Estorãos*, existentes na Biblioteca Pública de Braga é datado de 154\$, com o Tombo de 1795 que se encontra no Arquivo Paroquial desta freguesia.

senhores que, nos seus trajectos, preferiam áreas menos acidentadas e menos propícias a emboscadas. Tentava sobreviver, baseando a sua actividade sobretudo na pastorícia, pois, perante condições tão adversas, a agricultura efectuava-se somente nas áreas de morfologia mais favorável e protegidas de incursões.

Esta situação perpetuou-se até aos nossos dias sem grandes alterações. Somente duas Quintas muradas, a de Mato Bom que ultrapassa os 25 ha de extensão e a de Pentieiros que se aproxima

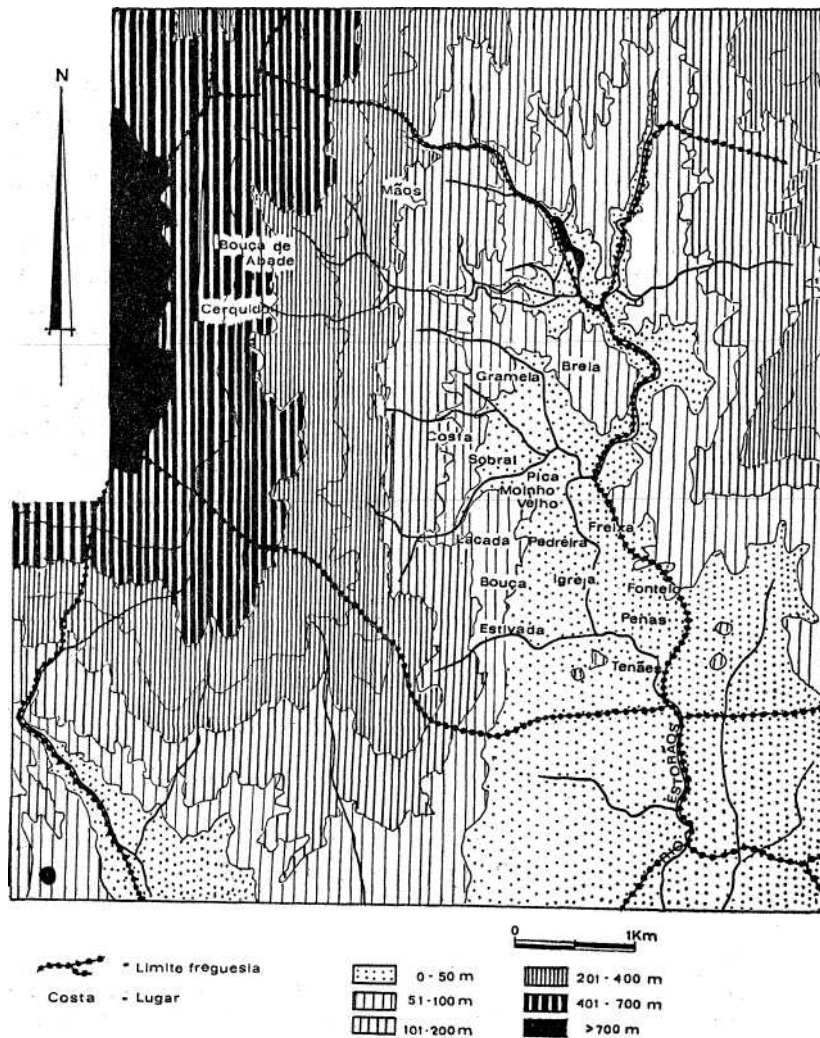


Fig. 15 — Esboço hipsométrico da freguesia de Estorãos.

dos IO¹, a que se reúne a de Rei, constituem «ilhas» num meio distinto onde a agricultura baseada em pequenas explorações é soberana.

2.3. O período que antecedeu a reestruturação fundiária
— breve caracterização sócio-económica (início da
década de sessenta)

2.3.1. *Deficiência da rede viária*

Todavia, embora Estorãos corresponda em termos paisagísticos a uma área extremamente grandiosa, onde, além disso, os diversos vestígios encontrados nos apontam para uma civilização de muitos séculos e relativamente bem sucedida, vários condicionalismos se conjugaram posteriormente e permitiram que a década de sessenta deste século XX nos patenteasse uma área extremamente carenciada, quer económica, quer socialmente. Citemos a título de exemplo os acessos deficientes, as condições naturais e a estrutura sócio-económica.

Relativamente aos acessos, não podemos ignorar a ponte romana de Estorãos, utilizada na ligação a Viana do Castelo nas primeiras décadas deste século, como nos refere o conde de Aurora no seu Roteiro, e em especial quando a Veiga de Bertandos se encontrava inundada. Dela subia «uma calçadita — a velha estrada — que bordeja o adro da paroquial igreja de Estorãos»² que fazia a ligação de uma pequena rede de comunicações baseadas em vias camarárias, degradadas, que por sua vez se aliavam a caminhos vicinais que serviam de ligação entre as diferentes povoações (sobretudo entre as da Meia de Baixo) e de acesso aos prédios rústicos. Muito estreitos, facilmente se tornavam intransitáveis no inverno.

Mas se nos restringirmos somente aos acessos aos lugares situados na Meia de Cima, e em especial aos lugares mais isolados (Mãos, Cerquido e Bouça de Abade), a situação ainda se apresentava mais deprimente, pois somente «caminhos de cabras» ligavam estes lugares aos da Meia de Baixo, sendo necessário caminhar cerca de uma hora, com sujeição a todas as intempéries para se abastecerem, por exemplo, dos artigos básicos. Esta viagem, habitualmente, realizava-se uma vez por semana. Só o pão era fabricado localmente, aproveitando o centeio,

¹ Hoje posse jurídica da Santa Casa de Misericórdia de Ponte de Lima, devido às vicissitudes que o domínio do conde de Bertandos sofreu após o falecimento do citado conde, como foi referido no exemplo anteriormente analisado.

² AURORA, Conde d' — *Obra citada*, p. 120.

uma das produções de maior implantação local. Outras pessoas ainda, recorriam a asininos e equinos para a sua movimentação.

E, para enegrecer ainda mais a situação, no período invernos, quando surgiam os espessos mantos de neve (associados ou não ao gelo), estes lugares chegavam a estar incomunicáveis.

Estas condições iam-se diluindo quando nos aproximávamos da Meia de Baixo, e, sobretudo, daqueles lugares que tinham ligação viária à sede concelhia.

2.3.2. *A agropecuária: suas características e evolução*

Vivendo num certo isolamento, esta população assentava a sua actividade económica quase exclusivamente na agropecuária e na silvicultura, repetindo no início dos anos sessenta o calendário agrícola «herdado» dos seus antecessores. Deste modo, e em estreita ligação com as características naturais já anteriormente apontadas, os lugares situados na Meia de Baixo aproveitavam intensamente a Veiga que se alongava pelas margens do Rio Estorãos, onde à associação do milho com o feijão sucedia o aproveitamento de forragens naturais que essas áreas ofereciam na época mais fria e húmida. Em complemento, cada exploração agrícola possuía leiras de bravio localizadas na área montanhosa da freguesia, correspondente na generalidade dos casos a uma percentagem que oscilava entre 30 % do total da área das explorações agrícolas de menores dimensões e os 50 a 85 % nas mais extensas, sobretudo se a sua sede se localizava nos lugares mais próximos da Meia de Cima.

Como apoio aos trabalhos agrícolas, cada exploração com suficiente dimensão económica, (o que acontecia geralmente quando a área total da exploração era superior a 15 000 m²), detinha duas ou mais cabeças de gado bovino. Nas maiores, este número ampliava-se. E, conseqüentemente, surgia a área de bravio onde a população local obtinha o restolho para a renovação da «cama» para o gado, bem como a fonte de energia doméstica fundamental.

Nos lugares da Meia de Cima, como referimos já, como a área agrícola era restrita, a situação aí vivida traduzia um agravamento das características anteriores, mas onde a área florestal suplantava qualquer outra, assim como a reservada à pastorícia.

Assim, devido às características prediais, climáticas e até mesmo morfológicas, encontramos condições muito favoráveis ao desenvolvimento da pastorícia, sobretudo do gado caprino e ovino. Usualmente, cada exploração possuía uma ou duas cabeças de gado bovino para auxílio nos trabalhos agrícolas, um exemplar cavalariço (ou asinino) para o transporte e, ocasionalmente, para a lavoura, enquanto o número

de cabeças de gado ovino e caprino era no mínimo de duas a quatro, até ultrapassar a centena nas mais extensas. Torna-se evidente a importância das áreas baldias próximas por onde deambulavam os rebanhos.

Contudo, os rendimentos obtidos de uma agricultura de sequeiro, de fraca produtividade, associados aos da venda do gado que se efectuava fundamentalmente na feira quinzenal de Ponte de Lima, não ascendiam a um nível muito destacado. Por isso, a população de toda esta área, independentemente da localização da sua residência, sobrevivia apenas graças à conjugação dos parques e irregulares rendimentos provenientes da exploração agrícola com os meios financeiros remetidos pelos seus filhos entretanto emigrados, ou afugentados para os grandes centros urbanos do País, onde se dedicavam ao comércio alimentar (tabernas, mercearias ou ainda a restaurantes típicos, cujos proprietários eram familiares ou vizinhos entretanto estabelecidos), ou ainda se empregavam em carvoarias.

Mas, apesar da dependência desta agricultura da variabilidade climática bem como das limitações impostas pela topografia, também a dimensão da exploração agrícola constituía um dos entraves a vencer.

Fundamentando-se nas imposições legais vigentes no País desde o século passado e já por diversas vezes referidas, quer por herança quer por alienação, o parcelamento sofreu um progressivo e constante agravamento, permitindo que se atingisse uma situação extremamente deficitária. A título de exemplo refira-se que enquanto no lugar de Gafarim, integrado na Meia de Cima, existiam em 1960 104 prédios rústicos, em 1987 eram 114. Mas se acompanharmos esta informação com a respectiva área predial, constatamos que 84 % não atingiam sequer os 1000 m², enquanto 16 % não ultrapassaram 0,5 ha.

No lugar de Penas, lugar de menor dimensão, repetiam-se as características gerais apontadas para Gafarim, embora não se verificando uma tão grande disparidade na dimensão predial. Situação semelhante nos surgia nos restantes lugares incluídos na Meia de Baixo. Excluía-se somente aqueles que apresentavam já uma forte componente da área que anteriormente correspondia a baldios. Exemplo típico aparecia-nos em Estivada: dos 132 prédios rústicos aí existentes, somente 63 % (83) eram de lavradio, correspondendo a 16 % da área total agroflorestal. Por outro lado, a dimensão média dos prédios de bravio correspondia a 16 466 m² ou a 9305 m², área das glebas criadas em 1931. Este lugar cuja área agroflorestal se encontrava numa grande percentagem já no sopé da Serra de Arga, apresentava-se extremamente declivoso e com precários acessos. Florestada já em 1960, esta área fora inculta até 1931 (bem como a grande percentagem da que lhe era contígua ascendendo na vertente), período em

que se efectuou a partilha dos montes baldios, habitualmente destinados à pastorícia. Esta partilha efectuou-se sem grandes sobressaltos e obedecendo às seguintes regras: nas áreas baldias situadas nos lugares de características topográficas e edáficas mais favoráveis, criaram-se glebas de 9350 m², enquanto naqueles lugares onde o solo era quase esquelético e de difícil acesso, subdividiram-se em glebas de 16 466 m². A cada fogo, independentemente do lugar onde se encontrava e da área agrícola da exploração adstrita, foi atribuída uma gleba de cada tipo.

Contudo, se esta atitude contribuiu de algum modo para a melhoria económica das explorações agrícolas sediadas nesta freguesia, no caso daquelas famílias cuja área agrícola se circunscrevia ao quintal que envolvia a habitação, com recurso às jornas nas maiores explorações para a sua sobrevivência, quando os elementos mais válidos já se tinham deslocado para os grandes centros urbanos ou a isso aspiravam, verificou-se que parte deles vendeu as glebas numa opção que posteriormente outros imitaram. Foram seus compradores os maiores proprietários locais, aqueles que possuíam solvência económica, ou aqueles que, embora não residindo na freguesia, aqui possuíam bens rústicos.

Consequentemente, nos lugares onde foi efectuada esta acção, contrastando com o parcelamento da área agrícola, surgem estas grandes parcelas. De igual modo as explorações agrícolas viram a sua área agroflorestal ampliada, se bem que à custa de um ingresso de área já florestada (ou que o proprietário de então florestou), contrapondo às duas glebas de «grandes dimensões» o bordado de prédios que compunham a exploração agrícola herdada.

Em relação aos agricultores dos lugares da Meia de Cima, também contemplados com as duas glebas e em idênticas circunstâncias, há que registar, no entanto, que as explorações agrícolas aí sediadas embora com dimensão total semelhante às localizadas na Meia de Baixo, apresentavam-se, contudo, muito mais parceladas. A título de exemplo, no lugar das Mãos 57 % dos prédios rústicos (184) não atingiam os 500 m²! Já nesta data (início dos anos sessenta) deparávamos com «prédios» de 9 m²! E com área inferior a 250 m², só neste lugar encontrávamos 116!

É certo que as características topográficas obrigavam frequentemente à criação de socalcos, ajardinados quando localizados na proximidade da habitação do proprietário, ou florestados se mais afastados, mas só as diversas transmissões jurídicas efectuadas ao longo de várias gerações, acumulativamente, nos proporcionam um tal «rendilhado». Como conseguir fazer sobreviver uma exploração dispersa por 21 prédios, por exemplo, de que dois pertencem às glebas, se os

restantes 19 totalizam 39 405 m² distribuídos por quatro lugares S ou uma outra exploração agrícola localizada no lugar do Cerquido, cujos 27 prédios se encontram dispersos por 10 lugares, embora parte deles se aproxime espacialmente! A dimensão média destes prédios é de apenas 396 m²!¹

E, contudo, estas características eram as mais divulgadas em toda a freguesia, independentemente do lugar-sede da exploração agrícola, onde apenas a área anteriormente baldia e as grandes quintas ou prédios que lhes estavam associados fugiam a esta regra.

Existia, pois, uma tendência para as maiores explorações se sediarem na Meia de Baixo, embora integrando sempre prédios situados na Meia de Cima. Contudo, é nos lugares mais próximos da sede da exploração que a área agrícola se concentrava habitualmente.

As explorações da Meia de Cima só ocasionalmente possuíam área agrícola nos lugares da Meia de Baixo, característica que se diluiria se tivéssemos em consideração as glebas que lhes tinham sido atribuídas.

Por último refira-se que somente 18 % da área agroflorestal era posse jurídica de proprietários não residentes na freguesia, um dos quais, a Santa Casa de Misericórdia de Ponte de Lima, absorvida 12 %. Também em Estorãos o Morgadio de Bertianos possuía área, demonstrando-se uma vez mais a pouca importância que os limites administrativos impõem na delimitação, por exemplo, das explorações agrícolas.

Deste modo, enquanto em Bertianos 60 % da área agrícola incluída nos seus limites administrativos pertencia a proprietários não residentes, em Estorãos, freguesia onde a implantação de morgadios apenas se fez sentir indirectamente, a década de sessenta registava apenas 18 % de proprietários, cuja residência oficial se encontrava fora da freguesia. Assim se compreende igualmente que o arrendamento nesta época tivesse tão pouca incidência localmente. Não deparamos com as disparidades existentes em Bertianos onde uma grande casa dominava a quase totalidade da área agrícola. Em Estorãos, pelo contrário, apenas duas explorações se destacavam, mas atingindo um significado muito diferente do detectado no exemplo anterior.

2.3.3. *Breves referências à sua estrutura demográfica*

Tendo em atenção os aspectos referidos anteriormente, não devemos estranhar que a população de Estorãos conhecesse um cres-

¹ Exploração sediada no lugar das Mãos.

² Não tendo em consideração a área das glebas que lhe foi atribuída, pois desse modo a média ascenderia para os 1612 m² por prédio rústico.

cimento muito lento ao longo dos séculos. O mesmo sucedia com o número de fogos.

E se em 1890 foram recenseados 572 habitantes nesta freguesia, em 1920 esse número era já de 679. Seguiu-se então um período de estagnação, após o que em 1940 registava 760 habitantes, em 1950 834, e 910 em 1970, valor que corresponde ao máximo atingido. Posteriormente assistiu-se a um acentuado decréscimo, como consequência de uma emigração maciça para os países europeus e do êxodo rural para os principais pólos atractivos do País. Contudo, em 1960 a população residente em Estorãos ainda apresentava uma estrutura etária pouco envelhecida.

Acrescente-se que se a análise for feita à escala do lugar, detectámos uma tendência que aponta para um maior envelhecimento relativo da população residente nos lugares da Meia de Cima, como consequência do forte êxodo rural a que estava sujeita, constatando-se já uma diminuição sensível nos grupos etários dos 15 aos 40 anos. Além disso, enquanto 23 % da população da Meia de Baixo era analfabeta, nos lugares da Meia de Cima esse valor ascendia a 39 %. Esta situação acompanhava a tendência que apontava para um nível de vida inferior da população residente nos lugares da Meia de Cima.

É, pois, evidente que as explorações agrícolas desta freguesia no início dos anos sessenta, e sobretudo aquelas cuja sede se encontrava nos lugares da Meia de Cima, apesar de apresentarem uma situação económica muito débil, constituíam o sustentáculo económico quase exclusivo da população local. Até as crianças, mal atingissem uma idade que lhes permitisse realizar os trabalhos agrícolas, participavam neles, descurando a sua instrução. Constituía excepção aqueles que ampliavam os seus estudos, quer em Ponte de Lima, quer numa das cidades do País, sobretudo se o grau atingido era do nível superior. Estes casos correspondiam a descendentes dos maiores proprietários locais.

2.3.4. *Factores conducentes ao emparcelamento*

Mas se a estrutura fundiária era extremamente desfavorável na década de sessenta em Estorãos, situação agravada aliás pela topografia e altitude nos lugares da Meia de Cima, (sobretudo dos três mais «arredios»), nos lugares da Meia de Baixo existia, como referimos já, área de Veiga com solos profundos, férteis, classificados como do tipo A. Mas, apesar destes últimos elementos constituírem grandes vantagens para o aproveitamento integral das Veigas e para a obtenção de grandes produções anuais, havia que superar outros inconvenientes

quer de ordem natural, quer de ordem humana, para além dos que se relacionavam com a estrutura fundiária das explorações.

Um deles surgia na dependência directa das características das linhas de água existentes e, neste caso particular, do Rio de Estorãos. Correspondendo à principal linha de água que atravessava esta área, apresentava um traçado sinuoso e um leito extremamente assoreado. Com o início das precipitações outonais, quando intensas e concentradas, quase de imediato tudo ficava submerso, perdendo-se a colheita básica para a sobrevivência económica desta área, o milho. Por outro lado, com as cheias era destruída parte das margens, sendo arrastados os solos que as ladeavam pois as espécies arbóreas aí existentes (salgueiros, amieiros, eucaliptos, etc), não tinham capacidade para sustentar o ímpeto das águas. E as próprias vias de acesso, pequena rede de caminhos vicinais que serviam de acesso aos prédios rústicos, sofriam imediatas transformações. Muito estreitos, de piso incerto em terra batida onde pequenos blocos graníticos tentavam dar consistência, os caminhos tornavam-se rapidamente intransitáveis. Entretanto, estas Veigas encontravam-se frequentemente submersas durante o período que decorria de Novembro a Abril, embora não de forma contínua.

Em oposição a este panorama surgia a época estival com uma pronunciada deficiência hídrica destes solos, mais evidente no mês de Agosto. Encontrando-se estas Veigas ocupadas pelo milho, espécie que se na fase inicial do seu crescimento requer uma pequena quantidade de água, pois que o seu crescimento não é muito acentuado, após a germinação acelera as necessidades de água, sobretudo no período antecedente e no subseqüente ao aparecimento das inflorescências masculinas. O milho encontra-se então no seu período crítico que decorre entre meados de Junho e Agosto, de acordo com as características climáticas do ano em análise. Só o recurso à rega podia superar a deficiência hídrica detectada. Entretanto, nesta freguesia somente as leiras que marginavam o Rio Estorãos (2 % da área agrícola da freguesia, aproximadamente) tinham possibilidade de serem irrigadas, apoiadas nas técnicas de irrigação então vigentes. A água era bombeada até onde fosse possível, sendo conduzida por uma rede de canais de simples terra batida, característica que permitia grandes perdas do precioso líquido. E, no entanto, a irrigação revelava-se imprescindível para suprir a ausência de precipitação nesta época...

Na área restante obtinha-se alguma água mediante o recurso às «poças», retenções de água muito rudimentares efectuadas nos ribeiros que atravessavam esta área. No entanto, o seu número era muito limitado e os canais de condução da água muito elementares, neste período como referimos. Por isso, era necessária uma coordenação das regas para minimizar os prejuízos temidos, mas previsíveis. E, sendo escassa a água, atingiam-se extremos tais como os exemplos seguintes

demonstram cabalmente: uma leira situada no lugar do Barreiro totalizando somente 780 m² de área, tinha direito a água da poça da Azenha por um espaço de 15 minutos de 17 em 17 dias; uma outra leira de maior extensão, 1035 m², usufruía de meia poçada da Leira Longa espaçada de 30 dias.

Atingiam-se pormenores como os que se encontravam estipulados, por exemplo, para uma leira de 5602 m²: tinha direito a 48 horas de água em Julho e Agosto e 12 horas em Setembro. No mês de Julho começava nos dias 10, 11 e 12, enquanto no de Agosto a rega tinha início nos dias 9, 10 ou 11 e em Setembro no dia 8.

É evidente que as hipotecas à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Ponte de Lima se propagavam, pois correspondiam ao único meio de subsistir até ao aparecimento de um ano agrícola capaz de estabilizar a situação existente.

E, apesar de esta situação se repetir ciclicamente, depauperando continuamente as famílias dos agricultores locais, nada era feito para tentar quebrar com esta tradição, ficando a produção de milho, base económica local, inteiramente dependente das irregularidades climáticas.

As características atrás referidas constituíam um dos factores conducentes a uma agricultura débil, insuficiente para a sobrevivência de um elevado número de fogos. Para tentar ultrapassar a fragilidade destes rendimentos agrícolas, alguns lavradores recorriam ao fabrico de carvão através da combustão de espécies vegetais, característica que não só reflectia uma nova opção do homem da terra, mas também continuava a denunciar o seu baixo nível social. Note-se que esta actividade era a menos conceituada socialmente em toda esta área, pois as carvoeiras correspondiam, na generalidade dos casos, a pessoas integradas nas famílias mais carenciadas, sem área agroflorestal própria, ou muito limitada e que, conseqüentemente, ampliavam os poucos rendimentos obtidos através da venda do carvão, associando-os aos das jornas que efectuavam. Outros ainda, prosseguiram com o comércio local «herdado» dos seus antecessores. Referimo-nos às tradicionais mercearias, associadas ou não a uma taberna que comercializava quase exclusivamente produções vinícolas locais. Se excluirmos um ou outro mercador de gado e madeira, outras actividades que se destacavam da agricultura, embora com ela relacionadas, verificamos que a situação económica era extremamente grave em Estorãos.

Na Veiga, porém, existiam bons solos, mas os seus proprietários não tinham qualquer capacidade financeira nem técnica para tentarem canalizar as águas do Rio Estorãos.

A agricultura de tipo tradicional e, de certo modo, o «isolamento» em que vivia esta população, levavam-na a ter uma mentalidade contrária às inovações, quer nos refiramos à opção de novas espécies

como por exemplo o milho híbrido, quer à utilização de adubos químicos... Além disso, estes agricultores sabiam, através dos poucos contactos tidos com técnicos agrícolas, que, para o aproveitamento integral destes produtos, era essencial que se anulasse a deficiência hídrica estival. Doutra modo, a inserção de adubos químicos, por exemplo, poderia ser mesmo contraproducente. Infelizmente, esta situação, com cambiantes mais ou menos graves, era muito frequente em toda a Ribeira Lima, como verificámos aliás em Bertandos, embora aqui menos vincada.

Em síntese, era evidente que explorações agrícolas como as descritas proporcionavam rendimentos agrícolas insignificantes que patenteavam múltiplas deficiências. E as consequências eram graves. Destaquemos algumas:

— propriedades muito parceladas e dispersas implicavam, na generalidade dos casos, um maior ou menor afastamento entre cada uma das parcelas, e entre estas e a sede da exploração agrícola; na verdade, em Estorãos, as explorações agrícolas eram frequentemente muito dispersas. Consequentemente, minimizava-se a vigilância sobre as mais afastadas ou, caso essa circunstância se proporcionasse, recorria-se ao arrendamento. Acrescente-se que era muito elevado o dispêndio no transporte de todo o material necessário, mão-de-obra, etc;

— com esta estrutura e morfologia (na Veiga eram frequentes leiras de 1,50 m de largura por 150 a 200 metros de comprimento, separadas por marcos divisórios), impedia-se o aumento da mecanização, inviável economicamente nestas condições; além disso, as próprias explorações agrícolas encontravam-se descapitalizadas e os agricultores avessos a inovações cujos efeitos não conheciam nem tinham confirmado. Contudo, a aceitação de inovações, constituía um dos elementos básicos exigidos para a modernização de toda esta área, sobretudo naqueles lugares onde a topografia era mais favorável;

— também o incremento do êxodo rural e da emigração para diversos países europeus, ao diminuir a mão-de-obra disponível (apesar de o sub-emprego e o desemprego oculto serem notórios em Estorãos nesta época), tenderia para uma escassez a breve trecho;

— consequentemente, uma estrutura como a apresentada, que impunha a necessidade de acessos de cada prédio à via pública, obrigava, nestas condições, à constituição de um emaranhado de caminhos, além de numerosas servidões sobre os terrenos vizinhos. E, na Veiga, eram muitas as servidões de passagem. Nestas circunstâncias os prejuízos eram vários já que, por exemplo, como não se delimitavam nos prédios as áreas afectas à passagem, pelos prejuízos causados na área destinada aos trabalhos agrícolas, o trânsito só se fazia em certos períodos do ano, para que aquela faixa de terreno

pudesse ser trabalhada. Criava-se, então, uma grande dependência económica, que chegava a atingir 20 e mais prédios rústicos na Veiga, sendo cada um deles serviente em relação aos prédios confinantes. Além disso, cada proprietário não podia cultivar a espécie por ele seleccionada nem quando o achasse mais conveniente, já que obrigatoriamente, teria de se subordinar à rotina dos vizinhos e às culturas tradicionais. Igual tratamento sofria o momento da sementeira e da colheita. Por estas razões, eram frequentes os conflitos, intencionais ou não, mas que transtornavam frequentemente a Veiga, bem como a população local;

— a especulação a que os prédios encravados se prestavam constituía outro factor a ter em consideração. Os prédios encravados, bem como aqueles que estavam sujeitos a um devassamento anual, apresentavam uma quebra nas produções, o que ocasionava uma outra fonte de prejuízos. E, frequentemente, de acordo com as conveniências dos proprietários (e por vezes dos seus vizinhos), criavam-se situações artificiais de desvalorização (ou valorização) do prédio em questão;

— numa área de Veiga, onde o marco constitui a divisão predial mais difundida, eram muito frequentes as imprecisões de limites, mais a mais que a própria utilização de meios mecânicos nos trabalhos de preparação das leiras contribuía frequentemente para essa imprecisão, pois com facilidade, ainda que involuntariamente, eram desviados. Por outro lado, a existência de muros, sebes, ramadas, etc, provocava uma perda de área útil tanto maior, quanto menor era a área do prédio em questão. Outra consequência ainda: aumento do dispêndio monetário e de mão-de-obra na realização e posterior conservação dos muros;

— com leiras não exíguas, dispersas e sujeitas a muitas das contingências anteriormente referidas e a consequente desvalorização predial, aumentavam para os agricultores as dificuldades de acesso ao crédito caso fosse necessário;

— a grande dependência económico-jurídica que se criava entre os diferentes prédios constituintes da exploração agrícola. É exemplo disso o problema da rega. Na veiga de Estorãos, poucos eram os prédios que não estavam dependentes de águas existentes em terrenos alheios, e das poças. Relativamente a este aspecto já apontámos as suas características e respectivas consequências. Acrescente-se somente que residia aí também uma outra fonte de conflitos entre a população local.

Eis em síntese, algumas das consequências mais destacadas de uma estrutura agrária como a que se nos depara em Estorãos. Era muito grande a debilidade económica existente, agravada por vezes pela existência de foros sobre os prédios rústicos; por tudo isto, era

previsível o abandono por parte da população jovem desta área e da respectiva exploração agrícola familiar.

Para anular, ou pelo menos reduzir ao mínimo possível os litígios existentes e os graves problemas sócio-económicos detectados, comuns às freguesias com que Estorãos confinava, surge a primeira tentativa de emparcelamento efectuada no País. Aproveitava também a receptividade da população ao empreendimento, após a superação das resistências iniciais. Contudo, não se pense que a resistência inicial se venceu de imediato. Bem pelo contrário, só após o bom êxito de «experiências piloto» realizadas, essa receptividade se confirmou.

Foram várias as tentativas realizadas com o intuito de se mentalizar a população para aceitar as inovações. Incluíam desde estudos comparativos tendo como base o trabalho mecânico e o respectivo rendimento em leiras de diferentes dimensões, até à realização de experiências tentando a substituição do milho tradicional pelo milho híbrido, muito mais produtivo. Relativamente a esta última, por exemplo, improvisou-se um canal de irrigação numa leira localizada nas proximidades do Rio Estorãos que habitualmente produzia cerca de 16 rasas de milho. Após a sementeira da espécie seleccionada e posterior acompanhamento do seu ciclo vegetativo de acordo com as orientações dos técnicos para aí destacados, no período da colheita obteve-se uma produção que excedeu as 100 rasas!

Estava provado que o emparcelamento associado a uma irrigação da área proporcionaria a adopção de novas espécies de milho, mais produtivas e, conseqüentemente, a melhoria acentuada do nível económico da população local.

2.4. Algumas considerações sobre este movimento e seu impacto

De acordo com o estipulado na Lei n.º 2116 de 1962, delimitou-se o Perímetro, definindo-o por limites naturais, obedecendo deste modo à Base XII da referida Lei que «exclui da recomposição predial, salvo acordo dos interessados e sem prejuízo da rectificação de extremas»^x entre outros, aqueles prédios em que existam construções ou se encontrem grandemente valorizados por benfeitorias de interesse agrícola, desde que na reestruturação não se obtenham terrenos equivalentes. De facto, na área do perímetro as benfeitorias eram quase inexistentes, pelo que sem grandes entraves se iniciou a reestruturação reunindo a área de Veiga das freguesias de Estorãos, Moreira do Lima, S. Pedro de Arcos e Sá (Fig. 16), o que totalizava 105 ha (aproximadamente).

¹ Diário da República, Agosto de 1962.

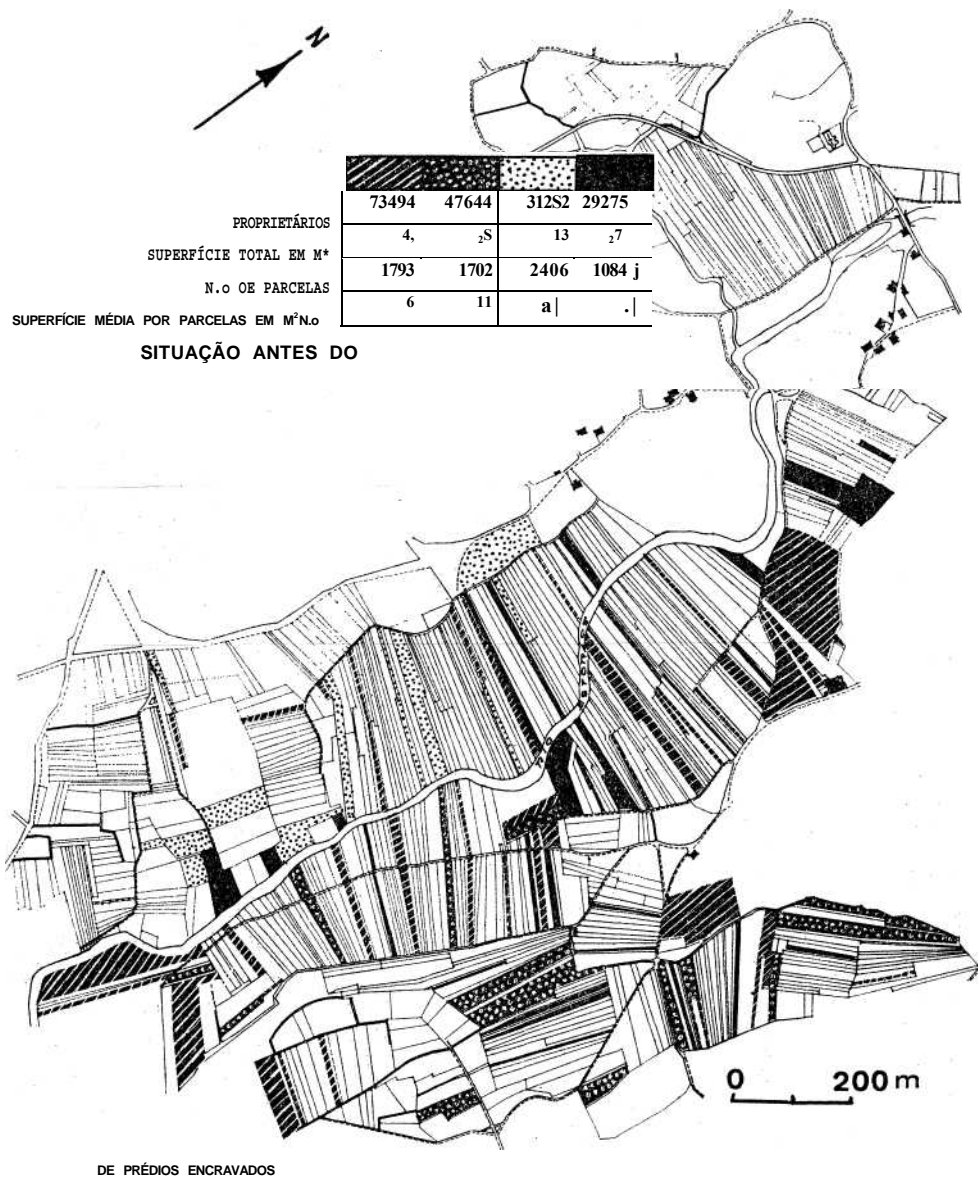


Fig. 16-A —Perímetro de Estorãos (1961).

Fonte: J. C. I.

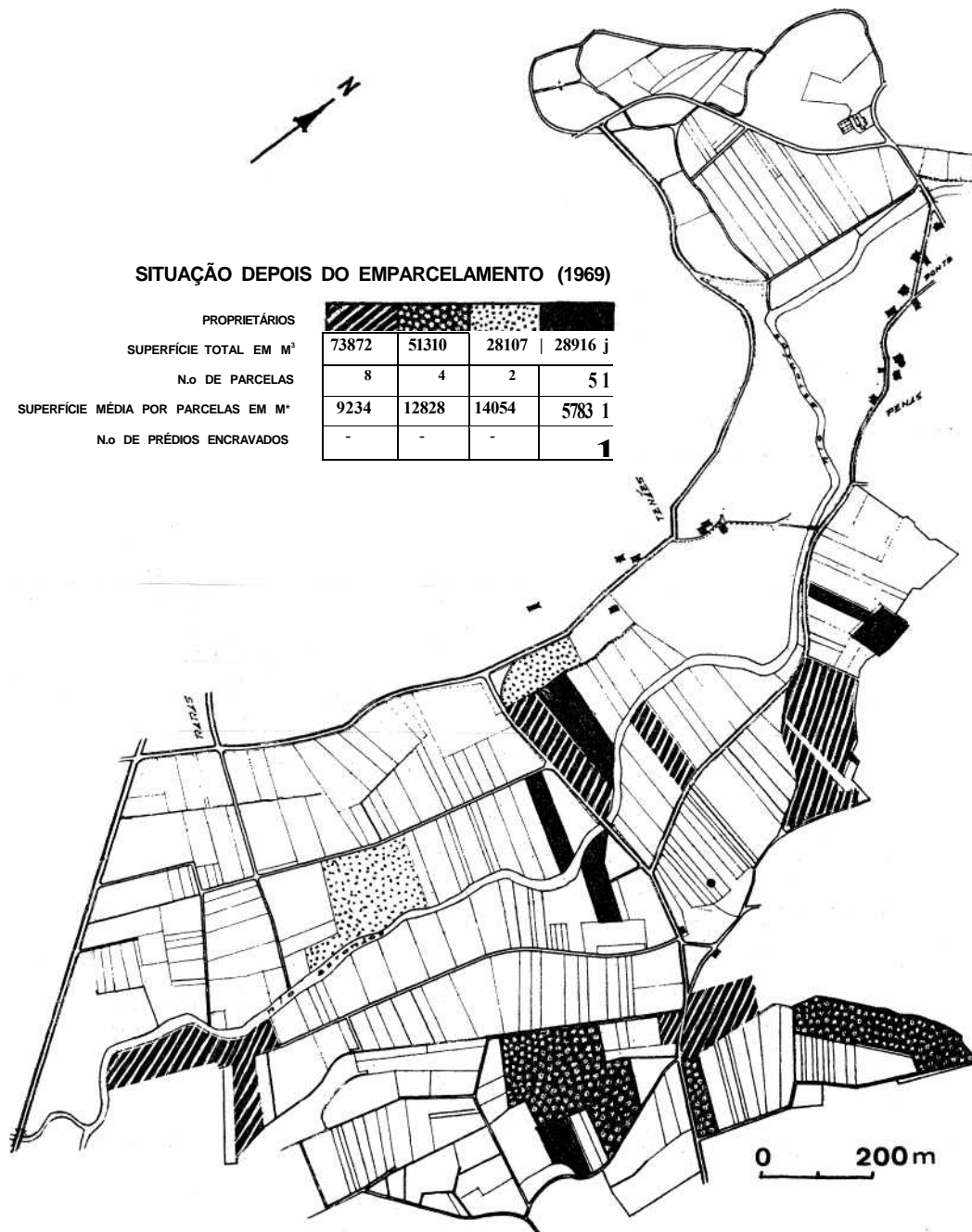


Fig. 16-B — Perímetro de Estorãos (1969).

Fonte: J. C. I.

Seguindo os trâmites legais, é dada publicidade do facto nos jornais regionais e afixados editais chamando-se a atenção dos interessados para a entrada em vigor dos preceitos estabelecidos no n.º 4 da base XIII e XXIII da Lei anteriormente referida. Após a constituição dos órgãos administrativos e judiciais exigidos numa operação de emparcelamento, efectuaram-se todos os trabalhos conducentes à concretização do mesmo: delimitação do perímetro, classificação, avaliação e determinação da situação jurídica dos terrenos. Após a execução das correcções entretanto achadas necessárias, passou-se à recomposição de todo o perímetro. Esta reestruturação, após diversas vicissitudes, entre as quais destacamos as relacionadas com os aspectos burocráticos, estava concluída em 1969.

Quais as suas consequências? Para responder a esta questão achamos preferível, embora esquecendo o limite administrativo a que nos temos cingido até ao momento, analisar apenas a área incluída no perímetro. E a justificação desta nossa opção é simples: não se tendo verificado grandes alterações em toda a área da freguesia de Estorãos, bem como de todas as restantes, (o que se observou efectivamente foi o parcelamento contínuo, tendo por base quer a alienação, quer a transmissão de bens por herança) somente a área intervencionada sofreu uma alteração profunda.

E se compararmos a Fig. 16A com a 16B as ilações sucedem-se. Se anteriormente 46,1 % das explorações agrícolas de qualquer uma das quatro freguesias intervenientes possuíam 1 ou 2 prédios no perímetro (128 explorações agrícolas), após a recomposição predial mais 86 explorações vieram ampliar este número, o que perfazia 93,9 % (Quadro 10). Em oposição, aquelas explorações que aqui possuíam

QUADRO 10 — Distribuição do número de prédios por proprietário.

N.º de prédios	Antes	N.º de proprietários %		%	Diferenças	
		Depois			+	—
1	88	38,6	179	78,6	91	—
2	40	17,5	35	15,4	—	5
3	28	12,3	9	3,9	—	19
4	21	9,2	3	1,3	—	18
5	19	8,3	1	0,4	—	18
6 a 40	32	14,1	Ia)	0,4	—	31
Total	228	100,0	228	100,0	91	91

a) São 7.

Fonte: Junta de Colonização Interna, obra citada, 1965, p. 141

Dois exemplos de espaços agrários na Ribeira Lima

3 ou mais prédios correspondendo a 54,9 % inicialmente, após o emparcelamento somente 6,1 % (14 explorações) dispunham de 3 ou mais prédios.

Mas, concretizando um pouco mais, diremos que, por exemplo, em relação aos proprietários de Estorãos, aqueles que possuíam maior número de prédios no perímetro, residentes preferencialmente no lugar de Tenães, Fontelo, Penas ou Ponte \ viram em grande percentagem esse número reduzir-se a um prédio único (78 %) enquanto os restantes ficaram com 2 ou 3. Aqueles que possuíam dois ou três prédios, após a reestruturação ficaram, na generalidade dos casos, igualmente com um só. Proprietários residentes na Meia de Cima, de pequena implantação no perímetro como já referimos aliás, não ultrapassando os dois prédios, ficaram posteriormente com um único.

QUADRO 11 — Área dos prédios do perímetro de Estorãos.

Classes de áreas (m ²)	Antes (1961)	N.º de %	prédios Depois (1969)	%	Diferenças	
					+	TM
até 250	66	8,1	2	0,7	—	64
de 251 a 500	133	16,3	15	5,0	—	118
» 501 a 1000	266	32,6	41	13,7	—	225
» 1001 a 2500	271	33,2	96	32,0	—	175
» 2501 a 5000	58	7,1	77	25,7	19	—
» 5001 a 10000	17	2,1	55	18,3	38	—
» 10001 a 20000	4	0,5	12	4,0	8	—
» 20001 a 30000	1	0,1	1	0,3	—	—
mais de 30000	—	—	1	0,3	1	—
Total	816	100,0	300	100,0	66	582
						-516

Fonte: Junta de Colonização Interna, obra citada, 1965, p. 141

Consequentemente, aumentou a dimensão predial, como aliás o Quadro 11 o documenta: se anteriormente 24,4 % dos prédios não atingiam 500 m² e a quase totalidade não ultrapassava mesmo os 2500 m² (90,2 %), após a conclusão do emparcelamento somente

¹ Estes proprietários possuíam no perímetro de 4 a 13 prédios anteriormente ao emparcelamento.

5,7 % não atingiam os 500 m², enquanto 57,7 % apresentavam área compreendida entre os 1000 e os 5000 m².

Entretanto, acrescenta-se que a localização dos novos prédios procurava obedecer o mais possível aos seguintes requisitos:

— reduzir ao mínimo o número de prédios por exploração, ampliando deste modo a área por prédio rústico; o ideal seria a redução a um único prédio por exploração agrícola, situação que, no entanto, era de difícil concretização, tendo em conta as características edáficas e a própria mentalidade do agricultor, principal obstáculo que os serviços técnicos tiveram de vencer, como constatamos;

— extinção de servidões, quer fossem de passagem quer de aqueduto, e consequentemente, dos problemas sociais que lhe estavam associados habitualmente;

— aproximar o mais possível os novos prédios da sede da exploração numa tentativa de minimizar o tempo dispendido nos trajectos e transportes;

— quanto possível, os novos prédios deveriam assemelhar-se nas suas características edáficas aos que constituíram o contributo do proprietário em questão;

— além disso, sempre que as condições se proporcionassem, prevendo a eventual reunificação de alguns prédios por herança, aproximaram-se aqueles proprietários que se encontravam ligados por laços de consanguinidade.

Resta acrescentar que em simultâneo com as operações de emparcelamento, realizou-se também uma série de obras de carácter diverso. Por exemplo, implantou-se a tão ansiada rede para irrigação de todo o perímetro, sendo necessário para o efeito efectuar uma captação de águas a montante. Deste modo se anulou um dos principais entraves à modernização desta área.

Criou-se uma nova rede de caminhos em substituição dos vicinais anteriormente referidos, dispondo agora cada um dos novos prédios de acesso directo a um dos caminhos, para além de se facilitar o escoamento da produção e do quebrar do isolamento anteriormente existente. Favoreceu-se não somente a população do perímetro mas também a de uma vasta área envolvente.

Outra das obras de grande impacto local foi a criação de uma Cooperativa Agrícola, através da qual se promove a mecanização da agricultura e se divulgam novas técnicas e teorias, numa tentativa de

¹ O que se compreende, se tivermos em atenção que 88 das explorações agrícolas possuíam apenas uma leira na área do perímetro, dos quais, a grande percentagem não atingia os 500 m².

mentalizar e instruir o agricultor local. Acrescente-se que possui um parque de máquinas bastante completo, que, mediante prévia requisição, efectua os diversos trabalhos agrícolas nas leiras dos associados, para além de comercializar as produções locais e abastecer o agricultor de sementes, adubos, etc.

E se entre os agricultores se efectuaram diversos cursos técnico-profissionais, em paralelo surgiram movimentos de promoção da população local, dos quais destacamos um de tractoristas antecidos por um de alfabetização, um de socorrismo, um de artesanato...

Por último, toda a área foi dotada de água e electricidade, suprimindo uma das carências mais sentidas.

Eis, em síntese, como se fomentou e concluiu o emparcelamento de uma área que, embora restrita (105 ha), projectou um sistema de regadio e implantou uma forma de cooperativismo numa população, em que qualquer um destes feitos implicou uma mudança de mentalidade e uma abertura à inovação.

2.5. Estorãos em 1987/88: retrocesso económico?

Passados que são 18 anos sobre a conclusão do emparcelamento do denominado «Perímetro de Estorãos», várias questões nos surgem. Contudo, demos ênfase à seguinte: quais as consequências do emparcelamento na estrutura sócio-económica da população por ele abrangida.

Para respondermos a esta questão, regressamos novamente ao espaço administrativo da freguesia de Estorãos.

Nos anos sessenta, a área da Veiga encontrava-se parcelada em múltiplos prédios rústicos de reduzidas dimensões, os quais eram pertença, na sua maioria, das explorações agrícolas sediadas nos lugares da Meia de Baixo; quanto aos lugares da Meia de Cima, apenas ocasionalmente as explorações agrícolas possuíam aí algum prédio.

Tal situação permaneceu após o emparcelamento, pois que as grandes transformações no sentido de uma maior rentabilidade da agricultura local incidiram sobretudo no número de prédios por exploração e respectiva área.

Contudo, a área agrícola abrangida pelo emparcelamento apenas se aproximava dos 5 % do total da área agroflorestal desta freguesia. A título de exemplo, refira-se que menos de 1/3 dos proprietários tinham leiras na área do perímetro, e estes, residiam habitualmente nos lugares mais próximos. Contudo, a grande percentagem da sua área agrícola ficava localizada noutros lugares da freguesia.

A situação mais habitual encontrava-se exemplificada por unia outra exploração, cuja sede se encontra no lugar do Freixo: dos 21 prédios rústicos que compunham a exploração, somente 8 estavam no perímetro. Esta proporção da área incluída no perímetro relativamente à total da exploração, era a mais comum nesta freguesia, e sobretudo entre as explorações da Meia de Baixo. Contudo, também existiam menores e, excessionalmente, maiores proporções ainda.

Mas outros empreendimentos o emparcelamento trouxe em conexão com a reestruturação fundiária, provocando igualmente grande incidência local. Tentaremos detectar essas influências, quer nas explorações agrícolas; quer na população por ele abrangida.

2.5.1. *Características da actividade agrícola*

A análise do Quadro 12 confirma-nos o referido anteriormente: em 1987 de 26 a 66 % dos prédios rústicos que compõem as explorações agrícolas desta freguesia possuem área inferior a 500 m², correspondendo às dos lugares da Meia de Cima os valores mais destacados¹. Além disso, das explorações sediadas no lugar do Cerquido, por exemplo, 40 % dos prédios não atingem tão pouco os 250 m² (dos 220 nestas circunstâncias, deparamos com 79 cuja área não ultrapassa os 95 m², e 27 nem os 50 m²). Acrescente-se ainda que todos estes prédios de menores dimensões se localizam nos lugares da Meia de Cima.

Aproximando-nos dos lugares da Meia de Baixo, essa percentagem declina, deparando-nos então com 47 % de explorações agrícolas com as características anteriormente referidas no lugar da Costa, por exemplo, e mesmo 53 % no lugar da Breia. Lugares de pior acessibilidade, só após o emparcelamento conheceram acessos condignos de ligação tanto à sede concelhia como aos restantes lugares da freguesia².

Encaminhando-nos rapidamente para os lugares da Meia de Baixo, a tendência já anteriormente detectada prossegue: as explorações aqui sediadas apresentam somente 26 a 35 % de prédios com as dimensões referidas, (sobretudo se o lugar sede da exploração se aproxima do Rio Estorãos), enquanto nos lugares que confrontam com os da Meia de Cima, a representatividade destes prédios tende para os 37 a 43 %.

¹ No lugar de Cerquido, por exemplo, das explorações agrícolas aí sediadas, 66 % dos prédios não atingem os 500 m². Em Bouça de Abade esse valor reduzia-se a 59 % e no lugar da Mãos as explorações agrícolas em idênticas circunstâncias totalizam 63 %.

² No entanto, só no início dos anos 80,- por exemplo, a actual estrada de acesso ao Cerquido ficou concluída e alcatroada.

QUADRO 12 — Área por prédio rústico das explorações agrícolas de Estorãos, por lugar sede da exploração, em 1987/88.

Lugares	Área (m ²)		215-500		501-1000		1001-2000		2001-3000		3001-5000		5001-10000		≥ 10000		Total n.º	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%		
Meia de Cima	Bouça de Abade	52	35,1	36	24,3	43	29,1	8	5,4	8	4,5	2	1,4	4	2,7	3	2,0	148
	Breia	51	28,6	44	24,7	35	19,7	17	9,6	8	4,5	5	2,8	15	8,4	3	1,7	178
	Cerquido	220	39,6	144	25,9	97	17,4	43	7,7	17	3,1	12	2,2	10	1,8	13	2,3	556
	Costa	25	26,9	19	20,4	20	21,5	11	11,8	8	8,6	2	2,2	6	6,4	2	2,2	93
	Cruzeiro	1	3,7	7	25,9	7	25,9	4	14,8	3	11,2	1	3,7	2	7,4	2	7,4	27
	Fraga	4	80,0	1	20,0	1	20,0	4	14,8	3	11,2	1	3,7	2	7,4	2	7,4	5
	Gafaria			5	45,4	4	36,4	2	18,2	4	3,3	3	2,5	11	9,1	6	4,9	11
	Gramela	23	19,0	25	20,7	23	19,0	26	21,5	4	3,3	3	2,5	11	9,1	6	4,9	121
	Mãos	93	39,6	54	23,0	46	19,7	14	6,0	6	2,7	1	0,0	11	4,7	10	4,3	235
	Mato Bom	1	12,5	1	12,5	4	28,6	2	14,3	2	14,3	2	25,0			4	50,0	8
	Moinho Velho	4	28,6	1	7,1	4	28,6	2	14,3	2	14,3	3	2,0	25	16,9	1	7,1	14
	Pica	27	18,2	22	14,9	20	13,5	29	19,6	13	8,8	8	5,4	5	3,4	9	6,1	148
	Sobral	35	23,5	26	17,4	31	20,8	28	18,7	8	5,4	8	5,4	5	3,4	8	5,4	149
	Meia de Baixo	Bouças	10	16,9	13	22,1	9	15,2	9	15,2	13	22,1	7	10,4	4	6,8	1	1,7
Estivada		14	20,9	14	20,9	14	20,9	11	16,4	4	6,0	7	10,4	4	6,8	3	4,5	67
Fontelo		12	17,9	6	8,9	18	26,9	10	14,9	4	6,0	5	7,5	9	13,4	3	4,5	67
Freixa		20	32,8	6	9,8	7	11,5	12	19,7	5	8,2	4	6,6	4	6,6	3	4,9	61
Igreja		29	17,1	27	15,9	23	13,5	14	8,2	7	4,1	14	8,2	31	18,3	25	14,7	170
Lacada		31	21,3	24	16,4	31	21,3	23	15,8	10	6,8	7	4,8	10	6,8	10	6,8	146
Pedreira		23	17,3	24	18,1	35	26,3	24	18,1	9	6,7	4	3,0	8	6,0	6	4,5	133
Penas		23	16,2	27	19,0	24	16,9	25	17,6	5	3,5	23	16,2	8	5,7	7	4,9	142
Ponte		10	17,9	5	8,9	9	16,1	6	10,7	5	8,9	7	12,5	8	14,3	6	10,7	56
Tenões		21	15,0	21	15,0	23	16,4	23	16,4	11	7,9	20	14,3	15	10,7	6	4,3	140

Fonte: Repartição de Finanças de Ponte de Lima, 1987/88

Mas embora nas explorações agrícolas da Meia de Baixo prédios de tão reduzidas áreas sejam em número limitado, também nestas explorações detectamos prédios rústicos com áreas muito reduzidas; na sua quase totalidade localizam-se nos lugares da Meia de Cima, mas preferencialmente nas proximidades da Meia de Baixo.

Outra característica a salientar refere-se às pequenas explorações que congregam estes prédios, pois completam a área da exploração com outros prédios cuja área unitária varia entre 200 e 1000 m². As excepções a esta regra são raras.

Prédios com área compreendida entre 500 e 2000 m² preenchem somente 25 % nas explorações do Cerquido, tal como no lugar das Mãos, percentagem que decresce continuamente com o aumento da área por prédio rústico. Nas restantes explorações agrícolas da Meia de Cima, 29 a 43 % dos prédios apresentam área compreendida entre 1000 e 2000 m², enquanto somente 2 % a 15 % possuem de 2000 a 5000 m². Prédios com áreas superiores correspondem, na generalidade dos casos, às glebas atribuídas a estas explorações.

Relativamente às explorações cuja sede se localiza nos lugares da Meia de Baixo, saliente-se apenas que prédios com 500 a 2000 m² de área correspondem a 10 a 22 %, enquanto aqueles que apresentam áreas superiores, atingem mesmo os 18 %. É a situação que se nos depara, por exemplo, nas explorações cuja sede se localiza no lugar da Igreja.

Torna-se assim evidente a influência do emparcelamento nestas explorações, pois nas da Meia de Baixo, e sobretudo naquelas cuja sede se encontra nos lugares mais próximos do perímetro, dominam os prédios com área superior a 1000 m².

Outra ilação é necessário reter: apesar de nos encontrarmos 18 anos após a conclusão da reestruturação fundiária, permanecem as características básicas da dimensão predial¹. Na área exterior ao perímetro, prosseguiu o parcelamento contínuo como a situação existente no lugar de Mãos o documenta: dos 302 prédios existentes em 1960, em 1987 esse número viu-se ampliado para 323! E, apesar de a herança dominar largamente na transferência destas leiras, a alienação não está completamente alheia, sendo seus intervenientes sobretudo os emigrantes, ou seus representantes locais, especialmente se as leiras se localizarem nas proximidades da habitação que o emigrante tem em construção (ou já concluída), ou se projecta regressar ou não em breve à aldeia, após a obtenção de uma pensão social compatível com as suas necessidades.

¹ Pelo menos, em termos legais, pois surgem já as partilhas dos rendimentos, por exemplo, entre os herdeiros, ou mesmo a divisão efectiva, embora não registada legalmente.

Outra característica, que permanecia em 1987, é a que se refere à tendência que cada exploração possui de deter prédios tanto nos lugares da Meia de Cima como da Meia de Baixo, embora preferencialmente o número maior de prédios se aproxime da respectiva habitação. Além disso, são geralmente as explorações sediadas na Meia de Baixo que «ascendem» na vertente. Pelo contrário, somente 5 a 28 % da área agrícola que constitui as explorações sediadas na Meia de Cima se dispersam pelos lugares da Meia de Baixo.

E, de facto, os Quadros 13 e 14¹ são esclarecedores, pois se não tivermos em consideração a área das glebas, verificamos que as explorações situadas na Meia de Baixo apresentam maior área predial, dispersa por um menor número de prédios, (sobretudo se a exploração em causa apresentar a sua sede nas proximidades do perímetro). Oferecem também uma certa implantação nos lugares da Meia de Cima, sobretudo naqueles que se situam a menores altitudes. Pelo contrário, nas explorações da Meia de Cima, apesar da sua área agrícola total se assemelhar à das explorações anteriormente analisadas, esse valor é obtido à custa de um maior parcelamento e dispersão. As explorações do lugar das Mãos são disso mesmo significativas.

Por outro lado, as explorações com maior área correspondem sempre às mais parceladas. Esta condição é válida independentemente do lugar-sede da exploração agrícola. Evidentemente, explorações como as que encontramos nos lugares de Mato Bom ou Pentieiros constituem excepções, na medida em que grandes quintas se vêem envolvidas por prédios em tudo idênticos aos mais divulgados na freguesia.

E, apesar de sujeita a situações distintas ao longo dos tempos, excluindo a área emparcelada, deparamos aqui, em Estorãos, com um parcelamento tão acentuado como o de Bertandos, sobretudo nos lugares onde os pequenos proprietários locais possuíam terra própria; ou talvez mais grave ainda em Estorãos, já que a leira de menor área registada na freguesia de Bertandos possuía 98 m², enquanto em Estorãos em 1987 existiam prédios com 3, 9 e mesmo com 1 m². Contudo, as explorações agrícolas de Estorãos apresentam em valores médios, uma área total muito superior à de Bertandos, e todos, quase sem excepção, possuem área própria, o que não sucede em Bertandos.

Outro aspecto distinto entre as explorações agrícolas das duas freguesias refere-se à forma de exploração, já que, enquanto em Bertandos pelas razões já expostas, o agricultor local recorre ao arrendamento para ampliar a sua exploração agrícola, em Estorãos é a conta própria que domina quase exclusivamente. As explorações

¹ Selecionamos os lugares de Mãos (Meia de Cima) e o de Penas exemplificativo das explorações agrícolas da Meia de Baixo.

Maria Helena Mesquita Pina

QUADRO 13 — Número de prédios rústicos, sua localização e respectiva área que integram as explorações agrícolas do lugar de Penas em 1987.

Explo- ração	Meia de cima		Meia de baixo		Total		Área média/prédio	
	N.º prédios	Área (m ²)	N.º prédios	Área (m ²)	N.º prédios	Área (m ²)	M. cima	M. baixo
1	4	1240			4	1240	620	
2			1	3200	1	3200		3200
3			1	307	1	307		307
4			1	480	2	16946		480
			1	16466				16466
5	2	4000	9	16693	12	37159	2000	1854
			1	16466				16466
6			1	3850	1	3850		3850
7			1	960	1	960		960
8	3	1788	6	1898	10	12991	596	316
	1	9305					9305	
9			1	4880	1	4880		4880
10	2	5352	4	2860	6	8212	2676	715
11			1	9800	1	3800		9800
12			1	307	1	307		307
13	1	130	1	2100	2	2230	130	2100
14	5	4540	1	7500	7	21345	908	7500
	1	9305					9305	
15			1	307	1	307		307
16	3	1080	2	1065	5	2145	360	533
17					1	16466		
			1	16466				16466
18	7	3750	13	20214	21	40430	536	1555
			1	16466				16466
19	10	7249	3	3500	14	27215	725	1167
			1	16466				16466
20	2	6690	4	5368	7	28524	3345	1342
			1	16466				16466
21	1	430	19	50542	20	50972	430	2660
22	3	2060	8	4962	11	7022	687	620
23			1	1350	1	1350		1350
24			3	19800	3	19800		6600
25	1	1550			1	1550	1550	
26			1	1150	1	1150		1150
27	1	4653	2	1250	3	5903	4653	625
28			1	308	1	308		308
29	1	410	3	1230	4	1640	410	410

Fonte: Repartição de Finanças de Ponte de Lima, 1987/88, confirmado com trabalho de campo.

Dois exemplos de espaços agrários na Ribeira Lima

QUADRO 14 — Número de prédios rústicos, sua localização e respectiva área que integram as explorações agrícolas do lugar de Mãos em 1987.

Explo- ração	Meia de cima		Meia de baixo		Total		Área média/prédio	
	prédios	Área	prédios	Área	prédios	Área	M. cima	M. baixo
1	1	35	1	400	3	8668	35	400
	1	8233					8233	
2	18	6794			19	16099	377	
	1	9305					9305	
3-	24	11573	2	3100	29	49749	482	1550
	3	35076					11692	
4	26	12252			28	38023	471	
	2	25771					12886	
5	1	200			1	200	200	
6	1	120			1	120	120	
7	17	6460			19	32231	380	
	2	25771					12886	
8	8	3082			8	3082	385	
9					1	16466		
	1	16466					16466	
10	7	2741			7	2741	392	
11	1	630			2	9935	630	
	1	9305					9305	
12	4	4200			4	4200	1050	
13	25	11139			25	11139	446	
14	1	90			1	90	50	
15	35	15907			40	91076	455	
	5	75169					15034	
16	25	15871	1	410	27	25586	635	
	1	9305					9305	
17	14	8884	1	245§	17	37105	635	2450
	1	16466	1	9305			16466	9305
18					1			
	1	16466				16466	16466	

Fonte: Repartição de Finanças de Ponte de Lima, 1987/88, confirmado com trabalho de campo.

de forma mista correspondem a pequenas explorações cujos proprietários arrendam terras que confinam com as suas, ou se encontram muito próximas. São minimamente representativas, como dissemos já.

Menor representatividade ainda apresentam as explorações cuja área agrícola foi obtida inteiramente como recurso ao arrendamento.

E, conseqüentemente, são as explorações de estrutura familiar que dominam quase exclusivamente em Estorãos, pois somente as grandes quintas se revestem de tipo empresarial, sendo todos os seus trabalhos efectuados por jornaleiros residentes nesta mesma freguesia.

No que se refere aos proprietários não residentes nesta freguesia, a sua incidência é quase nula, tendo diminuído, inclusivamente, de 1960 para a actualidade, enquanto em Bertandos correspondiam habitualmente aos maiores proprietários locais.

A Santa Casa de Misericórdia de Ponte de Lima prossegue com a exploração dos seus prédios, os maiores do lugar de Pentieiros, que conjuntamente com a quinta de Pentieiros dominam a área agrícola neste lugar. Os restantes proprietários não residentes, possuindo pequenas áreas (500 a 5000 m²), arrendam-nas, se residem em concelhos próximos, ou alienam-nas, inclusivamente, a agricultores locais. Refira-se ainda que um período em que se efectuaram bastantes transferências coincidiu precisamente com a realização do emparcelamento.

Situação bem diferente é aquela que corresponde a pequenos proprietários naturais desta freguesia, mas que neste momento exercem uma actividade profissional nos maiores centros populacionais do País, com destaque para Lisboa. Após o falecimento dos progenitores, obtêm por herança pequenas explorações constituídas por diversos prédios de área reduzidíssima e extremamente dispersos. Embora não exista hipótese alguma real de conseguirem obter rendimentos dos prédios herdados equivalentes aos obtidos noutras actividades, não os alienam, preferindo manter a orientação tradicional. Habitualmente, são familiares que trabalham estas leiras conjuntamente com as próprias. No entanto, quando a área total é insignificante e o seu actual proprietário reside em Lisboa, por exemplo, se as leiras são de lavradio, podem ser inclusivamente abandonadas. Existem já dois casos nestas circunstâncias. Mais dificilmente esta condição se repete quando os prédios são de bravio.

2.5.2. *Aceitação de inovações*

Mas qual a situação no que se refere a algumas inovações técnicas introduzidas em simultâneo com o emparcelamento? Referimo-nos particularmente à introdução do milho híbrido e à utilização de máquinas agrícolas na realização dos diversos trabalhos ao longo do ano.

Relativamente ao primeiro, não só permaneceu como alastrou a sua utilização a solos suficientemente húmidos que, acompanhada pela utilização de adubos químicos, entre outros aspectos, proporciona grandes produções, permitindo que uma área anteriormente deficitária passasse a ser excedentária em milho.

Contudo, continua a lavoura a fazer-se em moldes idênticos aos que passaram a utilizar-se quando se concluiu o emparcelamento. Certamente que é de realçar a posição da Cooperativa tanto no domínio do esclarecimento técnico como de apoio na aquisição de meios. A mecanização da agricultura local foi um dos factores justificativos da libertação de mão-de-obra agrícola.

Mas, nem todos os empreendimentos iniciados nessa época se apresentam com estas características, mantendo-se perfeitamente funcionais ou mesmo em expansão. É o caso, por exemplo, da rede de caminhos, bem como da rede de canais de irrigação. Abandonadas desde então pelos serviços públicos responsáveis pelas obras de manutenção e restauro, foram sofrendo progressivas degradações, encontrando-se em parte, actualmente intransitáveis, enquanto alguns dos canais deixaram de estar operacionais. Para além disso, começam a renascer as ramadas que envolvem as leiras em alguns lugares e, inclusivamente, muros. Retrocesso em situação embrionária?

E qual a situação relativa às explorações situadas nos lugares da Meia de Cima? Tal como acontece em relação à estrutura fundiária destas explorações, também prosseguem os diferentes tipos de culturas cultivados desde há muitas décadas. Somente as espécies arvenses, em alguns casos, são mais produtivas. Mas, não o esqueçamos, é a pastorícia que comanda inequivocamente as explorações desta área. Reservam-se vastas áreas para pasto e aproveitam-se as áreas baldias para onde se encaminham os gados. Nestes lugares, não só o gado bovino apresenta grande implantação, mas também, e sobretudo, o ovino e o caprino. A título de exemplo, no lugar do Cerquido uma exploração comportava 132 cabeças, três de 50 a 65 e outras três de 24 a 30. As restantes, ou não se dedicam a esta actividade ou possuem de 2 a 5. Cada uma apascenta individualmente as suas cabeças, ou, o que é mais comum, contratam um pastor que orienta e guia a grande percentagem de todo este gado, mediante uma remuneração estipulada.

Pelo contrário, nas explorações da Meia de Baixo o número de cabeças de gado caprino e ovino é insignificante, sendo substituído pelo gado bovino. Não constituindo actualmente uma força de trabalho importante (apenas realizam por vezes transportes e outros serviços menores), cada exploração possui 1 ou 2 cabeças de gado bovino onde se destacam as vacas leiteiras (Torinas e Galegas), já que Estorãos corresponde a uma das áreas abastecedoras da Lacto Lima.

Sendo bem remunerado o leite, constitui um incentivo à ampliação do número de cabeças por exploração, o que sucede mais frequentemente nas explorações mais extensas. No entanto, não existem aqui explorações agrícolas vocacionadas exclusivamente para a agropecuária. Apesar de constituir uma boa fonte de receita, permanece como complemento à agricultura tradicional.

2.5.3. *Actuais características da população local*

Vimos já que apesar do acréscimo apresentado entre 1864 e 1970 pela população residente nesta freguesia, ele foi reduzido, lento e interrompido ocasionalmente por pequenas diminuições. É o caso, por exemplo, da situação existente entre 1920 e 1930, embora insignificante, pois se em 1920 foram recenseados 679 habitantes, na década seguinte esse número reduziu-se para 664 pessoas. Corresponde a uma diminuição de 2 % apenas. Situação idêntica depara-se-nos entre 1950 e 1960.

Contudo, o principal aspecto a destacar relaciona-se com a acentuada diminuição verificada entre 1970 e 1981, recuando então a população para níveis inferiores aos registados em 1920. De facto, se em 1920 foram recenseados 679 habitantes nesta freguesia, em 1981 foram registados somente 655, após terem sido 910 em 1970. É nítida a interferência exercida pelo forte êxodo rural bem como da emigração. E, em 1987, de acordo com inquérito próprio, residiam somente 563 indivíduos!

a) *Estrutura etária*

Estes valores genéricos podem ser completados, por exemplo, com a estrutura etária da população. De facto, 31 % da população apresentava em 1987 idade inferior a 20 anos, dos quais 89 eram do sexo masculino e 84 do sexo feminino. Mas, dos 173 habitantes incluídos neste agrupamento, 12 são naturais doutros países, dos quais se destaca a França. Correspondem a filhos de emigrantes que se tinham transferido para esse país já na década de sessenta, início de setenta. No extremo oposto, a população com idade igual ou superior a 60 anos corresponde a 28 %. Contudo, refira-se também que, neste grupo etário, somente 12 % correspondem a homens (66 indivíduos), enquanto as mulheres reúnem 16 % (91 mulheres).

Os grupos etários de idades compreendidas entre 20 e 59 anos correspondem a 41 %. Não obstante, se aprofundarmos um pouco

Dois exemplos de espaços agrários na Ribeira Lima

esta análise, constatamos que dos 233 indivíduos nestas circunstâncias (89 homens e 144 mulheres), somente 107 (19 %), apresentam idades compreendidas entre 20 e 39 anos. Novamente se detecta a influência exercida pelo êxodo rural e pela emigração.

Mas se basearmos a nossa análise na Fig. 17, concluímos também que mesmo na estrutura etária da população os lugares da Meia de

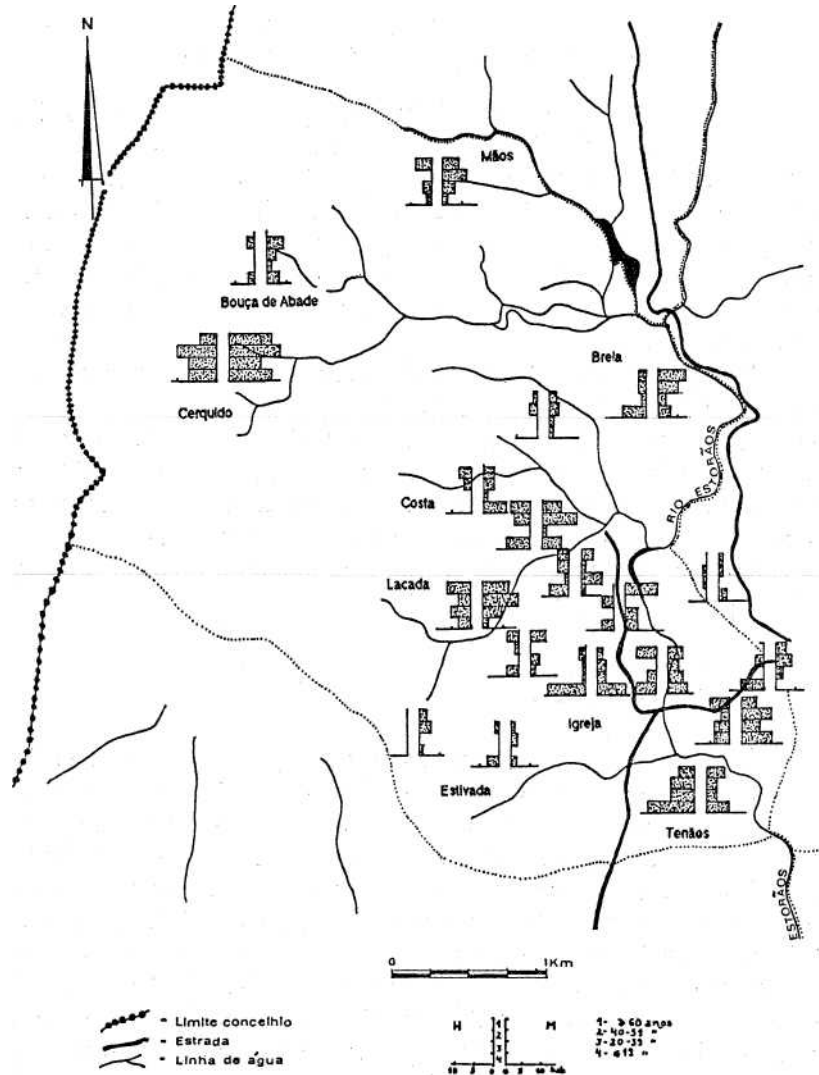


Fig. 17—Estrutura etária da população residente na freguesia de Estoraos em 1987.

Fonte: Inquérito próprio, 1987/88

Cima apresentam uma diminuição ainda mais pronunciada nos grupos etários activos, como é evidente, por exemplo, no lugar de Bouça de Abade. Neste lugar somente três pessoas apresentam idades compreendidas entre 20 e 59 anos e, sinal sintomático, todas são mulheres. Com idades superiores dois são homens e quatro são mulheres.

Encaminhando-nos para os lugares mais próximos da Meia de Baixo, as características permanecem, embora não tão acentuadas.

Limitando agora a nossa análise aos lugares da Meia de Baixo, as tendências gerais já apontadas para os restantes lugares da freguesia repetem-se. No entanto, não é tão acentuado o decréscimo nos grupos etários dos 20 aos 59 anos, sobretudo naquele lugar que mais se aproxima da área do perímetro. Tenães corresponde ao lugar que apresenta uma estrutura mais equilibrada. Sabendo que aí se localiza a grande percentagem das explorações agrícolas que, por possuírem uma proporção bastante grande de área agrícola no perímetro, mais beneficiaram com a reestruturação, poderemos apontar a sua estrutura etária como uma das consequências?

Outros factores interferem da forma notável, ficando a reestruturação colocada num lugar subalterno, pois, e é bom recordar, somente 5 % da área agrícola de Estoraos, foi abrangida por ela. Além disso, essa área encontrava-se dispersa por um número bastante grande de proprietários que aqui possuíam uma área habitualmente insignificante. No entanto, é evidente que a melhoria económica subsequente ao emparcelamento teve a sua influência.

Em síntese, poderemos dizer que, embora com pequenos cambiantes, se analisada é escala do lugar, a estrutura etária da população de Estoraos se apresenta essencialmente constituída por crianças, algumas das quais já nascidas em países estrangeiros, e por idosos. A população dos grupos etários intermédios, logo que concluíam a escolaridade obrigatória, transferiu-se sobretudo para a capital, apoiando-se na população que aí se radicou há várias décadas. Refira-se por exemplo que nos últimos 15 anos 522 (41 % do total da população de Estoraos, independentemente do seu actual lugar de residência), concretizou esse abandono, dos quais 279 são homens. É evidente que o baixo nível económico obtido nesta freguesia não satisfazia as necessidades consideradas mínimas pela sua população, pelo que desde muito cedo (logo que concluíram a escolaridade obrigatória, que correspondia à 4.^a classe até ao início dos anos setenta, e ao 6.^o ano de escolaridade sobretudo após a instalação de um posto receptor da telescola nesta freguesia) demandavam outras áreas, seleccionando preferencialmente aquelas onde já se tinham instalado familiares ou amigos seus. Acrescente-se que grande percentagem das crianças residentes fora da freguesia nasceu habitualmente já nessas áreas, enquanto as pessoas que

ultrapassam os 60 anos de idade, sobretudo as mulheres, só após o falecimento do marido ao serem colocadas perante a impossibilidade de realizar todos os serviços que a sua exploração exigia, entregam a vigilância a familiares ou vizinhos e transferem-se para a habitação de um filho residente noutra área. Geralmente estes movimentos não causam grandes transformações na exploração agrícola, pois a área florestal habitualmente é tripla (ou ainda superior) da área agrícola, sobretudo se a exploração se encontra sediada nos lugares da Meia de Cima. Por isso, é suficiente a vigilância esporádica de um familiar ou vizinho. Os seus proprietários somente no período de férias se deslocam a esta freguesia.

O mesmo se repete relativamente aos emigrantes, embora estes últimos apresentem uma tendência para deixarem os seus filhos na aldeia natal, sob a orientação dos avós ou outros familiares.

Aqueles que, não sendo naturais desta freguesia, para aqui se transferiram, geralmente através do casamento, são habitualmente naturais de freguesias próximas, confinantes com Estorãos. É, por exemplo, o caso de Cabração, Moreira do Lima, Bertiandos e S. Pedro de Arcos.

Quanto aos naturais de Estorãos, se se deslocaram para outras freguesias próximas, fizeram-no mercê do casamento também, ou então, se a sua exploração apresentava uma área muito limitada, transferiam-se para outras de familiares carenciados de mão-de-obra.

b) *Grau de instrução*

Cerca de 54 % da população residente em Estorãos apresenta somente a 3.^a ou a 4.^a classe, grau de escolaridade obtido localmente. Apenas aqueles que se integravam nas famílias mais desfavorecidas economicamente não o alcançavam, iniciando as suas actividades quando crianças ainda.

Com o ciclo preparatório encontramos 78 (29 homens e 49 mulheres), correspondendo a jovens cuja idade varia entre os 12 e os 17 anos. Contudo, alguns daqueles que atingem o 6.º ano de escolaridade apresentam idade superior, encontrando-se mesmo um com mais de 35 anos nestas circunstâncias e até uma senhora com 47 anos. Geralmente são naturais doutras freguesias do concelho, ou mesmo da sede concelhia ou de Viana do Castelo.

Com o ensino secundário deparamos somente com 29, pois que a obtenção deste grau exige acesso diário a Ponte de Lima, com o correspondente dispêndio monetário. Por isso, somente aquelas explorações com melhor situação económica, como por exemplo as situadas na Meia de Baixo e com especial evidência para as localizadas em

Tenões permitem tal facto. Os residentes nos lugares da Meia de Cima que obtêm este grau correspondem maioritariamente a filhos de emigrantes, pois nestes lugares são estas famílias que apresentam melhor nível de vida. Aqueles que não se incluem neste grupo correspondem a descendentes dos maiores proprietários locais. Relativamente à idade, não ultrapassa os 49 anos nos homens e os 39 nas mulheres. Refira-se, aliás, que alguns destes casos só após a prestação do serviço militar obrigatório obtiveram esse grau (ou mesmo durante esse serviço), ao habilitarem-se aí para certas funções, como por exemplo, a integração nos batalhões militares e policiais do País.

Com curso superior ou médio detectamos somente quatro pessoas, correspondendo duas delas a professores do ensino básico. Excluindo um indivíduo que neste momento se encontra com idade superior a 70 anos, todos os restantes, independentemente do seu sexo, apresentam idade inferior a 29 anos. É, pois, muito recente esta abertura a um maior grau de instrução, que se apoia numa melhoria económica mais ou menos recente. Esta melhoria, como aliás já referimos, surge da conjugação da maior produtividade da agricultura local, sobretudo se os agricultores são residentes nos lugares da Meia de Baixo, com os fundos provenientes da emigração, as pensões sociais e outros dividendos, dos quais destacamos o aluguer de casas comerciais em Lisboa, por exemplo.

Encontramo-nos, efectivamente, perante uma população cujo grau de instrução não excede habitualmente a instrução mínima obrigatória, sendo em número limitado aqueles que a ultrapassam. Tal como seria previsível, a análise efectuada à escala do lugar (Fig. 18) apresenta algumas diferenças, embora pouco nítidas se tivermos em consideração os elementos atrás referidos. No entanto, existe uma certa tendência que aponta para um nível de instrução superior entre os residentes nos lugares da Meia de Baixo.

Restam algumas referências à população idosa, cujo grau de instrução é nulo ou se limita a saber ler e escrever. São no total 46 pessoas, correspondendo a mulheres, característica que acompanha não só o nível sócio-económico dos agregados domésticos locais, mas também a mentalidade mais divulgada na época que considerava a instrução na mulher em plano secundário.

Relativamente àqueles que se ausentaram de Estorãos, 61 % possuem a 4.^a classe, sobretudo se têm idade superior a 30 anos, enquanto que o grupo que se segue imediatamente corresponde aqueles que frequentaram e concluíram o ciclo preparatório. Estes, geralmente com idades inferiores a 25 anos, afastaram-se de Estorãos logo após a conclusão do 2.^o ano (actual 6.^o ano de escolaridade). Os que ultrapassam este nível, quase sem excepções, obtiveram-no no actual local de residência.

Dois exemplos de espaços agrários na Ribeira Lima

Analfabetos ou pessoas cujo grau de instrução não atinge a 4.^a classe, e incluídos no grupo daqueles que se ausentaram de Estorãos, são em número limitado e correspondem a pais já idosos (ou deficientes), que só recentemente se lhes reuniram.

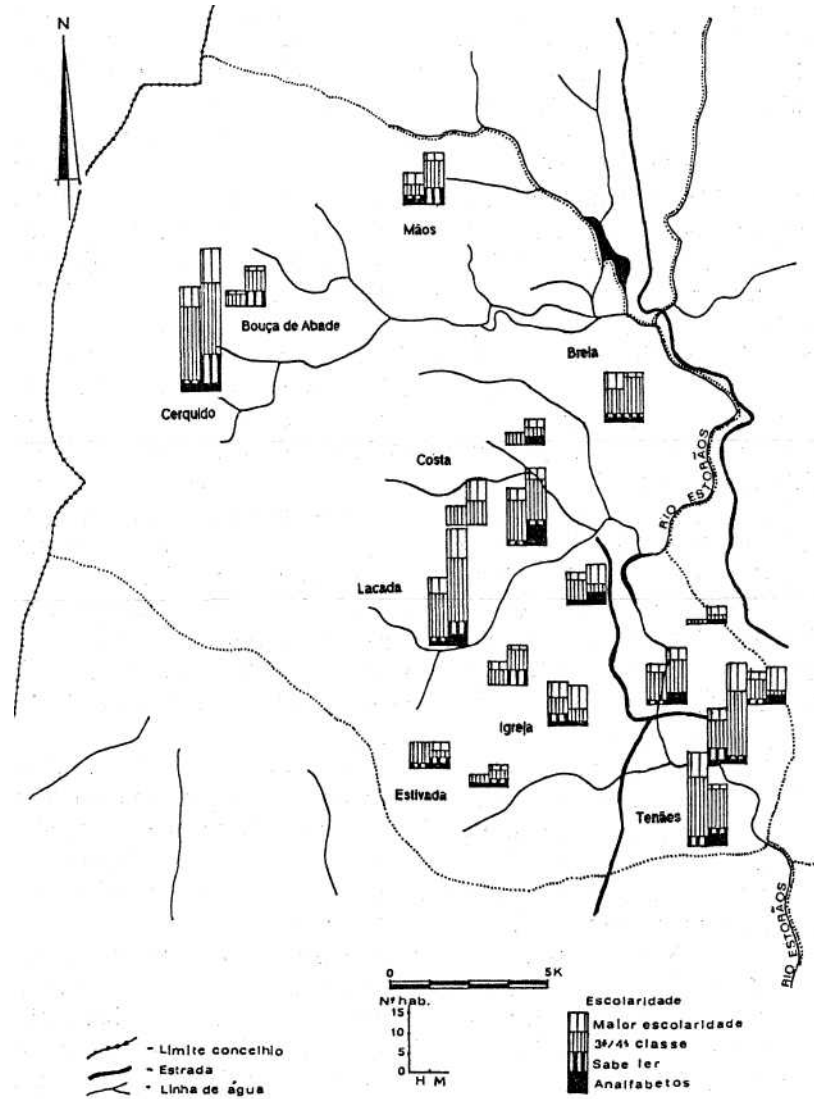


Fig. 18—Grau de instrução da população residente na freguesia de Estorãos em 1987.

Fonte: Inquérito próprio, 1987/88

c) *Actividades profissionais*

Relativamente às actividades profissionais é um facto que a agricultura corresponde à actividade dominante da população activa. Contudo e apesar de pouco significativas, existem outras actividades como alternativas à agricultura, sobretudo no grupo masculino. Tal é o caso, por exemplo, da construção civil (28 indivíduos), função pública (7 homens e duas mulheres), comércio (16 homens e 8 mulheres) e diversas actividades (9 homens e 1 senhora). Contudo, é evidente a maior diversificação sobretudo entre os residentes nos lugares da Meia de Baixo. Além disso, a grande percentagem dos que trabalham na lavoura possui idade superior a 50 anos (mais de 70 % dos chefes das explorações agrícolas incluem-se neste grupo etário), realizando os trabalhos com o auxílio daqueles filhos que ainda não conseguiram outra actividade, como por exemplo a construção civil. Note-se que todos os que integram as diversas brigadas de construção civil constituídas nesta freguesia apresentam idades entre 20 e 35 anos e constituem o principal apoio à construção de novas habitações requeridas pelos emigrantes, para além do restauro doutras. Nos últimos 7 anos concluíram-se 27 habitações, encontrando-se em fase de acabamentos 5. Grande percentagem das casas incluídas neste grupo corresponde a habitações secundárias, só utilizadas no período de férias, época em que Estorãos ganha vida.

Outra das actividades com certa implantação, a comercial, compreende o comércio do ramo alimentar local, bem como algum em Ponte de Lima, Caminha, Arcos de Valdevez e Monção. Por outro lado, enquanto o comércio local é de estrutura familiar, pois inclui os proprietários com idades compreendidas entre 40 e 49 anos, auxiliados pelas esposas e pelos filhos (estes últimos só após o período escolar), aqueles comerciantes que se encontram na sede concelhia, por exemplo, apresentam uma tendência para uma idade um pouco mais avançada.

Uma actividade em que também domina o grupo masculino, embora não de modo exclusivo, corresponde ao sector dos serviços. De facto, dos residentes que se integram neste grupo, a maioria são homens e residem preferencialmente nos lugares da Meia de Baixo (Fig. 19). Apresentam idades inferiores a 29 anos quando se encontram em serviços que exigem alguma especialização, e 30 a 49 nos restantes. Perante a insignificância do sector industrial nesta área, não é de estranhar que ninguém exerça aí a sua actividade. Habitualmente aqueles que a exercem no sector terciário, fazem-no em Ponte de Lima ou mesmo em Viana do Castelo. Complementarmente, após o horário normal e nos fins-de-semana, a maioria, sobretudo aqueles que têm

Dois exemplos de espaços agrários na Ribeira Lima

idades superiores a 40 anos e possuem exploração agrícola própria, auxiliam os familiares nos seus trabalhos. É o que acontece a 21 % que exercem uma actividade complementar. Os restantes apoiam actividades familiares, quer elas correspondam à construção civil, quer no comércio local.

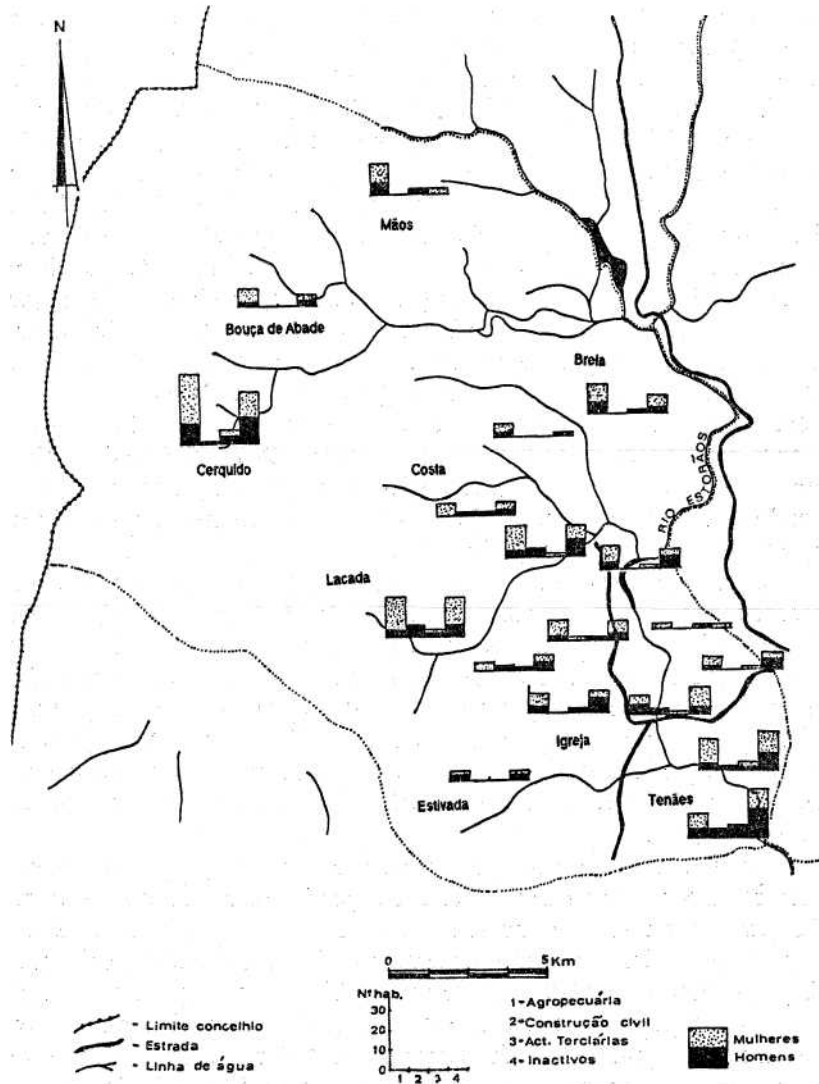


Fig. 19—Actividade principal da população residente na freguesia de Estorãos em 1987.

Fonte: Inquérito próprio, 1987/88

Em oposição 522, ou seja os que se ausentaram de Estorãos, se considerarmos somente os que se instalaram nas freguesias mais próximas, prosseguem com a actividade agrícola (21 homens e 23 mulheres). Quanto aos restantes esses encontram-se preferencialmente nas actividades comerciais (139, dos quais 91 são homens), característica mais vincada nos grupos etários dos inais jovens ou naqueles que ultrapassam o 40 anos de idade. Habitualmente residem em Lisboa e arredores. Outra das actividades seleccionadas corresponde à construção civil, sobretudo entre os que emigram. Quando em Portugal, novamente Lisboa corresponde à área onde existe maior concentração de naturais de Estorãos e, nos últimos anos, o Algarve.

As restantes actividades encontram-se minimamente representadas. Destaquem-se somente os serviços domésticos, sobretudo entre aqueles que emigraram, actividade exercida pelas jovens que não possuem senão a instrução obrigatória (33), e as mulheres que ultrapassam os 40 anos (10), parte das quais exerce a sua actividade há várias décadas em diversas cidades do País.

A debilidade da situação económica local justifica em parte o número tão elevado de emigrantes sobretudo para França, e mais recentemente, para a Suíça, a Alemanha Federal e o Canadá.

CONCLUSÃO

Constituindo a agricultura o principal suporte económico do concelho de Ponte de Lima, constata-se, no entanto, que apresenta uma estrutura fundiária deficientíssima, pois não só os prédios rústicos são de dimensão reduzida, mas também se encontram extremamente parcelados e dispersos, situação aliás ainda agravada pelo arrendamento, sobretudo naquelas freguesias onde a instituição vincular foi mais marcante. Exceptuando algumas explorações que, na generalidade dos casos correspondem a «herdeiras» actuais de antigos morgadios, cujos proprietários introduziram inclusivamente inovações, pelo contrário, a grande percentagem das explorações agrícolas locais, apresentam-se descapitalizadas, inviabilizadas economicamente. Consequentemente, prolifera o êxodo rural, bem como a emigração, sendo mais significativo em espaços rurais serranos.

Por outro lado, não podemos ignorar a influência exercida pela instituição vincular, muito difundida em toda a Ribeira Lima desde o século XV.

Esta instituição, que favorecia a concentração da propriedade num reduzido número de pessoas, quase sempre absentistas, fomentava

também a fragmentação da propriedade por arrendamento, aforamento e empraçamento.

Tal era a situação num dos exemplos seleccionados nesta análise, Bertianos.

Mas se em Bertianos a existência de áreas vinculadas concentradas num único proprietário até ao início deste século impediu um grande parcelamento da propriedade, pelo menos em termos jurídicos, em Estorãos, pelo contrário, onde apenas indirectamente se fizeram sentir as características da referida instituição vincular, o parcelamento através da transmissão sobretudo por herança efectuou-se sem grandes entraves, pelo que actualmente se detectam prédios rústicos de 3, 9 ou mesmo 1 m²! Outro factor se deve associar: as características topográficas desta freguesia levam à criação de uma típica paisagem de socalcos. No entanto, mesmo na Veiga, em condições edáficas e topográficas idênticas às de Bertianos, esse parcelamento estava mais vincado ainda até à década de sessenta. É evidente que explorações agrícolas como as que encontramos nestas freguesias desincentivavam a introdução de qualquer inovação técnica e cultural.

Por outro lado, se em Bertianos mais de 50 % do solo agrícola se encontrava na posse de proprietários não residentes na freguesia, alguns dos quais a viverem a distâncias superiores a 30 Km, constatou-se que a interferência destes proprietários na actividade local era muito diminuta, pelo menos directamente. Mas indirectamente, através da forma de exploração, já que eram absentistas, aumentavam a sua influência porque arrendavam as suas terras, permitindo assim que se ampliasse o parcelamento «real». Esta característica constitui ainda hoje um dos entraves à renovação da agricultura local.

Em Estorãos, o outro exemplo por nós estudado, apesar de o arrendamento apresentar uma incidência mínima, as benfeitorias realizadas também eram mínimas, característica que se fundamentava numa maior deficiência da estrutura fundiária.

Tentando ultrapassar esta situação, levou-se a cabo o emparcelamento de aproximadamente 105 ha que abrangiam 4 Veigas, atravessadas pelo Rio Estorãos. A freguesia de Estorãos, beneficiou desta política, que se fez acompanhar por uma série de melhoramentos nas estruturas básicas, bem como pela introdução de inovações na agricultura que iam desde a opção do milho híbrido, à mecanização da agricultura local e à irrigação de toda a Veiga, para além doutros movimentos de características eminentemente sociais. Abrangendo somente 5 % da área agrícola de Estorãos, não se repercutiu muito intensamente, como seria compreensível, sobretudo entre a população que residia nos lugares da Meia de Cima. Pelo contrário a sediada na Meia de Baixo foi bastante favorecida.

Dois exemplos de espaços agrários na Ribeira Lima

Embora as inovações introduzidas tivessem provocado melhoria no nível de vida desta população, continua a assistir-se a um contínuo desejo em procurar outras alternativas que proporcionem melhor remuneração e segurança social. Por outro lado, não esqueçamos que estas explorações, apesar de apresentarem uma melhor estrutura fundiária, continuam de reduzidas dimensões, pelo que não puderam impedir que o êxodo rural prosseguisse.

BIBLIOGRAFIA

- AMARO, Pedro — *A protecção integrada em agricultura*, Comissão Nacional do Ambiente, Lisboa, 1982.
- Arquivo de Ponte de Lima, Ponte de Lima, vol. II, 1981. ATIAS, Christian; LINOTTE, Didier — *Le remembrement rural*, LITEC, Paris, 1980.
- AURORA, Conde d' — *O Solar de Bertandos*, edição do autor, 1956.
- AURORA, Conde d' — *Roteiro da Ribeira Lima*, 3.^a edição, Lisboa, 1959.
- BARRAL, P.— *Les sociétés rurales du XX^e siècle*, Paris, A. Colin, 1978.
- BROUSSOLLE, C. — *Uaménagement de Vespaces agricole: le remembrement en zone bocagère*, Economie Rurale, n.º 118, 1977.
- CALDAS, João de Castro — *Caseiros do Alto Minho — Adaptação e declínio*, Rev. Crítica C. Soe., n.º 7/8, Dez. 1981, p. 203-216.
- CAMPOS, João Mota Pereira de; ARAÚJO, António Magro Borges de—*Emparcelamento da propriedade rústica*, Braga, 1962.
- CANEVET, C. — *Les mutations de Vespaces rurale*, Norois, Poitiers, 27, n.º 105, 1980, p. 5-18.
- CARVALHO, Agostinho — *Os pequenos e médios agricultores e a política agrária no período 1960-1975*, Inst. Gulbenkian de Ciência, 1984.
- CLARK, Colin e outro — *A economia da agricultura de subsistência*, Col. Habitat, Barcelos, 1971.
- COSTA, Mário Júlio de Almeida — *Origem da enfiteuse no direito português*, Coimbra, 1957.
- FARCY, H. de; GASTALDI, J.— *La propriété agricole*, PUF, Paris, 1978.
- FERNANDES, Blasco Hugo — *Problemas agrários portugueses. Estruturas tecnológicas, políticas agrícolas — Reforma estrutural*, 2.^a edição, Lisboa, 1979.
- FRIEDMAN, Georges — *Villes et campagnes*, 2.^a Edição, Colin, 1978.
- FURTADO, Jorge Guilherme da Cruz Pinto — *Curso de Direito dos arrendamentos vinculísticos*, 2.^a edição, Coimbra, 1988.
- GRIGG, David — *Agricultural Geography*, Progress in Human Geography, London, 5, Jun., 1981, p. 268-276.
- GUZIK, C. — *Big scale investigations on agricultural management*, Prace Geograficzne, n.º 3, 1976, p. 153-156.
- Legislação diversa sobre Arrendamento Rural e Emparcelamento da Propriedade Rústica, Imprensa Nacional de Lisboa.
- Ministério da Economia, Sec. Estado da Agricultura — *Perímetro de Estorãos — anteprojecto de emparcelamento da propriedade rústica*, vol. I, II, III e IV, Lisboa, 1961/62.

Dois exemplos de espaços agrários na Ribeira Lima

- Ministério da Economia, Sec. Estado da Agricultura — *Perímetro de Estorãos — projecto de emparcelamento da propriedade rústica*, vol. I e II, Lisboa, 1965. NOTES — *Vagiculture de groupe dans le cadre de la Communauté Economique Européenne*, Notes et Documentaires, n.º 4003-4004, 1973. PINA, Maria Helena Mesquita — *Bertiandos — Aspectos evolutivos da sua estrutura fundiária*, Sep. CENPA, Porto, 1986, p. 411-427. — *Bertiandos — Actual arranjo do espaço agrário*, Faculdade de Letras do Porto, 1985.
- *A Veiga do Lima e a adesão à C.E.E.*, Actas IV Colóquio Ibérico de Geografia, Coimbra, 1986, p. 177-197. SARFATI, Hedra; KOBRIN, Catherine — *La flexibilité du marche de Vemploi: un enjeu économique et social*, B.I.T., Genève, 1987. SILVA, Rosa Fernanda Moreira da — *Paisagem agrária das planícies e colinas minhotas — Contrastes e mutações*, vol. I e Anexo, Dissertação de Doutoramento, Porto, 1981, 470 p., Anexo, 94 p. SOARES, A. G. et ai. — *Arrendamento rural, Lei n.º 76/77. Comentários e anotações*, Lisboa, 1977.

RESUME *Deux exemples d>*

espaces agraires dans la Vallée du Lima

Uéconomie de la Ribeira Lima repose sur une structure agraire qui présente de nombreux défauts. Il s'agit néanmoins d'une région où les activités agricoles dominent nettement le panorama économique local.

Parmi les multiples causes de cette situation, c'est le facteur historico-juridique que nous avons voulu mettre en évidence dans ce travail. Nous nous sommes particulièrement intéressés à l'institution du majorat qui s'est développée dans cette région du XV^e au XIX^e siècle, période où elle a été remplacée par une nouvelle législation qui favorisait le partage équitable des biens entre tous les héritiers.

Pour évaluer l'importance de ce facteur et ses conséquences sur la structure agraire actuelle, nous avons choisi Bertianos, exemple type d'une réalité administrative où le majorat était en vigueur jusqu'à la révocation de cette institution. Nous avons constaté que la structure immobilière de Bertianos et le profil de l'agriculteur local sont très défectueux. Par conséquent, une restructuration qui confère une viabilité économique aux exploitations agricoles locales s'avère désirable et même urgente.

Nous avons constaté que la structure immobilière de Bertianos devrait absolument être transformée comme cela a été le cas à Estoraos à la fin des années soixante. Les résultats de cette transformation se sont avérés extrêmement positifs tant sur le plan économique que social. Il est donc déplorable que cette restructuration n'ait pas eu de suite dans la région.

SUMMARY

Two examples of agrarian space in the Ribeira Lima - Bertianos - Estoraos

In the Ribeira Lima area, which is dominated by agricultural activity, the local economy is based on a most inadequate agricultural structure.

There are many reasons for this; this article attempts to emphasize the historical-judicial factor. In particular note is made of the mandatory institution which proliferated in this area from the 15th to the 19th century; it was then substituted by new legislation which promoted the equal share of landed estate between all legatees.

In order to be able to judge the importance of this factor and its projection on the actual agrarian structure, the author examines Bertianos, a typical example of a local district which was subject to a mandate until this institution was revoked. The author notes that the agrarian structure of Bertianos was extremely inadequate, as was the type of local farmer; the author concludes that it is desirable — indeed urgent — that a restructuring take place, which would lead to the viability of local farms. The author notes that this change would necessarily have to include the agrarian structure.

Yet this solution is not new; since the end of the 1960s Estoraos (the other chosen example) has attempted a division of the land, which demonstrates that this movement is viable both from the economic and social points of view. However, the desired expansion did not take place; on the contrary a constant degradation of the farming units took place.